

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEORIA PSICANALÍTICA

GABRIELA DOMINGUES CAETANO SOARES MAIA

A PERMANÊNCIA DO CORPO NO PSIQUISMO:
entre o eu e a alteridade

RIO DE JANEIRO

2021

GABRIELA DOMINGUES CAETANO SOARES MAIA

A PERMANÊNCIA DO CORPO NO PSIQUISMO:

entre o eu e a alteridade

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutora em Teoria Psicanalítica.

Orientadora: Prof. Dra. Marta Rezende Cardoso

Rio de Janeiro

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M217 Maia, Gabriela Domingues Caetano Soares.
A permanência do corpo no psiquismo: entre eu e a alteridade / Gabriela Domingues Caetano Soares Maia. Rio de Janeiro, 2021.
147 f.

Orientadora: Marta Rezende Cardoso.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica, 2021.

1. Psicanálise. 2. Corpo. 3. Narcisismo. 4. Alteridade. 5. Metapsicologia. 6. Pulsão. I. Cardoso, Marta Rezende. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia.

CDD: 150.195

GABRIELA DOMINGUES CAETANO SOARES MAIA

A PERMANÊNCIA DO CORPO NO PSIQUISMO:

entre o eu e a alteridade

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutora em Teoria Psicanalítica.

Aprovada em:

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Marta Rezende Cardoso (Orientadora) – PPGTP/IP/UFRJ

Profa. Dra. Silvia Maria Abu-Jamra Zornig – PPGDP/PUC-Rio

Profa. Dra. Maria Isabel de Andrade Fortes – PPGDP/PUC-Rio

Prof. Dr. Leonardo Cardoso Portela Câmara – DPsi/UFSCar

Profa. Dra. Fernanda Pacheco-Ferreira – PPGTP/IP/UFRJ

RIO DE JANEIRO

2021

AGRADECIMENTOS

À CAPES, pelo financiamento nos dois primeiros anos dessa pesquisa.

À FAPERJ, pelo apoio financeiro desde 2019 e pela prorrogação concedida diante da pandemia de COVID-19.

À Profa. Marta Rezende Cardoso, pelo estímulo à pesquisa, pela aposta em meu trabalho, pelos anos de formação acadêmica.

À Profa. Fernanda Pacheco-Ferreira e à Profa. Silvia Zornig, pelos comentários valiosos na qualificação, essenciais para o desenvolvimento do trabalho.

À Profa. Isabel Fortes, pelas aulas que inspiraram meu tema, e ao Prof. Leonardo Câmara, pelos comentários e pelo interesse tão vitalizantes – agradeço por terem aceitado participar da banca.

Ao Prof. Marcos Nobre e à Inara Marin, pelos ensinamentos que permanecem na memória.

Aos meus colegas de orientação e pesquisa no PPGTP, pelos anos compartilhando inquietações e afeto, sem vocês esse percurso não teria sido tão prazeroso nem tão interessante. Agradeço em especial às amigadas que levo comigo: à Aline Demantova, pela sua capacidade de estar presente com as melhores palavras nos momentos mais necessários, por tudo o que compartilhamos desde o nosso primeiro encontro, as angústias e as celebrações; à Bárbara Cesário, pelo carinho, por me inspirar e por construir uma psicanálise em que acredito; à Gabrielle Asensi, pelas confidências trocadas, por todo colo, amor e incentivo a me lançar para longe; à Morgana Rech, pelo frescor e ousadia da sua escrita, um verdadeiro respiro.

Ao querido companheiro André Luiz Vale, agradeço também pela revisão cuidadosa da tese.

À Beatriz Mano, por toda generosidade, pelo espaço de interlocução, pelos anos de grupo sobre Anzieu, por proporcionar uma verdadeira experiência criativa na transmissão da psicanálise. Agradeço também pelos anos de supervisão que dão corpo às investigações aqui traçadas.

À minha mãe, Gisele, pelo incentivo irrestrito, por todo amor, por me oferecer o mundo e me ensinar a desfrutar da vida. Agradeço também por ter me transmitido o amor pela escuta. À minha irmã, Beatriz, por tornar as angústias mais fáceis de serem vividas porque as compartilhamos – e por deixar todo o resto mais divertido. Ao meu pai, Rogério (*in*

memoriam), pelo amor extravagante. Aos avós, Marilene, Ana Maria e Ronaldo, pelo cuidado desde a infância, pelo apoio incondicional, por me ensinarem tanto. Aos meus tios Rodrigo e Ronaldo, por todo suporte que me possibilitou estar aqui.

Ao Francisco, pela nossa cumplicidade, pelo seu olhar generoso, pela paciência com os processos e por celebrar a vida comigo. Agradeço por me ensinar tanto sobre companheirismo e respeito, pelo zelo, pela construção cotidiana, pelos prazeres, por desafiar minha rigidez e me mostrar a graça do imprevisto. Agradeço também por me escutar com interesse e por vibrar a cada parágrafo escrito, me fortalecendo nesse processo.

Ao Flama, à Gigi e à Neide, por me receberem tão bem nos horizontes de Brasília.

Às amizades feitas nos espaços de formação, pelas trocas ao longo desses anos: Cintia Magalhães, Érika Reis, Indiara Lima, Luciano Dias, Luiza Ferreira, Manuela Costeira, Márcia Alves, Marta Oliveira, Michelle Machado. Agradeço especialmente à Julia Aboim e à Roberta Mendes, pelas infinitas elaborações íntimas e teóricas, pela riqueza de nossas trocas, pelo amparo ao longo dos anos de escrita.

Às parcerias que a vida acadêmica me proporcionou: Ana Paula Lucena, Carolina Paixão, Gisele Cervo, Luana Moura, Mariana Anjos, Mariana Rondon, Mateus Braune, Natália Cidade, Rafael Cavalheiro – agradeço pelos interesses compartilhados, tão estimulantes, e pelas ajudas prestadas, especialmente nos tempos de pandemia.

Aos colegas e supervisores do IEC, agradeço pela vivacidade clínica, pelos aprendizados da vida institucional, pelo amparo durante a escrita e pelos encontros maravilhosos que esse espaço proporciona.

Aos meus amigos que fazem do Rio de Janeiro minha casa: Caio Paz, Francisco Camêlo, João Queiroz, Juliana Teodoro e Mariana Katona – sou imensamente grata por compartilharmos, com tanto amor e alegria, a vida.

À Fernanda Brockmann, por alimentar o interesse na pesquisa, por compartilhar comigo a paixão por esse tema, pela amizade solícita, pelo seu carinho tão presente. Ao Arthur Mattiuz, pela amizade, pelo seu cuidado atencioso, por me socorrer nos momentos de dor.

À Andressa da Conceição, pela abertura à intimidade, por ser tantas vezes um respiro e um abrigo, pelo humor, pelas trocas clínicas que me enriquecem.

Aos amigos que estiveram de tantas maneiras presentes ao longo desse percurso, por participarem das reconstruções em minha vida, vocês são valiosos: Alex Huszar, Bê, Felipe Avlis, Isadora Diaz, Karol Schittini, Lívea Castro, Marina Campos, Matheus Galdi, Murilo Figueiredo, Nathanael Araújo, Taís Franciscon, Tiago Gayet, Otávio Vieira.

À Gabi Belleg, por ter proporcionado que eu experimentasse as intensidades e os limites do corpo, pontapé desta pesquisa.

À Mariana Puppín, pelos anos de escuta, pelo encontro potente e transformador, por todas as construções – essa tese também é fruto do nosso trabalho.

Ao Ricardo Cavalcante, pela disponibilidade de sua presença, por acolher os excessos e me conceder espaço.

Às pessoas que me confiaram, na clínica, a escuta de seus mundos, pela aposta neste trabalho compartilhado, por tudo o que me ensinam sobre a vida.

MAIA, Gabriela Domingues Caetano Soares. **A permanência do corpo no psiquismo**: entre o eu e a alteridade. Rio de Janeiro, 2021. Tese (Doutorado em Teoria Psicanalítica) – Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

RESUMO

O objetivo desta tese é propor uma reflexão a respeito das perspectivas psicopatológicas e constitutivas pelas quais o corpo pode ser abordado em psicanálise para afirmar a sua presença sempre atuante, em uma dimensão ampliada, na vida subjetiva. Pelo viés da psicopatologia, a clínica convoca o alargamento da escuta para as dimensões do ato, das somatizações e, outrora, dos sintomas conversivos. Questiona-se o caráter deficitário atribuído às manifestações corporais em contraponto ao registro da simbolização, tendo em vista o recurso a vias regressivas e plurais através das quais o sofrimento psíquico pode encontrar seu modo de expressão. Já pelo viés constitutivo, a pesquisa se detém sobre o tempo dos primórdios, no qual se pode destacar com eloquência a correspondência dos processos somáticos e psíquicos. Observa-se que é a partir das experiências relacionais do corpo, com implicações afetivas e fantasmáticas, que a vida subjetiva emerge, demonstrando o caráter indissociável entre corpo e funcionamento psíquico. A presença da esfera corporal no psiquismo é salientada pela qualidade fronteiriça da relação entre o eu e o corpo, ancorada, por sua vez, no inescapável entrecruzamento entre o eu e a alteridade. A instância do eu corporal tem especial relevo na pesquisa, por ser uma forma primária da existência psíquica, ancorada na apreensão das qualidades sensoriais. Sustenta-se, assim, que a dimensão corporal está implicada de modo permanente na subjetividade, como portadora dessa dimensão arcaica, mas também como permanente abertura para o mundo externo, sendo fonte e manifestação da força expressiva do ser.

PALAVRAS-CHAVE: Corpo. Sensorialidade. Eu corporal. Metapsicologia. Psicanálise. Tese (Doutorado).

MAIA, Gabriela Domingues Caetano Soares. **The permanence of the body in the psyche: between the self and the otherness.** Rio de Janeiro, 2018. Tese (Doutorado em Teoria Psicanalítica) – Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

ABSTRACT

The objective of this thesis is to propose a reflection on the psychopathological and constitutive perspectives through which the body can be approached in psychoanalysis to affirm its always active presence, in an expanded dimension, in subjective life. Through the perspective of psychopathology, the clinic calls for the broadening of listening to the dimensions of the act, of somatizations and, in the past, of conversion symptoms. The deficient character attributed to bodily manifestations is questioned as a counterpoint to the registration of symbolization, considering the use of regressive and plural ways through which psychic suffering can find its way of expression. From the constitutive perspective, the research focuses on the time of the beginnings, in which the correspondence of somatic and psychic processes can be eloquently highlighted. It is observed that it is from the relational experiences of the body, with affective and phantasmatic implications, that subjective life emerges, demonstrating the inseparable bond between body and psychic functioning. The presence of the corporeal sphere in the psyche is highlighted by the borderline quality of the relationship between the self and the body, anchored, in turn, in the inescapable intersection between the self and otherness. The instance of the body-ego has special relevance in the research, as it is a primary form of psychic existence, anchored in the apprehension of sensory qualities. It is argued, therefore, that the corporal dimension is permanently implicated in subjectivity, as a bearer of this archaic dimension, but also as a permanent opening to the external world, being the source and manifestation of the expressive force of the being.

KEYWORDS: Body. Sensoriality. Body-ego. Metapsychology. Psychoanalysis. Thesis (Doctor's Grade).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 O CORPO COMO VIA DE EXPRESSÃO DO SOFRIMENTO	19
1.1 O SOBRESSALTO DO CORPO NOS ESTADOS LIMITES	20
1.2 AMEAÇAS À INTEGRIDADE NARCÍSICA	24
1.3 DO IRREPRESENTÁVEL AO SENTIDO EM POTENCIAL	27
1.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CORPO NA HISTERIA	34
1.4.1 O paradigma da conversão histérica: corpo, afeto e representação	35
1.4.2 Aspectos regressivos da histeria	38
1.5 NEUROSES ATUAIS: DA ANGÚSTIA À DESCARGA SOMÁTICA	41
2 O CORPO A CORPO NAS RELAÇÕES PRIMÁRIAS	47
2.1 O SEXUAL E A AUTOCONSERVAÇÃO: TENSIONAMENTOS, APOIO E ENTRELAÇAMENTO	48
2.1.1 A ampliação do sexual: excitação, enigma e alteridade	50
2.2 A TEORIA DO APEGO: REALCE DOS ASPECTOS RELACIONAIS DA AUTOCONSERVAÇÃO	54
2.2.1 O apego revisitado: contribuições psicanalíticas	60
2.3 AS PRÁTICAS DE CUIDADO NA FORMAÇÃO DE SENTIDO	64
2.4 EMBRIÕES DE SENTIDO, SIMBOLIZAÇÃO PRIMÁRIA E SIGNIFICANTES FORMAIS	67
3 O EU: ENTRE O CORPO E A ALTERIDADE	75
3.1 FREUD E FEDERN: PRIMEIRAS FORMULAÇÕES SOBRE EU-CORPORAL	75
3.1.1 As elaborações de Federn: um pensador das fronteiras	79
3.2 A DIMENSÃO SENSORIAL DA EXISTÊNCIA	81
3.3 A INTEGRAÇÃO PELO RITMO: ENTRE CONTINUIDADE, DESCONTINUIDADE	87
3.3.1 O ritmo como continente e a bissensualidade psíquica	91
3.4 OS ENVOLTÓRIOS PSÍQUICOS	94
3.4.1 O eu-pele	97

4	A PRESENÇA DO CORPO E DO SENSÓRIO: ABERTURA À ALTERIDADE	103
4.1	O INFANTIL	104
4.1.1	O corpo nos diversos modos de expressão	107
4.1.2	O arcaico no interior do infantil	113
4.2	O ATUAL, O CORPO, A PRESENÇA	119
4.3	EXTENSÕES DO CORPO	126
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
	REFERÊNCIAS	139

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa de doutorado teve como ponto de partida a constatação de que produções psicanalíticas a respeito do corpo – mais especificamente, em sua dimensão sensório-motora – tendem a ser dedicadas, na maioria das vezes, ao contexto da psicopatologia. Essa observação decorre de nossa pesquisa de mestrado, na qual pudemos demonstrar que o eu, em Freud, é uma instância fronteira em estreita relação com os limites internos e externos do psiquismo (MAIA, 2017). Nosso interesse pela metapsicologia, com especial enfoque na problemática narcísica, nos colocou em contato com a produção contemporânea sobre os chamados estados limites (GREEN, 1976/2017), em que a intrincada relação do eu com o corpo e a alteridade possui especial destaque. Com isso, aproximamo-nos também das discussões acerca do traumático de caráter desestruturante (KNOBLOCH, 1998), em que a dimensão do corpo é abordada, muitas vezes, pela via do transbordamento e do excesso pulsional (FERNANDES, 2003).

A questão da expressão do sofrimento psíquico via corpo, como campo de atuação do traumático, foi e ainda é amplamente debatida e pesquisada no meio psicanalítico (CARDOSO; GARCIA, 2010). O enfoque nessa perspectiva contribuiu para a ampliação da compreensão dos recursos e defesas psíquicas de maneira geral. De maneira complementar, também estimulou o interesse voltado para os primórdios da existência psíquica, quando a vida psíquica está ainda completamente conectada aos recursos corporais do vivido emocional. A perspectiva da constituição subjetiva confere particular atenção à dimensão corporal nela implicada, enfatizando o plano das experiências precoces e os modos primários de vínculo, com destaque à relação do bebê com seus cuidadores e as formas de simbolização primária.

Todavia, mesmo o interesse dedicado aos aspectos constitutivos e estruturantes parece estar, muitas vezes, a serviço de reflexões sobre o problema das falhas no processo de simbolização, na precariedade egoica e no traumático desestruturante. Nossa inquietação reside justamente na aparente assimilação do corpo à condição de resto ou avesso do simbólico, lugar a partir do qual parece precisar ser superado, transformado ou, ainda, transcendido. É como se o valor do corpo estivesse em sua potência de abstrair-se. De acordo com essa visão, se o corpo encontra destino simbólico, teria, então, lugar estruturante – caso contrário, ele informaria o padecimento dos recursos psíquicos. Ainda que colocada de maneira um tanto caricata, é neste contraponto que encontramos teorizações que nos parecem

binárias, privilegiando tendenciosamente a ordem da representação.

Se, durante o século XX, grande parte da produção psicanalítica pós-freudiana pode ser acusada de silenciar uma escuta à dimensão sensorial da existência, com ênfase no campo representacional, da linguagem e do pensamento, hoje não podemos afirmar o mesmo (BIRMAN, 1998; 1999). Nas últimas décadas, foram significativamente incrementadas as publicações e pesquisas interessadas em aspectos arcaicos do psiquismo, tanto de um ponto de vista constitutivo, quanto dos mecanismos de defesa mais primitivos. Costuma-se atribuir esse retorno ao corpo a uma demanda que seria inerente às particularidades da clínica contemporânea, em que se tornam menos frequentes os casos clássicos de neurose de transferência e em que se constata um aumento de quadros clínicos complexos e de difícil apreensão em uma única categoria etiológica (CARDOSO; GARCIA, 2010).

Uma fala especial do corpo se impõe na cena clínica a partir de respostas defensivas, tais como a compulsão à repetição, a passagem ao ato e os sintomas psicossomáticos, convocando o campo analítico a ampliar suas camadas de escuta para aquém da palavra e dos rompantes do recalcado. Os atos automutilatórios, a toxicomania, a dor física crônica, as somatizações, os transtornos alimentares são alguns exemplos em que é deflagrada a indistinção dos limites internos entre soma e psique. A partir daí, nos aventuramos pelo território das formas e das sensações, aos redutos arcaicos não nomeados que insistem em se apresentar. Nosso interesse central de pesquisa foi impulsionado pela expressiva presença na clínica e no debate psicanalítico com essas modalidades de expressão do sofrimento psíquico, sem, no entanto, se restringir à vertente da psicopatologia. Afinal, será somente diante do fracasso da elaboração que o corpo toma a frente do funcionamento psíquico? O destino almejado para os elementos não simbolizados deveria ser o de vir a simbolizar? Consideramos que sempre restará algo de irrepresentável no cerne da experiência subjetiva. E então?

Partindo desses paradigmas clínicos, buscamos investigar o que poderíamos apreender a partir daí sobre aspectos estruturais do psiquismo, os quais ultrapassam os quadros clínicos subjacentes. Desejamos mostrar que o núcleo bruto da apreensão sensorial no psiquismo condensa potenciais destrutivos e criativos, bem como aqueles de caráter desestruturante e estruturante do nosso mundo interno. Assim, encontramos na literatura dedicada à clínica forte impulso para pensarmos os destinos do sensorial e da dimensão do corpo na subjetividade em geral, fora dos limites da patologia. Reservar ao corpo a dimensão do extremo, do traumático e da patologia demarca uma visão restrita – e que nos empenhamos a romper – através da qual se perde de vista sua centralidade constitutiva e, diríamos, até mesmo cotidiana.

Afirmar o valor das qualidades sensório-motoras na vida subjetiva confere reconhecimento à sua potência expressiva e relacional. Trata-se de um movimento de ampliação da esfera do corpo no interior dos conceitos psicanalíticos: um alargamento teórico, decerto, que se ancora na própria corporalidade estendida pela vida subjetiva. A intenção é resistir à tendência de hierarquizar o domínio do campo simbólico sobre a materialidade do campo sensível. Nosso empenho foi trabalhar a questão com a complexidade devida, apontando para a coexistência nela de múltiplas dimensões.

Ainda que situada no campo da metapsicologia, vale notar que a relação corpo/psiquismo nos remete, mesmo que de maneira muito sintética, à filosofia. Ao longo de séculos, o pensamento filosófico coloca os questionamentos mais elementares sobre a existência humana e forja diversas tentativas de circunscrição do enigma corporal e suas produções psíquicas. Para situar a complexidade teórica desse tema, é preciso frisar que a própria distinção entre “corpo” e “psiquismo”, “soma” e “mente”, “matéria” e “alma” é herança de uma concepção dualista já encontrada em Platão e Aristóteles, largamente difundida pela tradição cristã, e cujo expoente moderno é o pensamento de Descartes.

Embora não seja sistematizada como um conceito próprio, a noção de corpo explorada em psicanálise é amplamente atravessada pelo viés da pulsionalidade. Por um lado, o corpo é tomado “enquanto objeto para o psiquismo, é o corpo da representação inconsciente, o corpo investido numa relação de significação, construído em seus fantasmas e em sua história” (LAZZARINI; VIANA, 2006, p. 242). Em perspectiva complementar, o corpo passa também a ser considerado em suas qualidades sensíveis e materiais, formadoras do sujeito da experiência, afetado pela sua presença no mundo e pela relação com o outro. De todo modo, trata-se de uma concepção subjetivada do corpo, diferenciando-se das descrições fisiológicas e anatômicas. Há também muitas visões que podem se somar à perspectiva psicanalítica, como, por exemplo, as abordagens próprias aos campos da estética, da filosofia, da sociologia, da história, da política e da antropologia. A complexidade do tema do corpo não deve sobrepor ou operar exclusões entre as diversas perspectivas possíveis, mas cada uma delas abre um leque de possibilidades e de articulações.

A partir de Freud (1905/1996; 1915/2013), a pulsão é explorada como fator que coloca a esfera psíquica indissociavelmente da esfera corporal, tendo sido definida como conceito limite entre o psíquico e o somático, borrando, portanto, a distinção cartesiana de uma *res cogita* e uma *res extensa*. É a emergência do pulsional que irá engendrar a atividade psíquica, a partir de sua exigência de trabalho. O psiquismo é possível, sobretudo, *porque* existe um corpo atravessado por forças pulsionais que lhe são irredutíveis (BIRMAN, 1999). Há,

portanto, um corpo-sujeito de implicação mútua, através do campo pulsional.

No entanto, a terminologia empregada na produção psicanalítica insiste em bipartir as camadas de experiência, eclipsando, muitas vezes, a ancoragem corporal do psiquismo e a complexidade da relação entre esses campos em uma dinâmica de apoio e desvio, simultaneamente. Winnicott, por exemplo, defende o termo “psicossoma”, em lugar de “psiquismo”, para explicitar a defesa da integração dessas esferas. Também a escola psicossomática de Paris e seus continuadores apostam em escolhas conceituais que buscam sustentar uma concepção de certa unidade. De nossa parte, consideramos que a experiência subjetiva traz esses registros de maneira correlata e entrecruzada, de modo que “corpo” e “psiquismo” implicam uma relação de interdependência, mas cujas singularidades envolvidas nesse especial e inescapável entrecruzamento demandam aprofundadas pesquisa e discussão.

Iniciamos a tese com o primeiro capítulo apresentando três quadros clínicos, cuja compreensão solicita especial atenção ao registro do corpo: os estados limites, a histeria e as neuroses atuais. O interesse clínico nessa esfera está presente desde os primórdios da psicanálise até os dias de hoje, mobilizando a produção teórica e sendo, ao mesmo tempo, sistematizado por ela. Neste primeiro momento, podemos assistir o corpo sendo abordado como campo de expressão do sofrimento psíquico. Dedicamo-nos a explorar alguns mecanismos de defesa, os quais implicam um movimento regressivo do eu, convocando, de diferentes formas, a dimensão corporal. Nesses três quadros, as manifestações corporais mobilizam, em termos metapsicológicos, elementos distintos do aparelho psíquico, cada um deles trazendo pistas sobre a estruturação do mundo interno.

Os quadros de problemática narcísica revelam o sobressalto dos aspectos arcaicos diante da ameaça da integridade egoica, apontando para desorganizações da ordem do traumático. Nesse contexto, os registros da sensorialidade e da motricidade ganham protagonismo através de atuações, somatizações e da compulsão à repetição. Estes quadros, que se apresentam com grande exuberância na contemporaneidade, nos conduzem aos primórdios da teoria psicanalítica para tecermos, tanto um contraponto, como também aproximações entre diferentes registros teóricos e clínicos a partir de distintos paradigmas. Desde sua criação, a psicanálise se deparou com os enigmas das manifestações corporais, de modo que a conversão histórica e as neuroses atuais marcam as primeiras formulações sobre o corpo. Disto podemos observar que o lugar do gesto na vida psíquica é incontornável. Pela via histórica, atuada ou integrada, por exemplo, o campo sensório-motor está presente.

Após percorrermos a exposição pela via de diferentes mecanismos defensivos com ênfase na esfera do corpo nas manifestações de sofrimento, no segundo capítulo operamos

uma inversão de perspectiva, para salientar os aspectos constitutivos e estruturantes das experiências corporais. Neste ponto, não poderíamos deixar de indicar a dimensão da alteridade como operador central nas considerações sobre o corpo. Afinal, desde os primórdios, é a partir do outro e através dos investimentos da alteridade que o campo subjetivo se constitui – e as relações precoces são marcadas, essencialmente, pelos cuidados afetivos em torno de um corpo ainda prematuro para o ambiente que habita. Exploraremos, assim, três eixos que, em seu conjunto, formam as bases de sustentação da constituição subjetiva: o sexual, a autoconservação e a simbolização.

As relações precoces comportam essas diferentes dimensões através das quais a vida subjetiva do bebê começa a tomar forma, colorido e densidade. Tradicionalmente, nas pesquisas psicanalíticas, o eixo do sexual, da erogeneização e da fantasia são tópicos de maior exploração. Aqui, justamente por considerarmos a vasta extensão dessa abordagem, optamos por privilegiar a dimensão da autoconservação a partir da teoria do apego. Com isso, não buscamos atrofiar a expressividade do sexual, mas antes oferecer perspectivas complementares que ampliem a compreensão da importância do contato sensorial para a constituição subjetiva. A partir da autoconservação, compreendemos que as funções de continência e sustentação – tão importantes para a integração narcísica – são experimentadas inicialmente no corpo a corpo com a alteridade. Veremos também como a sensorialidade, nas relações primárias, trazem em si os “embriões de sentido” (KONICHECKIS, 2018) nucleares dos processos de simbolização. Dessa forma, nos dedicamos a explorar a dimensão corporal como campo de vínculo e, também, suas qualidades estruturantes.

Ao longo da tese, optamos em nos referir às pessoas responsáveis pelos cuidados primários como “cuidadores” ou “figura de referência” da criança, dentre outras expressões similares. Com isso, a utilização dos termos “mãe” e “materno” ficou restrita às citações literais. A insistência de não especificar o gênero, a configuração familiar ou o exato grau de parentesco – caso haja uma ligação desse tipo – do adulto atribuído da função de cuidado com a criança é um gesto aparentemente pequeno que, no entanto, comporta impacto significativo na recepção e compreensão de que o cuidado, efetivamente, é uma prática social e coletiva. Por mais que, historicamente, sejam as mulheres cisgêneras as figuras sociais que carregam a função de cuidado e reprodução, reiterar essas práticas enquanto algo do âmbito “materno”, ainda que com a possibilidade de “substitutos”, acaba por reforçar este mesmo imaginário.

Com esse gesto, para além de projetarmos a formação de vínculos plurais, também descrevemos com mais precisão o que já se passa em nosso cotidiano: crianças são cuidadas por adultos. Mães, tias, primas, pais, tios, avós, irmãs e irmãos, padrastos e madrastas,

vizinhas/os, babás, professores, cuidadores em geral – diversas são as figuras próximas que constituem o universo íntimo da criança. Diversos são também os corpos, os cheiros, as vozes, os colos, os toques, as peles que permeiam o mundo sensorial e afetivo em que a criança está inserida. A experiência de continuidade, formadora de uma referência de segurança na figura de apego, pode então ser desempenhada por qualquer personagem que se disponha a ser “usada” e investida pela criança, ao mesmo tempo em que se dispõe a investir e cuidar.

No terceiro capítulo, seguimos a perspectiva do papel constitutivo das experiências corporais, agora voltada para a problemática narcísica. A noção de eu corporal, indicada brevemente por Freud (1923/1996), ganha amplo desenvolvimento como a dimensão arcaica do eu. A sensorialidade se apresenta como campo inaugural da existência e da percepção/descoberta da existência de um eu. As qualidades do entorno sensorial, tanto do mundo físico como também da materialidade do corpo dos cuidadores, formam a ambientação através da qual a experiência de “ser” irá emergir. Nesse contexto, o processo de diferenciação do ambiente para a formação de um corpo próprio é análogo à constituição dos limites narcísicos. Examinamos como esse contorno primário é forjado, pouco a pouco, no envolvimento rítmico das relações primárias, em movimentos de presença e ausência, estímulo e quietude. Com a metáfora do eu-pele podemos, então, visualizar a plasticidade fantasmática que esses contornos podem assumir.

Todos esses aspectos revelam a importância de uma escuta ampliada, que integre múltiplos campos em que a dimensão corporal se faz presente. No quarto capítulo, demonstramos que estes aspectos constitutivos permanecem em constante atuação no mundo subjetivo. Embora sua expressão possa ser, a princípio, mais exuberante nos casos em que o corpo é convocado pelo sofrimento psíquico, defendemos que os aspectos corporais comportam uma potência sempre atuante. Múltiplos são os graus de expressão que a dimensão do corpo pode assumir – mais ainda, compreendemos que além da multiplicidade, esses graus são muitas vezes concomitantes. Nessa perspectiva, procura-se mostrar que o campo simbólico e a representação não superam – nem são superiores – o campo sensório-motor: defendemos, antes, a continuidade de um registro a outro com funções e capacidades diferentes entre si.

É através dos estímulos sensoriais que somos afetados pelos dados do mundo. O vento no rosto, o peso do corpo, a voz da pessoa amada, o calor do sol, o zumbido do mosquito, as cores dispostas em formas nos quadros e fotografias, o desenho das letras, o toque de um carinho, o pinicar de uma etiqueta, o frescor da água – conjuntos infinitos de sensações que

ancoram nossa existência no presente. Mas não é apenas esse presente que nos afeta: a atemporalidade do inconsciente, as sensações despertadas na sutileza das memórias, o “atual” daquilo que não se tornou passado se infiltram e se misturam em nossa percepção. Dessa forma, insistimos que a dimensão arcaica, o campo simbólico e o aqui-e-agora se entrelaçam e, no entanto, deixam furos, formando a porosidade do mundo subjetivo.

Nossa proposta é deslocar a visão restrita aos processos patológicos e da primeira infância para uma concepção afirmativa da atuação do campo perceptivo, sensorial e motor de modo permanente na vida psíquica. Uma compreensão metapsicológica ampliada da dimensão corporal visa igualmente contribuir para um exercício de sensibilização clínica por parte do analista. Destacamos que a ideia de sensibilização, aqui, concerne à valorização dos dados sensíveis que se apresentam em todo encontro com o outro.

1 O CORPO COMO VIA DE EXPRESSÃO DO SOFRIMENTO

Nas últimas décadas, presenciamos a questão do corpo ganhar espaço e centralidade no campo psicanalítico. A atenção dirigida às dimensões somática, sensorial e gestual acompanhou o crescente debate acerca dos diversos sofrimentos não neuróticos, nos quais a problemática dos limites se apresenta em destaque. Manifestações clínicas como as adições, as doenças psicossomáticas, os transtornos alimentares e as passagens ao ato apontam para diferentes formas de sofrimento que se expressam através do registro corporal, a partir da convocação do campo sensorial, motor e orgânico.

Com isso, observamos que parte significativa do interesse da comunidade psicanalítica se dirige, sobretudo, à atuação do corpo no âmbito de respostas patológicas. O discurso sobre o corpo se constrói, muitas vezes, em contraponto àquilo que seria da ordem do psiquismo: restaria a ele apresentar-se diante da falência ou da insuficiência dos recursos psíquicos. Preferimos considerar tais respostas como modalidades expressivas nas quais o corpo desempenha papel primordial, sem com isso pretender hierarquizar as diferentes formas de experimentar e exteriorizar um mal-estar subjetivo. Partindo dessa perspectiva, o debate suscitado por tais manifestações clínicas coloca questões fundamentais sobre a complexa relação entre trabalho de simbolização, corpo e representação, dentre muitos outros aspectos.

Desde os primórdios da psicanálise, por diversas vezes, o corpo toma a cena clínica e impõe um trabalho de reflexão à teoria. A histeria de conversão inaugura esse movimento investigativo sobre uma extensão da escuta do corpo através das palavras. Ainda hoje, a psicanálise é convocada a se debruçar sobre as particularidades das manifestações corporais presenciadas na clínica contemporânea. Há, no entanto, um deslocamento de ênfase: se, no contexto freudiano, a escuta do simbólico representado no corpo foi o grande motor das pesquisas sobre histeria, na atualidade, grande parte das pesquisas se dirigem à irrupção do traumático nos sofrimentos narcísicos.

Em lugar de uma lógica de oposição, tal deslocamento da dimensão neurótica até a arcaica aponta para a complexificação do registro psíquico e suas afetações corporais, ampliando o leque de referências que psicanalistas contemporâneos têm à sua disposição. A partir do interesse suscitado pela profusão de figuras clínicas que trazem o corpo para o centro do debate, nos interrogamos sobre o que podemos depreender a respeito da própria existência subjetiva, ao considerar que sua implicação está para além das atuações e do sintoma.

Buscamos examinar neste primeiro capítulo algumas das modalidades clínicas em que

o sofrimento e a dor psíquica se apresentam, em grande medida, através de atuações mobilizadas pela compulsão à repetição, somatizações, descargas corporais e, também, pelo sintoma. Nosso intuito é apresentar de que forma o corpo vem sendo concebido como elemento fundamental para a compreensão de desafios metodológicos e conceituais que ora provocam a psicanálise a se deparar com seus limites, ora provocam sua ampliação teórico-clínica. Ao mesmo tempo, nos chama a atenção como repetidamente o corpo é tomado pela negativa do psíquico, sendo indicado como resto que resistiria à simbolização ou mesmo informando suas falhas.

Dentro dos estudos do campo da psicopatologia, a literatura psicanalítica de tradição francesa enfatiza a convocação do registro corporal nos estados limites como decorrente da precariedade das respostas egoicas frente à intensidade desorganizadora daquilo que não pode ser representado. As intrincadas fronteiras entre o eu, o corpo erógeno e o somático são perturbadas a partir da invasão de elementos irrepresentáveis, de modo que o corpo se apresenta como única via possível de escoamento das intensidades. Nesse sentido, nos questionamos também acerca dos recursos mobilizados pelo eu mesmo quando sua fragilidade ganha evidência, apontando para o acionamento da regressão como forma de defesa primitiva. A dimensão do arcaico aparece em primeiro plano, deixando vislumbrar que tal funcionamento diante do extremo, deflagrado pela dimensão de violência psíquica, nos informa também sobre aspectos constitutivos do próprio aparelho psíquico.

Em um segundo momento, essa investigação convoca a um retorno sobre as origens da psicanálise, notadamente acerca da noção inaugural de um corpo de fantasia a partir da histeria. Destacamos o mecanismo de conversão revisitado à luz da maior complexidade que os estudos contemporâneos abarcam, enfatizando sua dimensão regressiva. Paralelamente à histeria, os impasses suscitados pelas neuroses atuais também chamam a atenção para outra dimensão: ausente de representação, o afeto se descarrega corporalmente sem ligação psíquica. Encontramos, pois, nessas primeiras formulações freudianas, as bases do que veio a se consolidar como compreensão a respeito do papel do corpo no funcionamento psíquico em geral. Buscamos, assim, trazer aproximações e frisar os pontos de diferenciação entre o interesse contemporâneo dirigido à convocação do corpo nos estados limites e determinados mecanismos defensivos já observados por Freud.

1.1 O SOBRESSALTO DO CORPO NOS ESTADOS LIMITES

Ao longo dos mais de cento e vinte anos de psicanálise, a demanda clínica sofreu

grandes transformações, ao mesmo tempo em que a teoria psicanalítica ganhou camadas de espessura em sua vivacidade teórica. As contribuições de diversos autores, capazes de compor criativamente com a perspectiva das teorias pulsionais e das relações objetais, tais como Green, Anzieu e Roussillon, caracterizam a psicanálise contemporânea em sua dimensão pós-escolar. Pode-se ressaltar que um dos desafios clínicos de maior expressividade na atualidade se centra em torno dos chamados estados limites, categoria que não se reduz às dinâmicas descritas na nosologia clássica. Figueiredo (2018) explica que a problemática dos limites deve-se à percepção de que tais configurações pareciam estar situadas em uma região fronteira entre a neurose, a psicose e a perversão.

Graças à pluralidade de visões teóricas em nosso campo, o termo “estados limites” não é unânime nem abordado de maneira uniforme entre diversos autores. Figueiredo (2018) situa que autores herdeiros da chamada escola inglesa costumam pleitear o uso do termo *borderline*, compreendendo-o como estrutura singular de personalidade. Por outro lado, a perspectiva francesa prefere destacar a noção de estados limites para se referir a “um aspecto e a uma dimensão da personalidade ou da vida mental que poderiam ser encontrados em patologias diversas, embora sejam mais marcantes em certos pacientes” (p. 83), independente de um diagnóstico específico. Trabalharemos, sobretudo, a partir da bibliografia francesa, tendo em vista que nos interessa, mais do que um debate nosográfico, depreender os aspectos envolvidos no apelo aos registros do corpo, da sensorialidade e da motricidade que a problemática dos limites coloca em evidência.

Destacamos três denominadores comuns que caracterizam a problemática dos estados limites: o acionamento do corpo como lugar privilegiado da expressão do sofrimento; angústias relativas à separação e ao encontro com o outro; e os entraves da elaboração psíquica, evidenciando a dimensão do traumático e da compulsão à repetição. Segundo Birman (2003), estando a clínica da neurose centrada no conflito psíquico decorrente da oposição do imperativo dos impulsos e da interdição moral, uma característica proeminente do que estamos chamando de clínica contemporânea tem o enfoque no corpo e no registro do ato. Essa mudança na modalidade de sofrimento não pode ser acompanhada das tradicionais abordagens teórico-clínicas com modelo calcado na neurose.

Costumamos identificar este perfil clínico como fenômeno eminentemente contemporâneo, pelo menos a contar o grande volume de publicações nas últimas décadas apontando uma mudança significativa na quantidade de casos que extrapolam as delimitações das organizações nosográficas (ANZIEU, 1985/1989; GREEN, 1990/2017, FIGUEIREDO, 2018; CARDOSO; GARCIA, 2010). Todavia, é ainda no ano de 1938 que Adolph Stern

publica um texto em que aponta a dificuldade de manejo com esses pacientes, que ele denomina “límitrofes”. Embora ainda os caracterize como grupo específico de neuróticos, surpreende-se por apresentarem “alto grau de narcisismo”. Vale ressaltar também que Freud não introduz em seu arcabouço teórico a noção de estados limites, não obstante seu legado nos deixe uma riqueza conceitual e clínica suscetível de ser revisitada à luz das novas construções do campo psicanalítico. Veremos que a problemática narcísica, como já aí se anuncia, será central neste debate.

Embora a discussão acerca de pacientes *borderline* e estados limites fosse, então, um material já encontrado e debatido anteriormente na literatura psicanalítica, Green (1976/2017) foi o autor que afirmou o estatuto conceitual da noção de limite, definindo-o, não como uma linha divisória, mas como um complexo espaço fronteiro através do qual decorrem os trânsitos e as diferenciações entre eles. Notadamente, é também a partir da compreensão do limite como região que se torna possível explorar as dificuldades encontradas no estabelecimento das delimitações internas e externas. O próprio corpo pode ser tomado como paradigma da figuração dos limites, como desenvolve o autor:

O que é o limite de alguém? O envelope da pele vem imediatamente ao espírito. Por mais evidente que isso possa parecer, não devemos esquecer que nosso continente-pele é descontínuo. O tecido cutâneo é interrompido por outros tecidos: ele é esburacado. Esses buracos desempenham o papel de portas, ou melhor, de postos de alfândega: são os olhos, as orelhas, o nariz, a boca, o ânus, os órgãos genitais. Essas zonas erógenas funcionam nos dois sentidos: para dentro e para fora. Então, temos aqui dois problemas: o primeiro refere-se à consistência e estrutura do limite, o segundo à circulação do interior e no exterior dessas portas. (GREEN, 1976/2017, p. 106)

Ao mesmo tempo matéria e representação, o corpo contém a própria experimentação do limite de si, além de possibilitar a criação de imagens espaciais em analogia a seus componentes. Órgãos, orifícios, membranas, esfíncteres, fluidos – suas estruturas e funções – servem de apoio à elaboração psíquica dos aspectos internos e externos. Vale lembrar, ainda, que a própria pele é estratificada em camadas, possui dobras, invaginações e saliências, como explora ricamente o trabalho de Anzieu (1985/1989), sem contar a complexa composição da microbiota cutânea, já indicando a presença de uma constelação de “outros” em si. A teoria faz uso desse linguajar, não apenas pelo caráter didático da figurabilidade, mas também porque as vivências sensoriais, motoras e de percepção autorreflexivas são experiências, tanto do próprio limite, como dos trânsitos, trocas e relações que ocorrem com o meio ambiente.

A partir disso, quando Green se refere no trecho acima ao problema da consistência e da estrutura do limite, podemos compreender que se trata de uma questão que toca a constituição narcísica, bem como a qualidade das diferenciações dos espaços internos, isto é,

a fronteira do recalque e as delimitações entre as instâncias psíquicas. Nesse mesmo sentido, no que diz respeito ao trânsito entre o interior e o exterior dessas fronteiras, podemos pensar nas diversas formas de relação com o objeto, de que maneira os conteúdos são interiorizados e exteriorizados, qual a dinâmica presente na interação entre as instâncias, dentre outras questões.

Embora tenha cunho metafórico, recorrer às imagens corporais chama atenção para outro elemento central das questões em torno do limite: o que pode ser escutado dessas complexas relações fronteiriças, quando é o próprio corpo que atua em sua literalidade os entraves da dor e do sofrimento? Roussillon (2012) compartilha que em todas as formas de sofrimentos narcísico-identitários sobre as quais pôde se debruçar, “uma parte do quadro clínico apresentado vai além da única associatividade verbal e se manifesta por uma patologia do afeto ou da ação” (p. 26). Conferindo destaque à particularidade do corpo, Anzieu (1985/1989) frisa como característica dos estados limites as “incertezas sobre as fronteiras entre o eu psíquico e o eu corporal, [...] indiferenciação das zonas erógenas, confusão de experiências agradáveis e dolorosas, [...] sentimento de não habitar sua vida, de ver de fora funcionar seu corpo e seu pensamento” (p. 8).

Trabalhar a partir da perspectiva das fronteiras coloca em cena esse espaço outro que opera a partir de uma terceira lógica. O campo dos limites, muitas vezes, evidencia um território que informa a mistura, a indiferenciação, a confusão das características bem definidas. Simultaneamente, é a partir da experimentação desse lugar que se torna possível tecer relações, estabelecer trocas e se afetar mutuamente. Pode-se pensar também que, de maneira concomitante, essa zona limiar opera uma separação gradativa em que a diferenciação é alcançada a partir de determinada distância.

Enquanto espaço fronteiriço, podemos imaginar figuras metafóricas para expressar diferentes sensações, formas de experimentar a própria existência e, sobretudo, maneiras de se relacionar com o mundo e com a alteridade. Como diz Green (1976/2017), “ser uma fronteira é identificar-se com um limite movente do qual mais sofremos os efeitos do que comandamos as operações” (p. 107). Nesse contexto, como a problemática em torno do corpo se apresenta? De que modo o esmaecimento das fronteiras implica a convocação corporal na expressão do sofrimento? A atuação do corpo, nesses casos, seria um recurso que informa sobre os limites psíquicos?

1.2 AMEAÇAS À INTEGRIDADE NARCÍSICA

Para compreendermos melhor de que forma o corpo é convocado a atuar de maneira expressiva e defensiva nos estados limites, voltemo-nos um pouco mais para as angústias que estão na base desses quadros. As ameaças e os ataques à integridade narcísica são elementos fundamentais para a compreensão dos mecanismos de defesa acionados. Green (1976/2017) elege as angústias da perda e da intrusão do objeto como centrais na dinâmica dos estados limites. Cardoso (2010b) salienta que a agonia diante da ameaça de abandono vem paradoxalmente se conjugar com o desespero diante do risco de ser invadido e engolfado pelo outro.

Em ambos os lados, está posto o terror de morte e de dissolução das próprias fronteiras. Diante da fragilidade egoica, o sujeito convoca o objeto em regime de “necessidade”, ao mesmo tempo em que luta para se separar dele. Nesse cenário de desmantelamento narcísico, o eu pode vivenciar o próprio corpo como um outro, em uma relação de exterioridade com ele. Os ataques sucessivos ao corpo, embora tenham função de descarga pulsional, apontam também para a destrutividade que se volta contra si. Poderíamos pensar que este corpo é percebido como estranho: há tanto uma impressão de não identidade como reconhecimento de algo próprio nas experiências corporais. O que está sendo atacado é o outro em si ou seria o próprio eu? Simultaneamente, o acionamento sensorial e motor é um recurso radical pela busca de asseguramento narcísico, uma vez que as sensações despertadas ligam a percepção ao presente do corpo.

O caráter primitivo do eu, ainda pouco diferenciado das experiências corporais, indicam que o eixo da questão reside justamente na problemática da separação. A dependência do objeto mobiliza um terror de morte na ameaça de perdê-lo ou de ser apagado por ele. A urgência e a impossibilidade de separação caminham lado a lado nessa dinâmica, dando a impressão de que, nesses casos, é como se o objeto tivesse a função de atestar a existência do próprio sujeito (CARDOSO, 2010c). Conforme afirma André (2001), nos quadros limítrofes, “o único eu é um outro, um outro fora-de-si” (p. 106). No entanto, nos estados limites, a vivência é de servidão (CARDOSO, 2010a) a este outro interno que não pode ser apagado, ganhando traços persecutórios.

Uma vez que toda função psíquica se desenvolve com o apoio de uma função corporal, cujo funcionamento é transposto para o plano psíquico, Anzieu (1985/1989) se interroga sobre fantasias primitivas, cuja forma se apresentaria nas diversas figuras da plasticidade do corpo. A problemática da separação será por ele trabalhada a partir da fantasia originária de uma pele

comum entre a criança e seu cuidador de referência.

A união simbiótica com a mãe é representada na linguagem do pensamento arcaico por uma imagem tátil (e aparentemente olfativa) onde os dois corpos, o da mãe e o da criança, tem uma superfície comum. A separação da mãe é representada pelo arrancar dessa pele comum [...] mas aquela que rasgou o envelope comum é também a que pode repará-lo. (ANZIEU, 1985/1989, p. 47)

A fantasia da partilha de uma mesma pele coloca em evidência a presença inseparável do objeto, ao mesmo tempo em que destaca a dor da separação. A elaboração dessa fantasia pode se traduzir de diversas formas, seja, por exemplo, pela fantasia secundária de pele invulnerável, ou mesmo de pele arrancada e ferida. Em todo caso, para se alcançar uma independência relativa, o processo incluiria ainda em fantasia uma separação de corpos que pode ser atuada nas situações de passagem ao ato. Essa proposta de Anzieu nos interroga sobre o ataque ao corpo, muitas vezes assistido em alguns quadros como tentativa de reinstalar a ferida da separação, em busca de se experimentar um asseguramento narcísico.

Em um primeiro plano, o que se vê ameaçada é a própria possibilidade de “ser”, pois tanto o excesso de presença como o excesso de ausência do objeto acabam por apagar a preservação da singularidade do sujeito em formação. Com isso, reações defensivas extremas são acionadas, uma vez que esse eu arcaico está vinculado a uma relação de dependência ao objeto para a garantia da continuidade de existência. A convocação do objeto nesse regime remete diretamente à relação com o objeto primário, em que a atuação investida, cuidadosa e respeitosa do adulto de referência nos cuidados primários, atravessada fundamentalmente por uma comunicação corporal, é a própria condição de vida da criança. Mano (2013) sinaliza que, em alguns casos de aderência vital ao objeto, a separação não é sinônimo de autonomia, mas de perda – dos objetos investidos, mas, sobretudo, perda de si mesmo.

Estellon (2012) indica que a radicalidade da experiência de intrusão e abandono nesses casos pode ser lida como resultante, no nível econômico, de falha do funcionamento autoerótico:

[...] sem a possibilidade de fazer aparecer psiquicamente o objeto perdido, seu desaparecimento no espaço da percepção é vivenciado subjetivamente como arrancamento, perda, abandono. Inversamente, sem a capacidade de se abstrair psiquicamente da presença do outro - presente no espaço da percepção - as manifestações de sua presença podem ser vivenciadas subjetivamente como invasão intrusiva. (ESTELLON, 2012, p. 28, tradução nossa)

Entretanto, para alucinar o objeto ausente é necessária sua internalização, enquanto a alucinação negativa requer ainda a capacidade de esquecer-lo; para isso, é preciso poder se separar dele. A impossibilidade de separação toca também os processos de simbolização: a

representação seria já uma forma de inscrição psíquica que garantiria a permanência do objeto na sua ausência. Com isso, as defesas acionadas estão aquém do recalque, pois esta operação incide justamente sobre a representação.

Green (1976/2017) destaca o recurso da clivagem como resposta a duas possibilidades de atitude do objeto: seja um objeto fusionado, intrusivo, que não se retira e engolfa a criança, apagando-a; seja um objeto que não se funde, apático, vazio. Esse mecanismo de defesa promove uma cisão no próprio eu, que tenta se preservar, desconectando-se de uma parte de si. Vale ressaltar que a clivagem opera não só nas tentativas de separação do dentro e do fora, isto é, na tentativa de se separar do outro, como ela acontece também entre a psique e o soma, criando desligamentos internos. Podemos dizer que os efeitos dessa dinâmica perda-intrusão, muitas vezes pendular, se estende tanto aos limites externos quanto internos. O autor reforça essa incidência da clivagem em diversos âmbitos da vida psíquica, como vemos na seguinte passagem:

A dissociação pode assumir formas mais sutis, como no processo de isolamento, que desconecta o afeto, a representação e os pensamentos. A própria atividade motora também pode ser clivada do mundo psíquico. As duas fronteiras estabelecidas pela clivagem se instauram entre, de um lado, o somático e o libidinal e, de outro, entre a realidade psíquica e a realidade exterior. Assim, o corpo libidinal e fantasmático encontra-se tomado entre o soma e a ação. (GREEN, 1976/2017, p. 126)

As consequências dessas clivagens são descritas pelo autor na observação das respostas encontradas para a expressão do sofrimento. Dito de outra maneira, como não há formação de compromisso na construção sintomática nesses casos, encontramos os efeitos da clivagem em reações não simbolizadas que, no entanto, expressam dor e agressividade. “O soma clivado fará intrusão na esfera psíquica, sob a forma de sintomas psicossomáticos ou de hipocondria”, diz Green (1976/2017, p. 126). A ausência de simbolização também se manifesta na atuação que, diferentemente de um ato sintomático carregado de significação, tem, sobretudo, função expulsiva e evacuadora. Nesse contexto, a atuação não entra na cadeia associativa podendo adquirir um sentido. Trata-se, para o sujeito que sofre, de uma descarga direta a partir da qual parece não haver sentido possível.

O destaque conferido por Green, que coloca acento na destrutividade interna dos casos limites, aponta para o desligamento operado no interior do aparelho psíquico. Essa dimensão não está presente somente em relação ao mundo externo e aos objetos, mas também são atacadas as ligações internas e, por consequência, a própria capacidade associativa. Tal é o curto-circuito promovido entre excesso e descarga – seja nas somatizações ou no ato – que carece de mediações.

O ato conduz a uma descarga direta através da motricidade: grandes quantidades de excitação são radicalmente subtraídas do processo de pensamento, subtraídas do trajeto de mentalização. Não haveria, porém, nesse processo, uma efetiva ‘contenção’, pois esse movimento ato-descarga não pressupõe um sistema de ligação ou de laço. Nos termos de Roussillon, tratar-se-ia de um movimento de “ex-corporação”. (CARDOSO, 2010c, p. 84)

Tanto em Green como no trecho de Cardoso acima, transparece o movimento de exteriorização que diversos mecanismos defensivos de característica limítrofe comportam: a clivagem que busca cindir para fora de si aspectos não integrados, a projeção, a denegação e também o ato e as somatizações jogam as intensidades para “fora” do psíquico, tomando o corpo como externo a si. Essa alocação do corpo como espaço externo é também fruto da clivagem de que falamos acima. Entretanto, aquilo que é evacuado no corpo apresenta, em seu caráter de atualidade, os indícios daquilo que poderá se construir enquanto sentido.

1.3 DO IRREPRESENTÁVEL AO SENTIDO EM POTENCIAL

As diversas formas expressivas do corpo nos levam a questionar o que seriam esses elementos não verbais e se haveria ali um sentido possível a ser encontrado ou até mesmo construído. Por que não se vinculam à linguagem verbal? Seriam símbolos corporais ou estariam situados para além da representação? O que faz com que esses elementos extravasem de forma tão intensa quanto inescapável? Diante destas questões, nos intriga como esses quadros tensionam o que seria o limite do campo representativo e convocam reflexão sobre o que está sendo expresso através do corpo e por que essa é a via privilegiada de expressão.

Ao pressupor que nem sempre o corpo biológico está vinculado a um sistema significante, abre-se a possibilidade de pensarmos a atuação corporal como descarga que opera fora da lógica da representação, nomeada por Fernandes (2003) como lógica do transbordamento. Tal abordagem propõe a hipótese de que elementos irrepresentáveis, isto é, que não ganharam contorno representativo no trabalho de simbolização, extrapolam a possibilidade de contenção psíquica e, muitas vezes, se manifestam através do corpo. A partir desse ponto de vista, aponta a autora que essas sintomatologias assinalam justamente a precariedade da atividade psíquica, que passa a ser denunciada pela irrupção corporal como única saída. Esses problemas tocam diretamente a concepção basal de que o corpo da psicanálise é atravessado pela linguagem, uma vez que a lógica da representação não seria suficiente para a compreensão das somatizações e das atuações, dentre outras manifestações que envolvem o apelo ao corpo.

Cardoso e Garcia (2010) defendem a incidência do traumático e da compulsão à repetição como eixo de compreensão das manifestações clínicas das problemáticas fronteiriças. Segundo Cardoso (2010b),

a compulsão [...] fala de uma exigência interna de agir, de caráter imperativo. A dimensão do ato – relativa à fronteira entre psíquico e corpo – é prioritária nesse terreno, e se articula com a de uma força violenta que se impõe ao sujeito sem que este possa dominá-la. (p. 51)

A função da descarga imediata da excitação é facilmente constatada, trazendo alívio momentâneo para a aflição vivida. No entanto, dentro das situações de passagem ao ato, por exemplo, chama atenção o caráter impulsivo e repetitivo.

Destaca-se, desse modo, o caráter fortuito da descarga somática, cujo preço, muitas vezes, é um ataque ao corpo; embora traga algum apaziguamento momentâneo, em longo prazo, tende a se repetir. Os atos podem ser compreendidos como tentativa de domínio sobre a excitação que acaba por ter a ação reversa – o sujeito se vê dominado pelo próprio imperativo do agir. O esvaziamento da tensão por via somática, nestes casos, carece de um trabalho construtivo: a compulsão à repetição aponta justamente para esse curto-circuito do psiquismo que está fixado em um único modo de descarga. Com isso, a própria repetição se torna essa busca pelo domínio ou seria ela a própria expressão da pulsionalidade indomável?

A nova teoria pulsional proposta por Freud em 1920, com a introdução do conceito de pulsão de morte, aponta para os limites da capacidade representativa em sua vertente mais radical. Laplanche e Pontalis (1967/2004) caracterizam o trauma como afluxo de excitações que é excessivo em relação à tolerância do sujeito e à sua capacidade de elaborar psiquicamente essas excitações. O excesso energético, ao não ser parcializado pelo trabalho de elaboração, impele à descarga, perturba e desestrutura o aparelho psíquico por dentro, incidindo sobre a organização egoica. Knobloch (1998) esclarece que “o traumático aparece, pela impossibilidade de representação, como um estado limite do psíquico, não elaborado e desorganizado, que pode ser ‘qualificado’ de não representável” (p. 94).

As expressões subjetivas apresentadas no corpo apontam para uma marca psíquica não simbolizada, revelando aspectos arcaicos, de ordem sensorial e pré-verbal. Em vez de nos depararmos com os mecanismos de defesa do eu contra certo grupo de representações, como na ocorrência do recalque, o corpo é convocado a exteriorizar o mal estar sem uma conexão a um grupo de representações. Cardoso (2010a) aponta que, quando elementos irrepresentáveis têm forte dominância, os mecanismos psíquicos mais elaborados tendem a falhar. Assim, a esfera do eu corporal atua regressivamente com recursos mais primitivos, como, por exemplo,

as passagens ao ato e a somatização. O corpo que trazemos à cena, aqui, é um corpo *apresentado* em lugar de *representado*. A pergunta subsequente, então, se faz: o que essa apresentação nos mostra? Podemos supor que há um caráter compulsivo que se atualiza nesse tempo sempre presente da apresentação. Fragmentos brutos de uma vivência não elaborada se colocam de maneira imperativa, com a possibilidade de convocar a alteridade para compor algum nível de trabalho de significação dessas marcas.

Se é sob o domínio do eu que temos o trabalho de elaboração psíquica, podemos entender a carência representativa como precariedade do âmbito egoico, a qual promoveria ligação através do trabalho de elaboração. Ou ainda, podemos compreender essa carência pela ótica do caráter traumático do excesso pulsional, irrepresentável. Tais perspectivas são complementares entre si, pois só se pode qualificar a fragilidade do eu diante das suas possibilidades de resposta frente a um excesso que extrapola sua capacidade de elaboração naquele contexto. Portanto, a possibilidade de contenção e o dilaceramento das fronteiras egoicas pelo traumático têm na violência do excesso pulsional um aspecto diferenciador. Neste último caso, a predominância dos recursos arcaicos de defesa entra em jogo, característicos de um estado inicial do eu, o eu corporal. Mano (2013) aponta que:

quando o Eu-psíquico, por sua precariedade frente ao que lhe é exigido, falha na sua sustentação do bem-estar narcísico, o Eu-corporal começa a protegê-lo: ele pode ser parcialmente ou integralmente reinvestido, de modo transitório ou permanente, indo em socorro do Eu-psíquico e cumprindo, no corpo, funções psíquicas. (p. 360)

As defesas que apelam para a dimensão concreta do corpo e do ato são caracterizadas como arcaicas porque acionam um modo de funcionamento psíquico pré-verbal; neste, as formas de expressão, comunicação e memória se dão como marcas impressas no registro do corpo e só podem ser acessadas ali. Isso não quer dizer que é o corpo somático que aqui se apresenta como objeto, em sua literalidade, mas que, para a subjetividade, ainda é indistinguível a articulação das dimensões corporais e psíquicas. Aprofundando esse raciocínio, a capacidade de contenção pulsional, garantindo a possibilidade de espera e trabalho sobre as intensidades, é um recurso construído em outro tempo.

A partir dessa perspectiva, Roussillon (2012) defende a possibilidade de compreender as atuações corporais como testemunho de uma “reminiscência” de experiências subjetivas que precedem a emergência da linguagem verbal, apostando na potência comunicativa das atuações e somatizações. Os elementos que escapam ao plano da representação verbal são compreendidos como componentes de uma dimensão arcaica do psiquismo, que tem no corpo tanto o campo da impressão como o da expressão da experiência. Nesse sentido, por mais que

os elementos tomados como “o irrepresentável” não estejam significados, eles carregam um sentido em potencial. Segundo o autor,

essas experiências subjetivas tenderão a se manifestar sob formas de linguagens não-verbais que emprestam ao corpo, ao soma, à motricidade e ao ato, sua forma de expressividade e associatividade privilegiadas. Da mesma maneira que a criança “pré-verbal” utiliza o afeto, o soma, o corpo, a motricidade, o registro mimogestotônico-postural etc. para comunicar e dar a conhecer como está se sentindo, os sujeitos atormentados por formas de sofrimento narcísico-identitário em relação com traumatismos precoces utilizarão também estes diferentes registros de expressão para tentar comunicá-los e fazer com que sejam reconhecidos e isto de uma maneira central em sua economia psíquica. (ROUSSILLON, 2012, p. 26)

Ora, o caráter disruptivo das emergências corporais nos quadros limítrofes caracterizaria uma falência dos recursos psíquicos ou indicaria, em sua fragilidade mais exposta, uma dimensão arcaica que pode também comunicar algo além do seu próprio colapso? As manifestações via corpo assinalam a precariedade do psíquico ou informam que o campo subjetivo é mais vasto do que a camada representativa? E como se trabalha com isso?

Herzog (2011) aponta para os riscos de se eleger a representação psíquica como centro ordenador da clínica, criando, desse modo, um referencial normatizador do campo subjetivo. A autora frisa a importância de compreender que, tanto a representação, como a linguagem do sensível, fazem parte das possibilidades expressivas do sujeito. Esses impasses nos advertem sobre problemas que concernem, sobretudo, aos psicanalistas e suas ferramentas para trabalhar com o campo não verbal, muito mais do que indicariam a necessidade de estabelecer diretrizes a respeito das formas de sofrimento “analísáveis” por excelência. Como afirma Ferraz (2007), “quando se diz que certo tipo de paciente é inanalísável, atribui-se a ele o que é, em verdade, uma insuficiência do arsenal teórico-clínico disponível no momento” (p. 67).

A noção de irrepresentável nos coloca diante de um problema: como, afinal, aquilo que não foi inscrito permanece marcando o sujeito? Qual seu estatuto? Se pensamos que o irrepresentável é colocado pra “fora” do psiquismo, o que estamos entendendo como limites internos e externos? Alguns apontamentos de Ferenczi podem vir em nosso auxílio nesse espaço de difícil apreensão. Contemporâneo de Freud, aquele autor ficou conhecido por acolher e tratar os “casos difíceis” que, até então, não tinham escuta possível dentro da teoria psicanalítica.

Ferenczi tem uma teoria particular sobre o trauma, da qual iremos sublinhar alguns aspectos:

O traumatismo, aqui, [...] é responsável por aquilo que ele denominou de “autoclivagem narcísica”, que se faz por atomização, estilhaçamento, sendo o lugar do irrepresentável. Um lugar, portanto, que não é o do recalque e nem está no

inconsciente: fora do espaço psíquico da representação, dele não se poderá ter lembrança e, conseqüentemente, impossível será sua recordação. (KNOBLOCK, 1998, p. 42)

A noção de autotomia, tomada emprestada da biologia, descreve o mecanismo que alguns animais, como a lagartixa, possuem para se proteger diante de um perigo: eles podem explodir ou cindir uma parte de si, separando-a de seu próprio corpo. Essa imagem é uma metáfora que ilustra o ataque interno da autoclivagem narcísica proposta por Ferenczi. Trata-se de uma estratégia defensiva paradoxal que o sujeito encontra para sobreviver: luta para se preservar, mesmo que isso signifique matar ou destruir uma parte de si.

Podemos nos apropriar dessa imagem radical para pensarmos sobre os processos psíquicos em torno do irrepresentável e seus destinos. Ao concebermos a ideia de uma expulsão de parte de si, em um intuito de destruição e aniquilamento daquilo que é ameaçador, nos perguntamos novamente a que espaço fica relegada essa parte “morta”. Pinheiro (1995) mostra que a clivagem desestruturante, nesse campo da teoria de Ferenczi, pode encontrar diferentes destinos, próximos à melancolia ou à paranoia. O que nos interessa, aqui, é tomar a ideia da clivagem narcísica para entendermos sua relação com o corpo e o irrepresentável.

O espaço “fora” do psiquismo se encontra, na realidade, fora do âmbito da representação simbólica e, portanto, daquilo que está integrado com qualidade psíquica. Ao investigar os tiques, manifestações corporais que fogem ao controle e à consciência do sujeito, Ferenczi (1921/2011) se questiona se estes não seriam um sintoma narcísico. Os tiques se apresentam como contrações musculares ou manifestações corporais (como mexer nos cabelos, coçar repetidamente uma parte do corpo etc.) que normalmente não eram incluídos no material a ser analisado pelo analista. As inquietações de Ferenczi o levam a supor que existe um sentido oculto ali, outro tipo de simbolismo que foge à representação. Ele toma, então, essas manifestações (tiques, coceiras) como exemplo de formas de infligir dor a si próprio, uma maneira de “automutilação”, atuando o mecanismo da autotomia.

Nota-se que não se trata de um quadro clínico específico, mas de apresentações que geralmente estão mescladas a outras configurações clínicas. A tentativa de Ferenczi é promover uma escuta de todo material (representativo ou não) que o paciente apresenta no *setting*. Com isso, sua pesquisa segue no caminho de investigar aquilo que escapa às possibilidades de representação e se apresentam, digamos assim, na esfera do corpo somático.

A incapacidade de reter um pensamento é o equivalente puramente psíquico da incapacidade de suportar uma excitação sensorial sem uma reação imediata de defesa; falar é precisamente a reação motora que serve para descarregar a tensão

psíquica pré-consciente. [...] [temos] a hipótese de que é a hipersensibilidade narcísica do portador do tique a causa de sua incapacidade para dominar-se no plano motor e psíquico. (FERENCZI, 1921/2011, p. 91)

A resposta corporal seria uma saída imediata diante da dificuldade de guardar uma experiência, um pensamento ou um afeto. O corpo se oferece como o espaço “fora” do psíquico para onde aquilo que não tem condições de ser pensado escapa. Afinal, uma das maneiras de liquidar a excitação desagradável consiste em escoá-la diretamente para a motilidade (FERENCZI, 1921/2011), de modo que ela não precisa ser internalizada, pensada. Trata-se de um reflexo de fuga que, no entanto, retorna para a própria pessoa, agora em seu corpo.

Para explicar aquilo que assegura a marcação das especificidades do corpo nos tiques, Ferenczi propõe outra via de registro da memória. O autor expõe sua hipótese sobre um “sistema mnésico do ego (do corpo)”, que teria como função registrar constantemente os processos psíquicos e somáticos do indivíduo. Com isso, tanto no tique, quanto nas neuroses traumáticas, estaríamos diante de uma fixação mnêmica na atitude do corpo no momento do traumatismo, provocando a reprodução desse conteúdo. Apesar de estar localizado no domínio egoico, esse registro não seria consciente e estaria atrelado ao campo do corpo, e não ao do pensamento.

Ao relacionarmos as marcas do traumático aos signos de percepção – primeiro registro dos processos excitatórios – podemos pensar em uma memória sem lembranças, uma memória que se daria em um registro sensível. Registro situado nos limites do corpo e do aparelho psíquico. Ferenczi parece ter solucionado o enigma ao teorizar um sistema mnésico do ego, sistema limite entre o inconsciente das representações de coisa e o pré-consciente, no qual as sensações pré-representacionais são gravadas, porém não como traços, os quais demandam ainda um movimento libidinal em relação aos objetos. (MORENO; COELHO JUNIOR, 2012)

No tique, não parece existir relação de objeto dissimulada por trás do sintoma – é a lembrança do próprio traumatismo orgânico que tem efeito patogênico (FERENCZI, 1921/2011). Trata-se, portanto, de uma sensação sem objeto, de modo que um trabalho de rememoração não é uma possibilidade, uma vez que estamos diante de algo que não chegou a ser consciente. Tais manifestações somáticas na clínica passam, então, a ser entendidas como símbolos mnésicos corporais, como expressões diretas de uma forma de recordação.

As experiências arcaicas, impressas como marcas no psiquismo, trazem à tona o caráter irrepresentável das agonias primitivas. Dessons (2014) aponta que estas agonias caracterizam um desafio para alcançar a linguagem, para colocar em palavras o que é descrito como inimaginável, impensável, sem nome. De acordo com a autora, o eu possui o trabalho

de metaforização da linguagem com sua função criativa e simbolizante. Do contrário, estamos diante de outro tipo de encarnação metafórica, agora performada pelo eu corporal sem a dimensão do jogo metafórico, que traz em si mobilidade e, portanto, vitalidade psíquica (DESSONS, 2014). Propomos pensar, assim, certas experiências corporais como metáfora psíquica que fora literalizada, materializada no corpo sensível.

Knoblock (1998) indica que esses acessos corporais que interrompem o relato verbal são uma forma peculiar de expressão do sofrimento. Com a escuta adequada, passam a ser também uma via de acesso ao irrepresentável. Essa memória do corpo aponta para o que vem a ser apresentado no presente, diferente de uma memória do passado ou de um passado constitutivo do presente. Em sentido próximo, Roussillon (2006) defende que a qualidade de linguagem dotada de sentido se estende também aos atos, quaisquer que seja o funcionamento psíquico dos sujeitos em questão. Também consideramos que o sofrimento atuado no corpo comporta dimensão expressiva que pode assumir uma função de comunicação diante da alteridade capaz de acolhê-la.

A partir disso, as reflexões suscitadas pelas manifestações corporais da ordem do traumático nos estados limites despertam a escuta clínica para a dimensão do arcaico e das formas primárias de expressão. A abertura deste campo ampliou o trabalho clínico para a recepção dos ditos “casos difíceis”, mas continua a beneficiar também as investigações a respeito das múltiplas camadas do mundo subjetivo. Além de aprofundar as hipóteses sobre os processos de constituição psíquica, a dimensão do arcaico pode contribuir para a escuta de qualquer quadro clínico, pois tem a chance de integrar às dinâmicas edípicas e representativas a complexidade sobre as quais se assentam, já que o campo simbólico tem como fonte primária os conteúdos não representados em estado bruto. Em outras palavras, a problemática dos limites, colocada de forma exuberante pelos sofrimentos narcísico-identitários, deixa entrever a atuação sempre presente de aspectos não simbolizados que compõem o mundo interno de cada um, mesmo quando suas expressões não assumem centralidade.

Com isso, o alargamento da escuta para o campo da sensorialidade, do ato e das somatizações nos interroga sobre as diversas dimensões que o corpo pode assumir. Até agora, analisamos algumas facetas da implicação corporal na expressão do sofrimento nos quadros de predominância da contemporaneidade. A problemática do corpo, contudo, como campo expressivo acompanha a psicanálise desde os seus primórdios. Quais seriam os aspectos diferenciais do que descrevemos até aqui com a conversão histérica já analisada por Freud? Seria possível traçar aproximações ou estamos tratando de campos absolutamente distintos?

1.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CORPO NA HISTERIA

O tema da histeria de conversão, já longamente debatido e revisitado na literatura psicanalítica, serve como foco de interesse em nossa pesquisa por dois fatores. Em primeiro lugar, é inegável a relevância deste quadro para a história do corpo no pensamento psicanalítico. É a partir desta categoria clínica que se instaura o discurso mais difundido sobre o corpo na psicanálise. Sabemos que a convocação corporal nos sintomas histéricos inspirou a compreensão de uma geografia psíquica do corpo desenhada pela fantasia – radicalmente diferente da compreensão anatômica dos fisiologistas. Em segundo lugar, nos interessa também retomar a complexidade dos aspectos metapsicológicos em questão, dentre os quais destacaremos a dimensão regressiva que nos levará a questionar a própria ideia de conversão enquanto “salto misterioso”.

Freud era tomado pela problemática do entrecruzamento das dimensões corporal e psíquica e suas relações com a linguagem em suas investigações desde o período considerado pré-psicanalítico, não só por se debruçar sobre a histeria, mas também pelos seus escritos sobre afasia e o texto postumamente publicado “Projeto para uma psicologia científica” (FREUD, 1950[1895]/1996). Essa questão de cunho filosófico é extremamente importante para situarmos as bases epistemológicas do fazer clínico e a teorização etiológica. A psicanálise é inaugurada a partir de um corte com o saber médico pautado pelo referencial dos anatomistas e propõe a construção de um corpo singular que escapa à lógica da fisiologia. Se tomamos a histeria como quadro que funda a particularidade do método psicanalítico, então podemos também afirmar que uma escuta para o corpo está presente desde os seus primórdios.

A criação de uma significação para o corpo para além do paradigma orgânico foi o que possibilitou a resolução de certos impasses no tratamento da histeria de conversão. Concomitantemente, o desvio da perspectiva biológica fez parte da elaboração fictícia de um aparelho psíquico com topologia, dinâmica e economia fora da ordem da racionalidade e do visível. O perigo desse deslocamento reside na tendência ao esquecimento da materialidade do corpo, privilegiando o caráter representativo pela via do componente verbal e ideativo. Vale destacar desde já que não há uma compreensão de um modelo único sobre o que é corpo, mas diferentes dimensões que se entrecruzam, compondo a experiência do ser.

1.4.1 O paradigma da conversão histérica: corpo, afeto e representação

É a partir do modelo da histeria de conversão que se desenvolve a compreensão de um corpo simbolizado, em que o sintoma encontra lugar para a expressão de um desejo inconsciente. Trata-se da manifestação de um sintoma corporal que se vale “da condensação e do deslocamento e sua força reside na sexualidade, melhor dizendo, nas fantasias geradas pelos desejos sexuais infantis inconscientes” (BASTOS, 1998, p. 67). O corpo da pulsão sexual não se submete à sua lógica orgânica, mas obedece ao princípio do prazer, revelando “uma autonomia do psíquico em relação ao anatômico” (p. 33).

Ao não ser possível localizar a lesão orgânica responsável pelo sintoma de paralisia histérica, Freud aposta em descartar a hipótese de que o mal físico estaria relacionado a alguma causa orgânica. Constatando que “a histeria se comporta como se a anatomia não existisse” (FREUD, 1893[1888-1893]/1996, p. 212), o autor propõe que a lesão se refere a uma modificação na ideia do órgão, isto é, na sua representação psíquica. O corpo sofre pela alteração na representação daquele órgão, agora abolida da cadeia associativa, e não por incidência direta no corpo físico.

Em seu estudo minucioso sobre os desdobramentos da histeria na história da psicanálise, Ramos (2008) reúne uma série de sintomas definidos como característicos deste quadro: paralisias, transtornos do movimento, tremores, transtornos sensoriais, alimentares, manifestações térmicas, dentre outros. Entretanto, Freud vai destacar o diferencial da histeria a partir de seu mecanismo específico, para além da possível descrição de sintomas agrupados, propondo uma associação do mal físico com o afeto psíquico. No caso de Elizabeth von R., por exemplo, o autor defende que a paciente “criara ou aumentara seu distúrbio funcional por meio da simbolização”, suas dores na perna podiam ser compreendidas a partir da posição subjetiva da paciente de “não ser capaz de dar um único passo à frente” e “não ter onde se apoiar” (BREUER; FREUD, 1893-1895/1996, p. 197).

O corpo histérico tem uma linguagem própria que narra uma história pessoal, a princípio, ininteligível, porque corpórea e singular, mas que ganha significação nas associações das falas dos pacientes. Breuer e Freud (1893-1895/1996) falam de uma “determinação através do simbolismo” (p. 229). Essa historicidade de fundo se mascara pelas alterações dos mecanismos de condensação e deslocamento. Por se valerem de um processo de transfiguração pelos mesmos mecanismos, Freud traça, ainda, paralelos na formação do sintoma histérico com a formação do sonho.

A importância da simbolização se relaciona diretamente com a memória e a

temporalidade. As experiências infantis de cunho traumático só têm poder sobre o adulto a partir de seus *traços mnêmicos*, de tal modo que o paciente histérico “sofre de reminiscências”. Estes traços mnêmicos estão sempre inscritos em sistemas, isto é, em relação a outros traços. Por isso é possível trabalhar em termos de associação: há uma série de ligações que ordenam de modo singular a memória de cada sujeito.

Em termos metapsicológicos, os acontecimentos geram uma impressão psíquica que é acompanhada por uma quota de afeto. Na maioria das vezes, o eu escoia essa carga de excitação por meio de uma atividade motora ou de uma atividade psíquica associativa, mantendo a soma de excitação constante no aparelho psíquico. Freud (1893/1996), contudo, afirma que, nos casos de neurose, o afeto ficaria estrangulado por não ser ab-reagido e manter-se ligado à recordação. A especificidade do mecanismo conversivo se explica pela transformação desse afeto retido que encontra seu destino no corpo, desassociando a ideia de sua excitação correspondente. Com isso, a ideia incompatível se torna inofensiva, já que sua soma de excitação fora transformada em algo somático. Aqui, o corpo físico se empresta como representação-material ou, ainda, como suporte material da representação censurada.

O sentido simbólico expresso nos sintomas histéricos conversivos se desvela na escuta analítica como representações de cunho sexual inconciliáveis com as exigências egoicas. A área do corpo afetada na conversão histérica vai ser caracterizada por Freud, a partir de Charcot, como zonas histerógenas, por possuírem sensibilidade especial aos estímulos. Posteriormente, Freud (1905/1996) irá aproximá-las das zonas erógenas, por sua alta capacidade de excitação e deslocamento. Nesta lógica inicial do pensamento freudiano, evidencia-se como o caráter da sexualidade é tantas vezes disruptivo em sua força e incompatível com as exigências egoicas. O funcionamento corporal é fortemente perturbado, tanto pelo grau de excitabilidade, como pela plasticidade experimentada nas associações inconscientes. Fica explícita a face demoníaca da sexualidade, que desorganiza as tentativas de estabilidade por parte do eu, bem como produz desarranjo na esfera corporal.

O que está em jogo na construção do corpo da conversão histérica é, pois, a sua qualidade erógena e simbólica. Toda superfície corporal, bem como os órgãos, podem ser investidos como zonas erógenas, o que confere sua entrada na cadeia associativa, podendo condensar e deslocar um conjunto de representações, fazendo irromper no corpo o sintoma conversivo. Neste caso, o corpo aparece como um dos elementos do processo associativo como lugar de escoamento do afeto retido. Freud (1909[1908]/1996) aponta que, na conversão, a fantasia se traduz em uma linguagem motora projetada sobre a motricidade e representada por meio de mímica.

Freud (1894/1996, p. 57) afirma que “a capacidade de conversão” e “uma aptidão psicofísica para transpor enormes somas de excitação para a inervação somática” são fatores característicos desse tipo de histeria. Tais declarações, contudo, podem ter valor descritivo, mas não elucidam o problema. O mesmo se passa com a “complacência somática” indicada no caso Dora ou a inferência de uma pré-disposição. Ainda que se exponha o jogo psíquico envolvido nestes quadros, permanece a dificuldade de explicar o porquê de o afeto escoar pelo corpo e não por outra via associativa. Se a interpretação da fantasia subjacente pode sugerir uma narrativa que torne inteligível a escolha inconsciente do órgão afetado ou da manifestação corporal em questão, resta um enigma teórico acerca da passagem do psíquico para o somático. Guardemos essa ressalva por um momento.

Uma vez que a formação sintomática pode ser justificada pela relação em trânsito da representação, do afeto e da zona corporal em jogo, a linguagem é a ferramenta usada para encontrar outra trajetória de escoamento das intensidades. É importante percebermos que, neste ponto, a linguagem não é apenas uma operação intelectual. Green (1973/1982) ressalta a observação de Freud de que ela produz um efeito equivalente ao ato:

A linguagem não se reduz a permitir que a carga se desbloqueie e seja vivida, ela é, em si mesma, ato e descarga pelas palavras. O procedimento utilizado permite ao afeto verter-se verbalmente; além disso, transforma essa carga afetiva e leva a representação patogênica a se modificar por via associativa atraindo-a para o consciente normal. (p. 28)

Assim como o corpo, a linguagem possui dimensão intensiva com efeito de descarga do afeto. Em outros termos, se o corpo é o espaço originário de escoamento das intensidades, a linguagem, por sua vez, opera tal qual um ato, sendo ela mesma o vetor de descarga. Mas vale lembrar que, aqui, a linguagem compreende também o aspecto afetivo associado ao componente verbal. Isso nos leva a observar que a distinção polarizada entre o somático e o psíquico como duas entidades distintas ilustra, na realidade, uma multiplicidade de formas de expressões, cuja raiz é comum. O corpo que produz o ato é também de onde emerge o afeto e a própria expressão verbal. Nesse sentido, Green (1973/1982) aponta como Freud nos deixa entrever uma origem comum às diferentes formas expressivas, como podemos ler na seguinte passagem:

Todas essas inervações, todas essas sensações fazem parte da “expressão dos movimentos emocionais”, como o sublinhou Darwin. Consistindo primitivamente em atos adequados bem motivados, esses movimentos, em nossa época, encontram-se geralmente tão enfraquecidos que sua expressão verbal nos aparece como uma tradução colorida, mas parece que tudo isso teve outrora um sentido literal. Talvez mesmo seja errôneo dizer que ela cria tais sensações por simbolização; talvez ela não tenha de modo algum tomado a linguagem usual como modelo, mas tenha

bebido na mesma fonte que ela. (FREUD, 1895 *apud* GREEN, 1973/1982, p. 31)

Este trecho coloca em questão o sentido mais imediato do termo “conversão” enquanto “salto” ou passagem misteriosa de um plano ao outro. Retomando a ressalva que fizemos acima, o que se desvela é sua dimensão regressiva a um modo de expressão corporal. Lembremos que a percepção dos acontecimentos gera uma impressão acompanhada de afeto. O afeto, e também a representação verbal, são frutos de transposição da experiência corporal a outro plano. Nesse sentido, Green (1973/1982) frisa que o afeto, por ter sua fonte no corpo, seria produto de uma “conversão ao contrário”, isto é, uma passagem do somático para o psíquico. A partir desse entendimento, sua transformação pelo mecanismo conversivo em sintoma corporal é justificada por essa ligação em comum às suas origens somáticas. Desse modo, “o discurso histérico não tomaria o modelo da linguagem para falar, mas tanto a linguagem quanto o sintoma mergulham suas raízes num fundo que lhes é comum” (p. 31).

1.4.2 Aspectos regressivos da histeria

Vamos trabalhar, a seguir, sobre a multiplicidade de fatores atuantes na conversão, para apresentar mecanismos regressivos que atingem um modo arcaico de expressão via corpo. O trabalho representativo é composto por gradativas camadas que se estratificam desde a fala, através da carne, até o campo da linguagem verbal, por onde transita a regressão. Apesar de ser característica da histeria, uma reação afetiva extrema não é exclusiva deste quadro e faz parte das reações possíveis a um afeto de grande intensidade, que pode ser compreendido pelo seu contexto. A particularidade do recurso corporal histérico pode ser identificada nas associações inconscientes que geram tais reações deslocadas do contexto da realidade material, ou seja, são as lembranças, ou ainda, as fantasias, que mobilizam tal intensidade afetiva.

De acordo com Freud (1893/1996), a descarga da excitação dos afetos através de ações motoras ordenadas e coordenadas são recursos comuns ao ser humano para o escoamento da carga de afeto. Quando uma excitação é excessivamente forte, ela pode se dissipar por meio de movimentos primitivos. Esses são os únicos recursos do bebê, que expressa seus afetos através de contrações musculares descoordenadas e do ato respiratório de gritar. Nesse sentido, Parcheminey (2004) afirma ainda que “no estado em que o eu infantil é indiferenciado, o pensamento – ou aquilo que acreditamos ser uma forma de pensar desse período – está ligado ao ato, a uma atividade motora, tratando-se de um mesmo processo” (p. 145, tradução nossa). A condição originária dos processos psíquicos é indiferenciada da

vivência corpórea, de tal modo que se pode pensar em uma identidade estrutural de ambos. O autor prefere nomear a expressão afetiva das emoções como “símbolo anatômico ou fisiológico”.

Em uma perspectiva próxima, Despinoy e Pinol-Douriez (2002) sugerem que a observação da histeria desvela uma organização proto-representativa, relacionando as manifestações corporais a um modo primitivo de inscrição e expressão. Os autores indicam que

Freud, em *Estudos sobre a Histeria*, teve a intuição pela experiência clínica de imagens mnemônicas que continuam a evocar a mesma emoção provocada pela experiência perceptiva concreta, que continuam também a manter as particularidades das qualidades sensoriais, a suscitar afetos, à ativar tendências à descarga. Essas imagens compostas – onde o ato, afeto, sensorialidade estão condensadas – podem indicar uma ideia de um nó originário proto-representativo onde os momentos de fusão mãe/criança, longe de serem passivos, são permeados de movimentos projetivos e introjetivos [...] alternados com os momentos de separação onde se manifestam as competências discriminativas do bebê. (DESPINOY; PINOL-DOURIEZ, 2002, p. 14, tradução nossa)

Ao longo do desenvolvimento, a musculatura passa cada vez mais para o controle da coordenação e da vontade e, paralelamente, outros modos de expressão podem ser acionados. A complexificação do mundo interno cria ramificações que permitem a diferenciação, por exemplo, da ideia de frio para a percepção do frio. A representação de uma sensação é de qualidade abstrata e não cria uma ressonância corporal. A ampliação das formas de simbolização, contudo, não tira de cena o acesso e a atuação dessas modalidades primitivas. Parcheminey (2004) acrescenta que é preciso certo grau de dissolução, regressando a um modo primitivo, para gerar uma crença eficaz na percepção do frio e, assim, causar sensações e modificações corporais adequadas. Para citar um exemplo, o fenômeno da hipnose ilustra o poder da sugestão e da crença capaz de modificar os estados corporais.

Parcheminey (2004) argumenta que os sintomas histéricos nomeados como conversivos não seriam fruto da passagem de um funcionamento psíquico para o plano corporal, como se houvesse um corte entre essas modalidades. O autor radicaliza a compreensão de um funcionamento regressivo, afirmando que a formação do sintoma histérico põe em jogo essas atividades primitivas, convocando o símbolo fisiológico como recurso expressivo.

Outra contribuição valiosa para pensarmos o tema da conversão a partir de uma perspectiva regressiva é encontrada em Ferenczi. Examinemos as particularidades de suas propostas teóricas. Ferenczi (1919/2011) concorda com a proposição freudiana de que um elemento comum presente nos sintomas da histeria é a figuração pelo corpo de um desejo

sexual inconsciente. Entretanto, ele aprofunda o exame de Freud sobre o corpo na histeria: para ele, não se trata necessariamente de uma percepção ilusória, uma alucinação das percepções corporais distorcidas pelo sintoma. Assim, Ferenczi destaca a realidade das manifestações corporais, isto é, reconhece sua dimensão concreta. Evidentemente, Freud não havia negado os aspectos sensoriais e motores dos casos históricos, mas a ênfase ferencziana recai na materialidade desse corpo afetado pelo simbólico, abrindo outras vias de entendimento para os mecanismos atuantes.

Essa capacidade do sintoma histérico de se apropriar da dimensão da própria carne – como nos vômitos e contrações das paredes estomacais –, vai ser denominado por Ferenczi (1919/2011) como fenômeno de materialização. O que está em jogo aqui é a concretização de um desejo a partir da matéria de que o sujeito dispõe em seu corpo e em dar-lhe uma representação plástica.

No fenômeno da materialização, em contrapartida, parece estarmos diante de uma regressão ainda mais profunda; o desejo inconsciente, e incapaz de ter acesso à consciência, já não se limita nesse caso à excitação sensorial do órgão psíquico da percepção, mas passa para a motricidade inconsciente, o que significa uma regressão *tópica* a uma profundidade do aparelho psíquico onde os estados de excitação já não se liquidam por um investimento psíquico - ainda que fosse alucinatório - mas simplesmente pela descarga motora. (FERENCZI, 1919/2011, p. 50)

Esse mecanismo acionaria o reflexo fisiológico que precedeu o protótipo do psiquismo. A saída pela motilidade seria, portanto, da ordem de uma regressão profunda que ativa um modo primitivo de escoar as excitações. Câmara (2018) aponta que, para além dos gestos, a materialização engloba também os movimentos expressivos das emoções humanas, bem como outros tipos de alterações fisiológicas, já que, em alguns casos, podem-se encontrar modificações morfológicas passageiras.

Na materialização, é como se o corpo se tornasse uma substância “semi-fluida”, sendo a partir de então capaz “de exprimir nas transformações de sua estrutura e de suas funções, desejos, sensações de prazer-desprazer, ou até mesmo pensamentos complicados (linguagem dos órgãos)”. (FERENCZI *apud* CÂMARA, 2018, p. 29)

Ao conceber o corpo dotado de uma potência flexível e maleável, Ferenczi mantém viva a criatividade plástica própria ao universo infantil, no qual a criança se experimenta e se expressa de modo diferente do ideal de corpo adulto disciplinado, como indica Câmara (2018). Na materialização, estaria presente, de maneira privilegiada, então, o gesto como meio expressivo. Essa visão de Ferenczi enriquece o entendimento da histeria para além de um corpo simbolizado, posto que afetado pela linguagem; antes de tudo, afirma-se a capacidade simbólica do corpo. Ele aponta para uma plasticidade da própria

representação, que pode se deslocar para uma matriz arcaica e se figurar na materialidade do corpo. Ao mesmo tempo, sustenta que há um fundo representativo no corpo histórico. Pensamos que essas contribuições proporcionam uma aproximação interessante entre os processos presentes na histeria e as defesas arcaicas diante do traumático, como vimos anteriormente.

Se, em um primeiro momento, o ataque histórico soa como pura descarga, uma escuta mais atenta veio a revelar a complexidade de significados subjacentes, mascarados pelas distorções do sintoma. A cena histórica se endereça a um “espectador indiferente”, na formulação de Breuer e Freud (1893-1895/1996), de modo que ela comporta uma mensagem dirigida ao outro. A partir da categoria de mensagem presente na histeria, podemos indicar que, nesse caso, a linguagem corporal é a via privilegiada de expressão, ou seja, esta seria uma das modalidades dessa condição. O corpo histórico externaliza os conteúdos sexuais simbolizados, se valendo da sensorialidade, da ativação motora, do gesto, das paralisias. Roussillon (2006) insiste que

o corpo “diz”, coloca em cena o que o sujeito não pode dizer, mas que ele poderá potencialmente dizer. A estrutura narrativa da cena pertence ao universo próprio à linguagem e aos seus modos de simbolização mesmo se é o corpo que “fala” e “mostra”. (p. 37, tradução nossa)

A dimensão simbólica é exuberante nas manifestações históricas, conferindo uma singularidade narrativa ao corpo em questão. Ela não esgota, entretanto, a compreensão das manifestações somáticas atreladas ao sofrimento psíquico. Freud estava atento à pluralidade etiológica que envolvia os fenômenos corporais desde seus primeiros escritos, ao se debruçar também sobre as neuroses atuais em paralelo às investigações sobre a histeria, apontando que nem toda expressão corporal está assentada no campo do simbólico. Vejamos como isso se desenvolve.

1.5 NEUROSES ATUAIS: DA ANGÚSTIA À DESCARGA SOMÁTICA

As bases do discurso psicanalítico que sedimentam as concepções de corpo e psiquismo, bem como suas relações, são encontradas nos escritos freudianos desde o período da década de 1890. Como vimos anteriormente, a histeria ganha o estatuto hegemônico da compreensão psicanalítica a respeito do corpo. No entanto, nesse mesmo período, Freud também se debruçava sobre os restos dessa elaboração, se voltando para as neuroses atuais como o excedente que não se encaixava no modo de organização histórica. Este modelo de

construção em contraponto pode ser bastante elucidativo a respeito das diferenças e singularidades de cada quadro, mas, mais do que isso, ele indica que as hipóteses traçadas adquirem valor neste exercício de uma dialética diferencial. Entretanto, embora seja comum abordar tais distinções como referências em oposição, as consideramos enquanto relação de complementaridade, ressaltando a complexidade dessa relação.

Freud se debruçava sobre quadros sintomatológicos plurais e buscava sistematizá-los na produção teórica que daria origem à nosografia psicanalítica. Dois grupos etiologicamente distintos são por ele propostos: as psiconeuroses (histeria e obsessões) e as neuroses atuais (neurastenia e neuroses de angústia). Embora, na maioria das vezes, estas se apresentassem clinicamente de forma mista no perfil dos pacientes, sua busca era a de delimitar um diagnóstico diferencial para orientar o manejo clínico. Nosso interesse em resgatar essa discussão está em apontar que o método freudiano é de base comparativa, e isso tem implicações na maneira como a concepção de corpo é extraída a partir de cada quadro.

Ao longo da década de 1890, Freud se dedicou a diversos escritos acerca da neurastenia e da neurose de angústia, mas é apenas em 1898 que ele cunha a expressão “neurose atual” para agrupá-las, onde irá incluir posteriormente a hipocondria. No texto em que argumenta sobre a sexualidade como base etiológica para os quadros de neurose (FREUD, 1898/1996), ele pretende diferenciar os casos de psiconeurose, em que reúne a histeria e as obsessões, dos casos de neuroses atuais. Trata-se de uma distinção que visa localizar a origem do mal acometido, bem como a forma de tratamento mais adequada para cada situação clínica. No caso das psiconeuroses, Freud supõe a presença de um conflito relacionado à vida sexual infantil que atua, a partir de mecanismos inconscientes, na formação dos sintomas. Já nas neuroses atuais, estariam em questão fatores contemporâneos provocadores de desequilíbrio, gerando as queixas dos pacientes. Inicialmente, portanto, o termo “atual” se refere justamente à ideia de momento presente.

Na descrição de Freud (1898/1996), tanto a neurastenia quanto a neurose de angústia são marcadas por afecções corporais. No primeiro caso, as manifestações descritas são “pressão intracraniana, propensão à fadiga, dispepsia, constipação, irritação espinhal etc.” (p. 255), cuja causa residiria na prática de masturbação excessiva ou por “emissões frequentes”. Enquanto o segundo seria caracterizado por afetações mais diversas, relacionadas ao sintoma nuclear, tais como “ansiedade, ataques de angústia, vertigem locomotora, agorafobia, maior sensibilidade à dor” (p. 255) e estaria relacionado ao coito interrompido e à insatisfação sexual.

É preciso nos distanciar da literalidade do texto de Freud para extrair as nuances

teóricas que podem ser desdobradas a partir dessas considerações. Embora sua concepção de sexualidade, neste momento, esteja atrelada ao exercício da prática sexual, podemos entrever que as neuroses atuais estariam relacionadas aos entraves e excessos da excitação somática, o que reflete uma disposição de escassez psíquica. Esse é um dos pontos de diferenciação em relação às psiconeuroses, pois estas decorrem de perturbação no plano da excitação psíquica, ligada às representações e à memória, mesmo quando encontra o corpo como via de escoamento.

Em paralelo à neurose de angústia e à neurastenia, Freud nota também na hipocondria uma dinâmica própria, distinta das neuroses de transferência. Ainda na década de 1890, suas observações são difusas e esparsas, vindo a conferir à hipocondria o valor de terceira neurose atual apenas em 1914 no texto de introdução ao narcisismo. Desde suas primeiras investigações, no entanto, já era possível localizar que a hipocondria se referia a uma angústia relacionada ao corpo, como vemos no “Rascunho B” (FREUD, 1950[1893]/1996). Nota-se que, desde então, a hipocondria é relacionada à angústia que parece se ligar às fantasias de sofrimento corporal, em uma relação persecutória com o próprio corpo.

No “Rascunho E”, cujo ano de escrita estima-se ter sido 1894, ao tratar do tema da angústia, Freud lança algumas suposições sobre o trânsito entre os registros somático e psíquico. A tensão endógena, vivenciada no interior do corpo, como a fome e a tensão sexual, só seria percebida após ultrapassar determinado limiar. É nesta etapa que a tensão passa a ter significação psíquica. Assim, a tensão sexual física desperta libido psíquica. Mas a mera percepção não é o suficiente para produzir angústia; a princípio, ela orienta a busca por reações específicas para o apaziguamento da tensão. Em outras palavras, quando se torna possível a significação e a nomeação das sensações corporais, podemos buscar por tentativas de satisfação no mundo, seja encontrando um alimento ou uma experiência sexual.

A hipótese e insistente argumentação de Freud para o caso das neuroses atuais estaria especificamente no âmbito da tensão sexual. Quando a satisfação não é possível ou não encontra a descarga adequada, a tensão psicofísica, nomeada de afeto sexual, aumentaria desmedidamente. Neste momento, é o afeto sexual que ocupa o lugar de operador teórico limite entre o corpo e o psiquismo. Isso nos mostra que, mesmo antes de elaborar o conceito de pulsão, Freud já trabalhava a partir de uma perspectiva segundo a qual esses registros se fundem sob uma zona fronteira e indiferenciada.

Para a angústia se manifestar, no entanto, é necessário que haja uma “transformação a partir da tensão sexual acumulada” (FREUD, 1950[1894]/1996, p. 237) que será explicada da seguinte forma:

a tensão física aumenta, atinge o nível do limiar em que consegue despertar afeto psíquico, mas, por algum motivo, a conexão psíquica que lhe é oferecida permanece insuficiente: um *afeto sexual* não pode ser formado, porque falta algo nos fatores psíquicos. Por conseguinte, a tensão física, não sendo psiquicamente ligada, é transformada em angústia. (FREUD, 1950[1894]/1996, p. 238)

Cardoso (2011) e Ritter (2016) apontam que, já nesse período, Freud indica a dimensão do excesso presente nas neuroses atuais articulada com a impossibilidade de tramitação psíquica. Como lemos na passagem acima, o que determina o surgimento da angústia não é o excesso de tensão física, mas é a intensidade que não encontra entrada no campo das representações. Dito de outro modo, é por não se inscrever com qualidade psíquica, se ligando às representações, que o excesso de tensão se transforma em angústia. Com isso, Cardoso (2011) propõe uma linha de continuidade entre as neuroses atuais e as neuroses traumáticas.

Comparando com a histeria, em que a excitação psíquica é convertida – ou, como defendemos, regride à manifestação somática –, Freud explica que, no caso de neurose de angústia, a excitação somática permanece nesse registro sem elaboração psíquica. Neste último, a excitação fica travada no plano somático sem contorno da camada representativa, denunciando uma dificuldade no trânsito e na criação de outros destinos dessa intensidade. Apesar de estabelecer comparações que busquem diferenciar esses quadros, são inúmeras as passagens em que vemos ressaltada a proximidade entre eles, tanto pela similaridade do quadro sintomático, como também pela ocorrência predominante de casos mistos.

Por serem tão próximas, Freud (1895[1894]/1996) chega a afirmar que “a neurose de angústia é, realmente, o equivalente somático da histeria” (p. 115). Tal proposição, embora não seja esmiuçada no texto, leva Ritter (2016) a inferir que “na neurose de angústia estariam em ação mecanismos psíquicos mais arcaicos do que aqueles atuantes na histeria” (p. 30), por engendrar mecanismos de defesas menos organizados e mais elementares, como a somatização. Essa compreensão do texto de Freud é indicada por Laplanche (1980/1987), que retira a dimensão fisiologista para atentar que a excitação somática não encontra o seu “fiador ao nível psíquico”, colocando a ênfase no trabalho de elaboração. Em seu exame sobre a neurose de angústia, Laplanche vai defender que não se trata de uma teoria puramente fisiológica, porque há nela uma teoria psicológica de fundo. Haveria, com mais destaque, uma clivagem entre a excitação somática e o desejo psíquico caracterizado como libido.

Neste ponto, já podemos vislumbrar alguns aspectos de ordem “aquém” da representação, isto é, de uma intensidade experimentada que não se traduz para o plano representativo, como encontramos nas psiconeuroses. O afeto não provém de uma

representação recalçada. A dimensão do “atual” passa a ser ressignificada – não mais como um desarranjo exclusivo do “presente”, mas como indicativo de algo que não foi temporalizado na construção de uma história pessoal.

Se, nas psiconeuroses, o sintoma infantil é reorganizado como sintoma *a posteriori*, nas neuroses atuais, o que se passa não se insere em uma cadeia temporal e está, portanto, presentificado (KLEIN, 2016). É nesse mesmo sentido que Cardoso (2011) propõe que a dimensão do “atual” revela uma presentificação permanente que se exerceria pela repetição compulsiva, denunciando o avesso de uma memória representacional. Não há inscrição dos traços mnêmicos, aquilo que se apresenta são impressões sensoriais, marcas arcaicas que ficaram “para além” da dimensão psíquica integrada. O “atual” se refere, pois, àquilo que não se tornou passado. Com isso, a própria noção de tempo é tensionada, na medida em que se trata de uma ausência de historicização do vivido.

Quando Freud (1912/1996) afirma que as neuroses atuais fornecem o material excitativo que ganha “revestimento psíquico” nos quadros de psicose, é a essa dimensão arcaica que fazemos referência. A qualidade regressiva do atual está presente de modo nuclear, até mesmo nos quadros que contam com maior elaboração, implicando que as neuroses atuais e as demais neuroses não são excludentes entre si. Em outras palavras, Freud anuncia que os mecanismos psíquicos de ordem representativa, presentes nas psicose, têm como núcleo elementos não representados. Para ilustrar a relação de complementaridade que as psicose podem ter com as neuroses atuais, Freud invoca o processo de formação das pérolas. A metáfora proposta situa as neuroses atuais como o grão de areia, um fragmento bruto, que perturba o interior da ostra e exige dela um trabalho de revestimento desse grão que acaba por formar a pérola. Nesse sentido, a neurose de transferência se edifica como camada que contorna e contém a dimensão arcaica deflagrada pelo atual.

Ferraz (2007) observa que “a ideia de neurose atual, sobre a qual Freud despenderá tantos esforços, foi, silenciosamente, perdendo importância e caindo em desuso” (p. 68), enquanto as psicose e a concepção de corpo erógeno ocuparam um lugar de protagonismo em sua produção teórica. O efeito colateral desse percurso foi gerar uma espécie de sobreposição da teoria das psicose à psicanálise propriamente dita. Com isso, o corpo somático fora ele mesmo clivado do campo da teoria psicanalítica em muitos momentos.

A recuperação das neuroses atuais pela psicanálise contemporânea reconhece que seu estudo guarda aspectos fundamentais acerca da relação enigmática entre a excitação somática, a descarga e a elaboração psíquica. Destaca-se como a problemática do excesso está presente

de maneira flagrante nas neuroses atuais, excesso este que escapa à apreensão de sentido e que será, inclusive, tomado como uma espécie de fundo de toda neurose. Esse aspecto não circunscrito, que nos casos de neurose de transferência está contido pelo revestimento representativo, pode ser tomado como intuição do que mais à frente na obra freudiana será apresentado como a dimensão do traumático, como vimos no início do capítulo.

Temos no modelo das neuroses atuais as sementes do desenvolvimento teórico que ganhará expressão com a segunda teoria pulsional. Ferraz (2007), Cardoso (2011) e Ritter (2016) indicam que o reaparecimento do trauma em 1920 trouxe à tona aqueles elementos já presentes nos estudos sobre as neuroses atuais. Essa dimensão do psíquico que resiste a integrar-se ao registro das representações é um denominador comum entre as neuroses atuais e as neuroses traumáticas, colocando em primeira instância os limites da representação e que será de suma importância para a psicanálise contemporânea. Se, no contexto da produção freudiana, a dimensão do excesso não elaborado pode ser encontrada neste primeiro momento de sua obra pelas neuroses atuais e também na virada da década de 1920 com o traumático, essas questões se colocam em nosso momento presente, sobretudo, pela via dos estados limites, como vimos anteriormente.

Ferraz (2007) propõe que certo silenciamento observado a respeito das neuroses atuais e, mais especificamente, do corpo somático, não se deva somente a aspectos relativos a posicionamentos teóricos, mas induz a um paralelo com o processo de constituição psíquica, no qual o corpo erógeno se desvia do plano somático. Afirma o autor:

1. O corpo, em psicanálise, é essencialmente um “resto”. 2. Esse resto é simultaneamente resto da teoria – aquilo que em determinado momento foi abandonado como objeto psicanalítico – e “resto” do próprio sujeito psíquico em sua ontogênese, ou seja, o seu patrimônio genético herdado, que remanesce aquém da formação de um sujeito psíquico fundado na linguagem (logo, marcado pela simbolização) e cujo funcionamento obedece aos esquemas filogenéticos ainda não singularizados. 3. O fato de ser “resto” na teoria decorre exatamente do fato de ser o “resto” da ontogênese psíquica, ou seja, aquilo que permaneceu, como um remanescente do corpo somático, fora da área de ação do apoio (*Anlehnung*); permaneceu, portanto, como corpo somático propriamente dito, sem se “converter” em corpo erógeno. (FERRAZ, 2007, p. 68)

Ora, o corpo seria propriamente um resto, enquanto uma sobra, do processo constitutivo ou justamente aquilo que resta e permanece atuante? Há uma tensão entre ser um resíduo não elaborado que perturba a organização forjada pelo campo simbólico e ser o centro de gravidade em torno do qual se tece o trabalho representativo. O corpo somático não estaria apenas fora da ordem simbólica, mas se constitui enquanto seu nódulo central.

2 O CORPO A CORPO NAS RELAÇÕES PRIMÁRIAS

O corpo implicado no íntimo das relações precoces é o fundamento sobre o qual se desdobram os múltiplos domínios do campo subjetivo. Seja pelo atravessamento pulsional ou pela autoconservação, o contato com o outro nos primórdios da vida desperta uma miríade de sensações que podem ser prazerosas, assustadoras e, sobretudo, enigmáticas. Os estudos em torno da primeira infância e do bebê ganharam amplo desenvolvimento ao longo do século XX. De acordo com Gabeira e Zornig (2013), nas últimas décadas, diversas pesquisas dedicadas às capacidades e às competências inatas dos bebês demonstram que eles são ativos desde o nascimento, “com habilidades inatas e de perceber e organizar as sensações, diferenciando-se de seu entorno precocemente, mesmo que o acesso a intersubjetividade seja feito de forma gradual e dependa da qualidade de suas interações afetivas” (p. 144).

Dentro do campo psicanalítico, essas contribuições suscitam caloroso debate sobre os fundamentos da vida subjetiva. A afirmação da atividade por parte do bebê colocaria em questão a pressuposição da condição de desamparo e de sua posição passiva diante do adulto? Considerar os graus de mutualidade, reciprocidade e interação do bebê com seu cuidador suprimiria a assimetria própria a essa relação? A ênfase na relação de cuidado e amparo no início da vida teria por efeito um apagamento da sexualidade infantil? Esse estudo nos coloca diante de uma tarefa complexa, uma vez que encontramos diferentes registros em que a dimensão corporal está implicada, com diferentes repercussões no plano subjetivo.

O campo de maior repercussão a respeito dessa temática na tradição da psicanálise é encontrado na formulação da sexualidade infantil forjada por Freud (1905/1996), com a compreensão da erogeneidade do corpo todo, das formações inconscientes e da fantasia. O caráter plástico da pulsão, expresso nas descrições da disposição sexual perversa polimorfa, aponta para as diversas formas de satisfação – sempre parciais – e também anuncia diferentes modalidades de relação com os objetos. Por outro lado, Roussillon (2019) aponta que, no pensamento freudiano, pouco a pouco “as pulsões de autoconservação desaparecem em sua especificidade; são subvertidas pela importância dada às formas do sexual” (p. 199). No entanto, embora tenham perdido a visibilidade do primeiro plano, a autoconservação permanece como um fundo sempre presente das pulsões de vida até “o conceito de Eu ser completamente introduzido na metapsicologia – e, então, coloca-se o problema específico da sua autoconservação” (p. 199).

Neste capítulo, vamos trabalhar os diferentes aspectos envolvidos nas relações

primárias – considerando suas qualidades sexuais, autoconservativas e simbolizantes. A teoria do apego nos será especialmente cara, por se debruçar sobre a relação dos cuidados primários, como forma de vínculo a ligar o bebê aos adultos dedicados a ele, participando de forma integrada dos processos de constituição subjetiva, ao conferir um senso de integridade, segurança interna e confiança no ambiente. A dimensão corporal também será compreendida, a partir de suas qualidades sensoriais, como o lugar onde se experimenta o mundo, as relações com o outro e a si próprio, e também como espaço onde se engajam as primeiras formas de comunicação e simbolização.

2.1 O SEXUAL E A AUTOCONSERVAÇÃO: TENSIONAMENTOS, APOIO E ENTRELAÇAMENTO

O papel fundamental do corpo e da alteridade na constituição psíquica é um dado explorado pelas mais diversas perspectivas psicanalíticas. As questões divergentes se voltam, sobretudo, para o momento em que o objeto é criado/descoberto, para a especificidade de suas funções na emergência da subjetividade do bebê e para as particularidades de seu efeito no psiquismo. Da mesma maneira, o corpo pode ser implicado em sua sensorialidade, ou ainda ganhar destaque pela dimensão sexual. Levantar questionamentos, tanto sobre o objeto, quanto sobre o corpo, implica questionar a sua relação com o campo pulsional e com a alteridade.

Todavia, a definição de pulsão e, mais especificamente, de pulsão sexual, a distinção entre pulsão/instinto e o lugar da autoconservação são temas que atravessam a história da psicanálise e, em certa medida, cada tradição psicanalítica encontrou suas formas de se posicionar diante desses debates ou, ao menos, contribuir com mais questionamentos para ele. Nosso interesse reside na possibilidade de aprofundar o protagonismo da experiência corporal na complexa relação entre a autoconservação, o sexual e os processos de subjetivação inseridos em uma vinculação intrincada com a alteridade.

Compreendemos que a relação adulto-*infans* é atravessada simultaneamente pelos aspectos sexuais e autoconservativos, descritos por Freud (1905/1996) como amor e fome. A interação dessas duas grandes moções é contraditória, conflitante e inexoravelmente complementar na relação da criança com o adulto. No seio das relações primárias, Konicheckis (2003) descreve o papel da parentalidade com tripla função: autoconservativa, sexual e transformativa. De acordo com o autor, a autoconservação diz respeito à manutenção da vida e, também, à continuidade do sentimento de existência. Já a sua vertente sexual

impele o pequeno ser à vida e ao prazer, comportando a excitação e as forças de separação com os objetos primários.

Konicheckis (2003) ressalta também que o entrelaçamento dessas vertentes pulsionais atravessa as relações primárias, tornando-se fonte de inquietação, posto que, ao mesmo tempo em que os cuidadores de referência garantem a continuidade da existência, como seres sexuais, eles também excitam e perturbam a criança. Nesse sentido, a terceira função parental, nomeada como função transformativa, diz respeito aos processos psíquicos capazes de permitir a assimilação e a subjetivação dessas experiências potencialmente conflitantes. Esse processo de interiorização, apropriação e simbolização das experiências primárias, em um primeiro momento, é uma atividade que se passa no jogo interativo das relações precoces, a partir do qual o adulto se dispõe a acolher, significar e devolver para a criança aquilo que ela mesma experimenta, até que possa interiorizar, não só as experiências, mas também a própria função simbolizante.

Ferenczi, em seu artigo de 1929, “A criança mal acolhida e sua pulsão de morte”, foi um dos pioneiros a enfatizar a importância do ambiente e dos cuidados primários para a vinculação da criança à vida. Sua observação escapa à impressão geral de que a vida do ser humano recém-chegado ao mundo desenvolve-se de maneira espontânea; para ele, há diferenças significativas quando essa criança é um hóspede bem-vindo na família e quando não o é. Neste pequeno e potente texto, ele defende que os impulsos positivos à vida e as razões para continuar existindo dependem, não apenas da capacidade de o ambiente oferecer condições básicas de proteção, mas também de amor, ternura e cuidado.

Seguindo a proposta sensível de Ferenczi, podemos intuir que a criança não está, de início, suficientemente vinculada às forças vitais para garantir seu desenvolvimento: sabemos que um bebê, sozinho, não sobrevive. Um bebê que é “acolhido com rudeza e sem carinho” terá mais dificuldade de sobreviver às intempéries da vida e encontrar dentro de si as motivações para continuar vivendo, sobretudo diante das adversidades, em comparação com aquele que encontrou um ambiente terno. Para Ferenczi (1929/2011), a força vital “só se reforça após imunização progressiva contra os atentados físicos e psíquicos por meio de um tratamento e de uma educação conduzidos com tato” (p. 59). As práticas de cuidado que permeiam a relação da criança com os adultos que a cercam são os pilares do processo de subjetivação. Nessas interações precoces, os componentes econômicos, dinâmicos e objetivos estão intimamente entrelaçados. As relações primárias vão despertar uma miríade de sensações corporais com suas derivações afetivas, iniciando também as comunicações e a inserção da criança em seu meio social.

2.1.1 A ampliação do sexual: excitação, enigma e alteridade

Além de garantir a vida e o desenvolvimento da criança, as práticas de cuidado veiculam também aspectos sexuais que inserem a criança no registro de uma sexualidade ampliada, parcial, inconsciente, polimorfa e insaciável. O sexual como característica elementar do humano, tal qual a psicanálise de tradição freudiana se propôs a afirmar, é um tema sofisticadamente debatido e elaborado por Laplanche. Os impasses em torno da constituição psíquica, do corpo e do soma, do adoecimento, da fruição da vida, da relação do eu com o corpo e com a alteridade, e da capacidade simbólica são permeados pelo enigma do sexual e sua emergência no campo subjetivo. Para Laplanche (1997), “o problema não é pois a relação alma-corpo, mas a articulação de um funcionamento sexual e um funcionamento autoconservador, um e outro indissolivelmente psíquico e somático” (p. 15). Os processos ligados à autoconservação, afinal, são também psíquicos, e o sexual em fantasia é também encorpado.

A derivação deste problema está na emergência do inconsciente psicanalítico e na sua produção fantasística que tece as formações singulares, sejam elas de ordem psicopatológica ou não. Birman (1998) aponta que se postula no fundamento da teoria psicanalítica a separação entre os registros da sexualidade e da reprodução biológica. A emergência da sexualidade infantil, definida para além dos limites da infância, mas como a característica última da sexualidade humana, informa sobre um corpo regido pela pulsão, colocando a ênfase sobre um impulso “quase cego, demoníaco, procurando mais a satisfação do que um fim pré-definido” (LAPLANCHE, 1997, p. 16).

Birman (1998) ressalta ainda que, mesmo a psicanálise tendo revelado a existência de outros registros da corporeidade – como o corpo narcísico e o corpo realidade definitivo –, todos eles se fundam na presença originária do corpo pulsional. Não haveria o desaparecimento por substituição da corporeidade pulsional por qualquer outro registro, mas uma sequência interminável e infinita da composição entre eles, sempre relançados e recomeçados. Além disso, para o autor, se forja uma inextricável relação entre o corpo pulsional e o outro. É justamente na relação com a alteridade que Laplanche vai circunscrever a gênese do sexual. Laplanche (1997) brinca com a intenção de “salvar Freud” de um “desvio biologizante” o que, por conseguinte, é também uma tentativa séria de resguardar a área de atuação da biologia com sua devida importância e seus próprios referenciais.

Os estudos sobre as neuroses levam Freud a se interessar pela qualidade psíquica da

energia sexual, de onde serão extraídas sua teoria da libido e os processos de constituição psíquica articulados com a erogeneização do corpo infantil. Em “Três ensaios para uma teoria da sexualidade” (FREUD, 1905/1996), somos apresentados ao conceito de pulsão sexual como aquilo que vai marcar a especificidade da vida humana, deslizando o corpo da necessidade biológica para o imperativo pulsional. É nesse movimento, a partir do contato com a alteridade, que o corpo erógeno se forma ao ser libidinalmente investido.

O corpo erógeno possui uma historicidade e passa por um processo de construção trilhado pela trajetória da libido, dos investimentos pulsionais e das experiências de satisfação. Freud (1905/1996) descreve as zonas erógenas como lugares privilegiados das estimulações do corpo da criança, revestidas por pele e mucosas, sobre as quais incidem os cuidados e investimentos do adulto cuidador. Há uma dimensão particular que é própria do organismo, seja por se tratarem de zonas mais sensíveis, ou ainda por serem orifícios de entrada e saída de substâncias. Simultaneamente, as qualidades sensíveis trazem o destaque para o caráter relacional desse corpo afetado na relação com o outro.

De acordo com a hipótese freudiana, o corpo sexual nasce apoiado no corpo biológico: as atividades ligadas à conservação da vida suscitam experiências de prazer de outra ordem, que não se limitam à satisfação da necessidade biológica. A experiência do encontro com o outro, que investe afetivamente a criança, proporciona uma série de sensações prazerosas em aliança com os cuidados necessários. Haveria, pois, um substrato de prazer de outra ordem que não a satisfação da fome no ato de mamar. Nesse sentido, há um movimento de apoio e de desvio do sexual em relação às funções da autoconservação, isto é, a pulsão sexual se apoia em outro processo, não sexual.

Para Widlöcher (2000), a sexualidade infantil é caracterizada por sua construção em dois tempos. Em um primeiro momento, trata-se da satisfação de uma necessidade fisiológica; posteriormente, essa experiência é recuperada via alucinação, desta vez composta pelos fantasmas da experiência real. O sexual não se inaugura na experiência de satisfação imediatamente, mas emerge a partir de seu traço mnêmico. A situação real é, portanto, transformada em situação imaginária, da qual o sujeito é igualmente criador e ator em sua cena. A dimensão da memória se faz importante aqui, porque evidencia o caráter fantasmático da sexualidade humana. É nesse sentido que o corpo erógeno não corresponde ao corpo biológico, uma vez que aquele é constituído psicicamente a partir dos traços mnêmicos das experiências de satisfação.

Entretanto, a concepção apresentada por Widlöcher foi compreendida por Laplanche (2000) como uma interpretação do apoio no sentido de uma emergência da pulsão a partir do

biológico, como se o pulsional fosse um desdobramento psíquico de uma primeira satisfação real da necessidade, sendo fruto da própria criatividade da criança. Laplanche refuta essa ideia, ao defender que a criança possui a função ativa da simbolização, mas essa atividade trabalha sobre um material já comprometido pelo sexual: as mensagens enigmáticas provenientes de um adulto portador do inconsciente.

Para ele, não há predisposição interna ao autoerotismo. O bebê comporta uma reatividade somática, uma excitabilidade orgânica geral, mas é preciso outra coisa para se criar a pulsão (LAPLANCHE, 2000). Dessa forma, a criança conta com uma capacidade inata de reação corporal, no entanto, responder ao estímulo e à excitação somática não se trata de uma exigência pulsional. Essa abertura da criança ao outro, aliada à sua receptividade somática, é o que possibilita que a mensagem do outro possa se implantar. Assim, o que vai marcar a sexualidade infantil é sua natureza fantasmática resultante desse encontro com a alteridade, em que resta algo de intraduzível.

Laplanche (1970/1985) ressalta que o autoerotismo é um segundo tempo, um tempo da perda do objeto. O que se perde é justamente o objeto da autoconservação (o leite), que dá lugar a um objeto fantasmático (o seio). Nesse sentido, o objeto da pulsão sexual se constitui por um deslocamento do objeto da necessidade. O objeto perdido nunca será reencontrado, pois não se trata de um objeto real, mas, desde o princípio, de um objeto desviado para o campo da fantasia. Além da dimensão fantasmática, o autor sublinha o papel da alteridade nesse processo – não só como objeto da pulsão, mas como agente que instaura o sexual na criança.

A inserção do objeto, presente em fantasia, como característica do autoerotismo, introduz na gênese do sexual infantil inconsciente a figura do adulto no registro da sexualidade, pois, de acordo com Laplanche (1970/1985), não é possível que o sexual brote espontaneamente pela experiência de satisfação. O autor é enfático ao inserir a gênese pulsional na relação dos primórdios com a alteridade, colocando como condição de possibilidade para a sua emergência a inserção no meio social, no qual o adulto transmite aquilo que em si é enigmático para a criança recém-chegada ao mundo. A partir dessa perspectiva, o inconsciente não seria geneticamente programado, mas fruto do encontro da criança com esse outro inserido nas cadeias de linguagem, portador do inconsciente transbordando seus excessos. Se Freud deduz que o bebê sente algo “a mais”, além da satisfação da fome, podemos afirmar com Laplanche que o adulto que alimenta e cuida deste pequeno ser humano envia também algo “a mais” à criança, além de atender às necessidades fisiológicas. Konicheckis (2018) ressalta que, “em nível de intensidade sensorial, o objeto

parental se mostra excitante ao invés de apaziguador” (p. 85).

Há uma “situação antropológica fundamental” na percepção de Laplanche (2015), a saber, aquela na qual toda criança que chega ao mundo necessita ser cuidada. Nem todas as crianças são criadas na estrutura familiar que conhecemos como mais comum, nem todas as crianças possuem pais ou famílias, mas todas elas precisam receber cuidados primários de um outro. Konicheckis (2018) acrescenta que “a sensorialidade se apresenta então como um lugar de impacto, que permite considerar toda sensorialidade infantil, todo encontro objeto-sujeito, como uma cena potencialmente sexuada, no sentido de uma pulsão que exige um trabalho à psique” (p. 85). Essa relação adulto-*infans* é marcada por uma assimetria de base: por mais recíprocas que possam ser as trocas, a criança é passiva na sua confrontação com o mundo adulto. E essa passividade é marcada pela presença do inconsciente infantil do adulto. Ressalta Laplanche (1988) que

este mundo adulto não é um mundo objetivo, que a criança teria que descobrir e aprender, como aprende a caminhar e a manipular as coisas. Caracteriza-se pelas mensagens (linguísticas ou simplesmente semiológicas: pré ou paralinguísticas) que questionam a criança antes que ela as compreenda, e às quais deve dar sentido e resposta. (p. 118)

O adulto envia à criança, através de significantes verbais, não verbais e também através de seu comportamento, mensagens impregnadas de significações sexuais inconscientes. Ocorre, ainda, que o receptor dessas mensagens, isto é, a criança, fracassa na tentativa de traduzi-las e significá-las, o que a leva a recalcar uma parte da mensagem. O “outro” não é apenas o “objeto” da pulsão, ele é o seu portador. O adulto é considerado como um componente ativo na relação com o bebê, não apenas por ser capaz de performar os cuidados para a sua subsistência ou por atender os seus apelos de forma adequada, mas por implementar na criança este outro-em-si que ele também desconhece.

Laplanche chama a este processo de marcação do corpo erógeno, de sedução generalizada. [...] O corpo erógeno se constitui através da sedução materna prenhe de sentidos imaginários que determina uma geografia imaginária, subvertora da ordem anatômica. A criança seduzida pela mãe é introduzida dentro da sexualidade através da erogeneização de seu corpo. (BASTOS, 1998, pp. 76-77)

Reforçar a dimensão da fantasia do corpo erógeno que é, afinal, o território que funda a sexualidade enquanto móvel psíquico, aponta para os destinos da sexualidade infantil no adulto. Sua qualidade perversa e polimorfa não será nunca superada para dar lugar à sexualidade madura no adulto, mas irá justamente antecipar-se a esta. Quando o despertar do sexual genitalizado e hormonal desponta na adolescência, “o assento já está ocupado”, como diria Laplanche (2015, p. 41). O infantil, então, tem como características fundamentais a

parcialidade do corpo anterior à organização narcísica, a plasticidade de suas formas de prazer e seu caráter anárquico anterior à unificação e à organização genitais.

Trata-se de uma sexualidade em si mesma desviante de qualquer propósito reprodutivo, marcando assim o universo a partir do qual a sexualidade adulta vai se constituir. A permanência das fantasias recalcadas é, afinal, o que constitui o sistema inconsciente, conforme formulado na primeira teoria pulsional de Freud. A vivacidade psíquica e o potencial criativo do processo primário têm sua fonte revelada nas inscrições das experiências primevas e no jogo interativo entre os representantes pulsionais possibilitado por deslocamentos e condensações. O corpo sexual informa o seu estatuto psíquico composto por esses fantasmas infantis inconscientes.

Segundo Mandet (1993), o corpo biológico, corpo Soma, em seu destino, tornar-se-á uno com o corpo erógeno, ainda que, apesar de ser uno, não signifique que constituirá uma unidade. Como o corpo impõe permanentemente ao psíquico o trabalho de ser representado, esse mesmo processo vai devolver ao corpo biológico sua dimensão de pertencente a uma realidade exterior ao eu. O corpo Soma não só constitui um corpo erógeno como a própria erogeneidade garante as funções somáticas do corpo. (LAZZARINI; VIANA, 2006, p. 242)

Se o apoio sobre as funções biológicas é condição fundamental para o processo de erogeneização do corpo, para que ele possa se tornar um corpo representado, é igualmente importante que haja um movimento de desvio que traga relativa autonomia ao campo psíquico. É nesse sentido que a erogeneidade garante o funcionamento do organismo biológico, porque liberta *este* corpo de uma atuação psíquica. Ao construir um mundo simbólico com múltiplas camadas de simbolização, permitindo também a ampliação dos recursos expressivos, o corpo ganha relativa independência para se dedicar aos processos de autoconservação. A constituição da erogeneidade do corpo é o processo de simbolizar o objeto, os afetos e efeitos do encontro com a alteridade, a partir do qual o corpo é marcado e inicia seu traçado em uma história pessoal. Mas é também a inserção deste corpo em uma trajetória desviante, na qual ele passa a ser pervertido em suas tendências autoconservadoras para se arriscar por arranjos singulares em sua determinação inconsciente. Está lançada, então, toda sorte de explorações diversas – psíquicas e corporais – que o universo humano pode fabricar.

2.2 A TEORIA DO APEGO: REALCE DOS ASPECTOS RELACIONAIS DA AUTOCONSERVAÇÃO

As questões em torno do apego levantam um rico debate na literatura psicanalítica,

cuja principal preocupação se volta para um possível apagamento do sexual, ou ainda, da sexualidade infantil (WIDLÖCHER, 2000). O principal problema que identificamos nessa disputa é tratar essas duas perspectivas necessariamente como excludentes entre si. Preservando as devidas diferenças entre os campos, acreditamos que diversas aproximações podem ser traçadas, ao incluirmos a teoria do apego no âmbito da autoconservação. Em nossa perspectiva, é justamente na composição e no entrelaçamento da autoconservação (e a sua vertente do apego) com o sexual que o campo subjetivo se constitui, incluindo seus aspectos integradores e conflitivos.

Cupa (2000) aponta que a descoberta do apego como necessidade primária, pautada pela tendência inata do ser humano buscar laços afetivos que correspondam às necessidades de proteção, conforto, sustentação e de socialização, coloca questões para a teoria psicanalítica, que baseava a emergência da pulsão sexual apoiando-se sobre a necessidade primária da fome. Anzieu (1997a) pontua, no entanto, que o problema de saber o que é primário na vida psíquica choca-se com a questão fundamental da liberdade do inconsciente, caracterizado como “uma energia livre que não cessa de escapar a todas as tentativas do eu socializado e do aparelho psíquico para vinculá-la” (p. 211, tradução nossa). Em outras palavras, a própria característica da atemporalidade do inconsciente se sobrepõe às possíveis especulações sobre uma ordenação desenvolvimentista.

O enfoque de Freud no campo da sexualidade é compreendido por Anzieu (1997a) como um dado cultural de seu tempo histórico, que ele pode atentamente denunciar. No entanto, Anzieu identifica que, ao longo do século XX, não é mais sobre a pulsão sexual ignorada que repousa a maior cisão da cultura ocidental, mas indica que seja sobre o próprio corpo: “[o inconsciente] se manifesta ali onde ele é ignorado, onde ele não é esperado, onde nos surpreende, onde nossa cultura intelectualizada e nossas ideologias socializantes negam uma dimensão vital da realidade humana, a saber, o corpo como dado global pré-sexual e irreduzível” (p. 211, tradução nossa). A partir dessa perspectiva, Anzieu se interessa pelas pesquisas que se voltam para o conjunto de cuidados que a criança recebe durante a infância, as qualidades presentes nos vínculos primários com seus cuidadores e as intercorrências nessas interações. Esse interesse coloca o acento nos aspectos sensoriais do encontro com a alteridade, bem como nos tipos de vínculos estabelecidos. A centralidade da dimensão corporal para a própria experiência subjetiva, estando no cerne da relação com a alteridade, leva Anzieu a recuperar a noção de apego desenvolvida por Bowlby.

Bowlby (1969/2002) se propõe a adentrar no mesmo campo de Freud, mas com outro olhar: enquanto a maioria dos psicanalistas elabora seus conceitos sobre o início da infância a

partir de um processo de reconstituição histórica, ele se propõe a trabalhar a partir de pesquisas que tomem a observação direta de crianças em relação às suas mães. Vale lembrar que, na década de 1950, quando sua pesquisa começou a ser desenvolvida, ainda eram poucas as pesquisas psicanalíticas que se propunham a trabalhar diretamente com a observação de crianças. Naquele momento, sobretudo com o impacto da Segunda Guerra Mundial, diversas pesquisas estavam sendo conduzidas ou haviam sido iniciadas na década anterior, sobre as consequências das perdas ou do afastamento de familiares para crianças pequenas.

Uma das controvérsias no campo psicanalítico repousa sobre o estatuto do objeto no início da vida psíquica. As observações de Bowlby destacam a presença – e, poderíamos dizer, a presença *real* – do objeto. Já a alucinação da satisfação autoerótica, a fantasia e o desejo direcionam a atenção para os aspectos intrapsíquicos não observáveis pela análise do comportamento, se referindo à representação do objeto ausente. O objeto se torna foco de interesse, sobretudo na medida em que ele compõe o cenário interno do psiquismo. Enquanto isso, na perspectiva do apego, o que está em jogo são as qualidades das experiências vividas de maneira interativa na relação bebê/cuidador em sua dinâmica recíproca – mais do que o seu conteúdo/representação. A preocupação básica se dirige para a necessidade de segurança da criança.

Neste mesmo período, como apontam Fonagy, Luyten, Allison e Campbell (2018), eram predominantes as teorias psicanalíticas que privilegiavam a pulsão como aspecto primário do psiquismo, inserindo a entrada do objeto em um segundo tempo. Com isso, a ênfase dada ao mundo interno e à dimensão de fantasia era preponderante em relação aos aspectos ambientais e à qualidade da relação da criança com os cuidadores de referência. Bowlby, afinal, se afasta da concepção do sexual enquanto móvel primário e elege a relação de apego como laço primitivo da criança com seus pares. No entanto, ele não pensava com isso estar se afastando de toda psicanálise (BOWLBY, 1969/2002) e, no período inicial de sua construção teórica, expressava seu desejo de enriquecer o campo oferecendo outra classe de dados.

Bowlby (1969/2002) se interessa, então, por diversos estudos de bebês e crianças pequenas que sofreram privação de contato com a sua figura de cuidado de referência, a maior parte delas sendo a própria mãe. Em todos os estudos relatados, pode-se notar, em maior ou menor grau, uma perturbação das crianças na ocasião do afastamento e, muitas vezes, a permanência de estados afetivos alterados, até mesmo diante do retorno da mãe ou de quem desempenhasse a função de cuidado primário. Dessas observações, ele indaga sobre a natureza do vínculo que liga a criança à mãe ou a seu cuidador principal.

A observação dos experimentos realizados por Harlow (*apud* BOWLBY, 1969/2002) com bebês macacos e mães artificiais – nos quais algumas estão revestidas de uma pele sintética e outras são feitas de arame exposto, cada uma delas apresentando ou não uma mamadeira – mostrou que os bebês macacos escolhiam a mãe artificial revestida de pele, mesmo que dela não obtivessem alimento, privilegiando a sensação de aconchego pelo contato com uma superfície quente e macia em detrimento daquela que oferecia o alimento. Essa pesquisa incita Bowlby a se atentar para este aspecto nas relações humanas, constatando que o bebê humano responde prontamente aos estímulos sociais, entra rapidamente em interação social e pode desenvolver um comportamento de apego, mesmo quando este não está associado às figuras que suprem suas necessidades fisiológicas.

O autor questiona a primazia da oralidade em seu sentido estrito e da busca por nutrição como protótipo do vínculo primário, mas observa que, em casos de uma relação de apego frustrada, a criança desenvolve a sucção ou a voracidade como possíveis substitutos. Se a orientação primária não se dirigiria à busca pela satisfação oral para a obtenção de prazer nem mesmo pelo alimento, a hipótese levantada é que se trata da busca por uma segurança da integridade psíquico-corporal. Para Anzieu (1985/1989), este dado demonstra que, ao lado da sucção, da repleção, da receptividade e dos objetos internos, a pele protagoniza um papel igualmente importante nos processos de constituição do bebê e também como espaço de experimentação do vínculo com seu cuidador. Anzieu sublinha também que o conforto trazido pelo contato com a maciez de uma pele é encontrado de maneira secundária no aleitamento, na experiência de calor e no acalanto do bebê pelos movimentos de sua figura de cuidado ou quando ele se mantém ligado a ela.

Vários elementos da noção de apego, em alguma medida, estão presentes na obra de Freud, sob o nome de ternura, fazendo referência ao adulto que “nutre e protege”, conforme relembra Laplanche (2015). Trata-se de uma parte dos comportamentos autoconservativos, nos quais o indivíduo necessita do outro para a sua sobrevivência. Nos animais homeotérmicos, a regulação da homeotermia, por exemplo, é inicialmente imperfeita, e Laplanche observa que essas espécies precisam se comunicar para buscar a proximidade e se manterem aquecidas. Laplanche (2015) relembra também a observação de Freud sobre “a deficiência dos instintos quando não há intervenção do outro” (p. 36), remetendo à prematuridade do bebê humano além da ausência de uma série de reações inatas (como recuo diante de fontes incandescentes).

Bowlby (1973) enfatiza a necessidade de o bebê experimentar uma relação calorosa, disponível e contínua com uma figura parental estável até atingir uma base segura para seu

desenvolvimento – e acrescenta: “é importante que ambos sintam satisfação e desfrutem dessa relação” (p. X). O comportamento de apego é definido como “qualquer forma de comportamento que resulta em uma pessoa alcançar e manter proximidade com algum outro indivíduo claramente identificado, que é admitido como mais apto para lidar com o mundo” (BOWLBY, 1988, p. 23, tradução nossa). Uma figura de apego disponível e responsiva fornece forte sentimento de segurança, de modo que a criança se sente encorajada a explorar o mundo ao seu redor. A presença da figura de apego, ao mesmo tempo em que valoriza o relacionamento, também traz um senso de proteção e um ponto de referência a quem recorrer, caso a criança se assuste ou se sinta em perigo.

Com isso, Bowlby (1969/2002) critica, por diversas razões, o modelo energético da teoria freudiana. Apontando que se tratava de um modelo emprestado da física e da química na segunda metade do século XIX, ele mostra a defasagem desse modelo, na medida em que os organismos vivos passam a ser pensados como sistemas abertos e não fechados. Outro ponto de relevância destacado pelo autor é que o modelo da descarga energética não é satisfatório para explicar porque o bebê, em prantos, para de chorar no momento em que vê sua figura de apego e, se ela volta a se ausentar, ele desencadeia novamente o choro, em um movimento que pode se repetir muitas vezes. Para ele, o que explica a interrupção e o retorno ao choro não é a descarga de energia, mas a mudança de comportamento é entendida como resultante de sinais decorrentes de uma mudança no meio ambiente.

A conduta é definida não mais em termos de tensão e de redução das tensões, mas de fins estabelecidos para se atingir, de processos levando a tais fins e de sinais ativando ou inibindo tais processos. O apego é por ele considerado nesta perspectiva como uma forma de homeostase. O fim para a criança é manter a mãe numa distância que a deixe acessível. Os processos são o que conserva ou aumenta a proximidade (deslocar-se para, chorar, abraçar) ou que encoraja a mãe a fazê-lo (sorrir e outras amabilidades). A função é uma função de proteção. (ANZIEU, 1985/1989, p. 28)

Fonagy (2001) destaca o valor da pesquisa de Bowlby para a relevância conferida à interação entre criança-cuidador, sendo um dos primeiros autores a afirmar que a criança vem ao mundo predisposta a participar de interações humanas. Isso porque a criança conta com reflexos inatos que convocam o adulto a interagir, tais como a sucção, o sorrir, o vocalizar, o chorar e o agarrar-se. Na medida em que passa a se locomover, a criança é também ativa ao procurar e acompanhar, engatinhando, seu cuidador de referência; nota-se orbitando em volta dele e buscando-o para conferir sua presença e, com isso, continuar em sua descoberta do mundo. De maneira próxima, o cuidador também se dirige à criança que é responsiva nessa relação, compondo o laço afetivo. Todavia, o apego é uma forma específica de vinculação,

marcada pela assimetria na busca de segurança e conforto no relacionamento. Quando uma figura parental procura por essa segurança em seu filho, é comum que a criança manifeste algum tipo de transtorno.

A capacidade de o cuidador representar os estados mentais da criança está associada à capacidade mais geral de pensar em termos de estados mentais, crenças, desejos e intenções – tanto de si próprio como de outras pessoas. Em outras palavras, depende de um recurso autorreflexivo que, por sua vez, remete à sua própria experiência de apego infantil vivida pelo cuidador. Pierrehumbert (2000) indica com isso que as descobertas sobre “a correspondência de narrativa autobiográfica da mãe [ou cuidador] e o comportamento da criança sobre a capacidade autorreflexiva e sobre a concordância afetiva levam a supor que a transmissão de mecanismos defensivos [...] transita pelos cuidados” (p. 32, tradução nossa). Fonagy (2001) realça também a importância que Bowlby confere à disponibilidade do cuidador, vivida pela criança como experiência de confiança na sua própria expectativa.

Uma das contribuições de Bowlby (1969/2002) estaria em incluir a ideia de reciprocidade entre a criança e seu cuidador. Esta relação será sustentada por uma comunicação primária, permeada por trocas não verbais, que posteriormente estarão presentes também na linguagem verbal. Bowlby frisa também a importância do *feedback* na interação da criança com o cuidador: a observação do adulto às respostas da criança e a percepção que a criança tem do comportamento do adulto, juntos, criam um retorno que comunica sobre o que precisa ser ajustado e o que vai bem. Com isso, as modificações apropriadas podem ser inseridas no curso da interação, para melhor atender às demandas e às necessidades infantis.

A figura de apego tem, portanto, dupla função protetora: ela oferece proteção contra “as ameaças físicas provindas do ambiente como também funciona enquanto paraexcitação, ou seja, como filtro e proteção contra os estímulos internos e externos experimentados pelo bebê, auxiliando na manutenção de certa tranquilidade somatopsíquica” (VANASSI, 2017, p. 24). A relação de apego parte de uma forte busca por contato físico, através das trocas táteis primárias e significativas com sua figura de referência, e passa gradualmente a comportar também os movimentos que ampliam a relação da criança com o seu entorno, na medida em que ela pode se distanciar da sua figura de apego, mantendo-a ainda acessível ao alcance. A teoria de Bowlby oferece muitos elementos para compreender, não só o terror da separação, mas permite explorar, sobretudo, os mecanismos existentes desde o início da vida, que têm por função apaziguá-lo.

2.2.1 O apego revisitado: contribuições psicanalíticas

A ênfase se desloca de um ponto de vista interno, reservado à pulsão sexual em sua primariedade e tendência à descarga, para as qualidades da relação de objeto experienciada. Para além do campo da fantasia explorado por Freud, as dimensões sensoriais, relacionais, biológicas e emocionais são convidadas a integrar o campo teórico da psicanálise de maneira mais explícita. Isso porque não há como afirmar que essas perspectivas estejam ausentes da literatura freudiana, mas também não as encontramos em grande destaque. Do ponto de vista da autoconservação, a criança seria dotada de uma atividade em direção ao objeto. A ordem da necessidade implica que o objeto seja encontrado na realidade material e, dessa forma, a criança teria o impulso de buscá-lo e convocá-lo para encontrar seu bem-estar. Como nos lembra Laplanche (2000), de acordo com Freud, as funções de autoconservação não são anobjetais, elas são orientadas em direção a um objeto adequado. Entretanto, Fonagy (2001) ressalta uma diferença importante:

O objetivo da criança não é o objeto, por exemplo, a mãe. A meta que regula o sistema é inicialmente um estado físico, a manutenção de um grau desejado de proximidade com ela. Esse objetivo físico é posteriormente suplantado pelo objetivo mais psicológico de um sentimento de proximidade com o cuidador. Como a meta não é um objeto, mas um estado de ser ou sentimento, o contexto em que a criança vive, ou seja, a resposta do cuidador, influenciará fortemente o sistema de apego, pois se a criança perceber que a meta de apego foi atingida isso afetará o sistema de comportamentos. (p. 8-9)

Quando nos referimos ao imperativo da sobrevivência biológica, é evidente a necessidade da alimentação, do sono, da excreção e de uma higiene básica, mas Anzieu (1985/1989) procura mostrar, a partir de Bowlby, a *necessidade* do contato sensorial em busca de uma segurança somatopsíquica. Isso se torna mais apreensível quando compreendemos que o ser humano, tal como o conhecemos na vida em sociedade, é fruto de dois fatores indispensáveis: o corpo biológico e o corpo social. A relevância da qualidade relacional seria um fator tão significativo quanto os cuidados com o corpo físico. Os eixos centrais do pensamento de Anzieu, bastante inspirado pela teoria do apego, podem ser apresentados na maneira como sintetiza Cupa (2000):

O psiquismo se apoia sobre o corpo biológico, mas também sobre o corpo social. O apoio é mútuo: a vida orgânica e a vida social no ser humano tem, tanto um quanto outro, a necessidade de um apoio quase constante sobre o psiquismo individual que, em retorno, precisa de um apoio recíproco sobre um corpo vivo e sobre um grupo social vivo. Assim, para ele, a teoria do apego remete à realidade primeira do sensorial (corporal) na relação humana (início da socialização) e no funcionamento mental, permitindo pensar a construção do psiquismo. (p. 102, tradução nossa)

Cupa (2000) comenta ainda que Anzieu se retira dos episódios polêmicos em torno da noção de apego e se deixa fecundar pela teoria de Bowlby, criando, assim, uma nova teoria de base psicanalítica. Ele vai propor que a necessidade do apego seja da alçada de uma “pulsão de apego”, estando pouco interessado no modelo etológico e cognitivista. Anzieu foi, afinal, um autor dedicado a teorizar sobre a subjetividade e o fantasma, de modo que ele nunca colocou em questão a base da metapsicologia de sua teoria. Seu trabalho se dedicou justamente a um aprofundamento da segunda tópica, enriquecendo-a a partir de outras perspectivas, criando seu próprio campo conceitual. Para ele, “a teoria do apego remete à realidade primária do sensorial (corporal) na relação humana (o início da socialização) e no funcionamento mental, permitindo pensar a constituição do psiquismo” (CUPA, 2000, p. 102, tradução nossa).

A autoconservação do indivíduo busca a manutenção da vida, incluindo a vida psíquica, o asseguramento narcísico e seus recursos defensivos. Vejamos como isso se articula com a questão do apego: as trocas sensório-motoras nas interações precoces da criança com seu cuidador seriam condição para a entrada da sexualidade, isto é, esta dependeria dos elos que vão se instaurando no jogo de pele a pele. O apoio na autoconservação não diz respeito somente à fome, mas à qualidade das trocas primárias com o objeto.

Haveria uma busca do contato corporal entre a criança e seu cuidador como fator essencial do desenvolvimento afetivo, cognitivo e social, independentemente da sua capacidade de nutrição (CUPA, 2000). Da mesma forma que as pulsões de autoconservação teriam a finalidade de satisfazer as necessidades fundamentais para a vida, a pulsão de apego teria o objetivo de satisfazer a necessidade de proteção, conforto e sustentação – o apego, nesse sentido, está a serviço da autoconservação. Anzieu inclui o apego como forma de vínculo constitutivo do espaço psíquico, nos quais as trocas sensoriais e a relação de cuidado e apaziguamento com sua figura de referência proporcionam experiências que lhe informam sobre o próprio corpo, seus limites e iniciam seu trabalho de figuração.

O *infans* adquire a percepção da pele como superfície quando das experiências de contato de seu corpo com o corpo da mãe e no quadro de uma relação de apego com ela tranquilizadora. Ele assim chega não apenas à noção de um limite entre o exterior e o interior, mas também à confiança necessária para o controle progressivo dos orifícios, já que não pode se sentir tranquilo quanto a seu funcionamento a não ser que possua, por outro lado, um sentimento de base que lhe garanta a integridade de seu envelope [envoltório] corporal. (ANZIEU, 1985/1989, p. 43)

Bowlby (1969/2002) descreve os comportamentos do apego pelos seguintes componentes: a troca de sorrisos, a troca de sinais sensoriais e motores no aleitamento, a

solidez do colo, o calor do contato, o toque que acaricia, aos quais Anzieu (1985/1989) acrescenta a concordância dos ritmos. Se a pulsão de apego é suficientemente satisfeita, ela garante ao bebê a base sobre a qual se pode manifestar o movimento de integração do eu (CUPA, 2000). Uma das principais elaborações de Anzieu a respeito da pulsão de apego foi a articulação promovida com os processos de constituição psíquica. Para o autor, o apego fala de respostas afetivas inseridas nas comunicações precoces com as figuras de cuidado. Trata-se, sobretudo, de modos de vinculação da criança com seu cuidador. A representação das experiências de apego se imprime psiquicamente como um modelo interno de vínculo, sendo constitutivo dos aspectos continentais do espaço psíquico. Aquilo que se forma no psiquismo é, antes, a estrutura da relação, mais do que propriamente uma imagem interna do objeto, pois se refere à representação da qualidade da presença do objeto.

O que se pode pensar, então, quando a experiência de apego pode se apresentar em sua forma negativa, quais seriam as consequências de uma demanda que não fora atendida de modo satisfatório? Como podemos compreender aqueles casos em que o adulto segue apegado à imagem de um objeto negativo e maltratante? Como se pode ter amado um objeto primordial que lhe fez mal e por que se observa a permanência de pessoas que lhe fazem mal como objeto de amor? Essa série de perguntas é levantada por Anzieu (1997a), que se debruça a pensar os modos de interiorização dessas relações precoces. Nesses casos, haveria um apego ao negativo, isto é, uma forma de apego fixada na experiência negativa, em que os objetos de amor respondem mal às demandas de ternura que lhe são endereçadas (ANZIEU, 1990).

Na compreensão de Anzieu, a explicação em termos econômico-dinâmicos da teoria masoquista se mostra incompleta, pois haveria também um desequilíbrio tópico na constituição da estrutura dos envoltórios psíquicos. A interiorização de um modo vincular marcado por essas falhas, ou ainda pela hostilidade do ambiente e dos objetos primários, pode alterar a delimitação do espaço psíquico, a diferenciação eu/outro e as relações objetais. Do ponto de vista dinâmico, o apego negativo seria resultado de uma aliança entre a pulsão de apego com a pulsão de morte – mais do que com a própria autoconservação. Ora, se é possível que o objeto do apego também sofra transformações devido ao imperativo pulsional, cujo efeito psíquico seria distorções do próprio espaço continente, haveria algo para além do instinto em jogo. Do ponto de vista da relação objetal, Anzieu (1997a) escreve:

a experiência negativa do apego diminui a diferenciação do sujeito e do objeto, com o qual mantém um vínculo simbiótico adesivo. Daí a fixação adesiva ao objeto maternante e maltratante. Na falta de uma relação gratificante de ternura, é melhor a experiência de uma relação dolorosa e, no entanto, viva de rejeição, do que a confrontação com a indiferença. (p. 113, tradução nossa)

Anzieu confere um caráter fantasmático à pulsão de apego, explorando suas consequências psíquicas, tanto do ponto de vista estruturante do asseguramento narcísico, como também aponta que tal estruturação pode sofrer alterações quando do mal encontro com os objetos primários. O que está em questão é, portanto, investigar as maneiras pelas quais aquilo que está aquém do sexual participa na constituição do próprio sexual e, ainda, do psiquismo. A hipótese defendida se refere à criação de um espaço continente, a partir da experimentação sensorial do próprio corpo em contato com o ambiente primário. Uma observação interessante frisada por Anzieu (1997a) é a de que essa gama de experiências sensoriais só produz os resultados habitualmente comprovados no desenvolvimento quando são acompanhadas de prazer, de modo a gerar uma busca pelo prazer que suscitam.

É a experiência de prazer que capacita o registro e se torna necessária para a criação de um espaço psíquico. No entanto, para a obtenção do prazer, é preciso que haja um suporte do corpo sensorial capaz de receber e experienciar os diferentes estímulos. Nesse momento, aquele primeiro modelo freudiano da oralidade enquanto protótipo da relação primária é ampliado, de modo que à organização oral é acrescida uma variada gama de sensações que compõe as experiências primárias do bebê, alargando a compreensão da oralidade enquanto um eixo seio-boca para a relação seio-pele. Anzieu (1997a) sintetiza que “a oralidade assim concebida é uma disponibilidade do psiquismo e do corpo para acolher todos os prazeres que esse corpo, e mundo e os outros – essas três realidades são todavia muito indistintas – podem procurar” (p. 213). A autoconservação e o apego são forças que participam, em aliança e conflito com o campo sexual, da emergência da vida subjetiva. O processo constitutivo é complexo e recheado de paradoxos, justamente porque o adulto que cuida é o mesmo que invade, aquele que apazigua é o mesmo que excita e é na composição dessas experiências que se formam os arranjos singulares da subjetividade.

A constituição de um espaço continente apto a acolher e circunscrever os conteúdos externos e internos é resultado de um aprendizado psíquico das funções corporais, bem como do jogo de interações provenientes das funções de sustentação e continência presente nos cuidados. Dessa forma, a internalização da função continente depende da dupla relação da criança com o próprio corpo e com o objeto primário. Lembremos que o psiquismo é dependente da sustentação do corpo biológico e igualmente do corpo social; o organismo a partir do qual o sujeito se constitui é indissociável dos estímulos, do investimento e das representações do seu grupo social, tendo como primeiro representante o seu cuidador e o laço familiar (ANZIEU, 1985/1989). A estrutura psíquica de função continente vai se realizar na

experiência com o outro – o corpo é uma estrutura em potencial que, ao ser investido nessas relações precoces, ganha contornos fantasmáticos em que passa habitar também sua vida psíquica.

Essa relação intrincada atua em todo o processo de constituição psíquica e, em uma dimensão arcaica, é responsável pela criação de uma fronteira entre o eu e o outro, assegurando uma existência própria e relativamente autônoma. Tais trocas provenientes das interações precoces participam também do trabalho de simbolização que será aprendido nessas relações. O bebê recebe os gestos primeiro como uma estimulação e depois como comunicação: “a massagem se torna uma mensagem” (ANZIEU, 1985/1989, p. 43). Com isso, o apego é inserido no registro da comunicação, pois Anzieu compreende que a satisfação das necessidades vitais não está dissociada do aspecto comunicativo que integra esses cuidados.

Os dois registros funcionam frequentemente de maneira simultânea: a mamada, por exemplo, oferece oportunidade de comunicações táteis, visuais, sonoras, olfativas. Mas sabe-se que uma satisfação material das necessidades vitais, sistematicamente desprovida dessas trocas sensoriais e afetivas, pode conduzir ao hospitalismo [...] A comunicação originária é, na realidade e ainda mais na fantasia, uma comunicação direta, não mediada, de pele a pele. (ANZIEU, 1985/1989, p. 110)

O sorriso, a delicadeza do contato, o calor físico do abraço, a variedade sonora, a firmeza do carregar, o embalo, a disponibilidade em dar alimento, os cuidados e o atendimento são apresentados por Anzieu (1985/1989) como sinais que “fornecem os índices sobre a realidade externa e sua manipulação e também sobre os afetos experimentados pela parceria, em resposta principalmente aos afetos do bebê” (p. 110). Trata-se de inserir os cuidados e a relação terna e carinhosa dos primórdios como parte dos processos constitutivos das estruturas internas e de suas funções: é a partir do estabelecimento das comunicações pré-verbais que a aprendizagem da palavra vai poder emergir. As comunicações precoces são a base para a aquisição da linguagem verbal, de modo que a palavra será uma camada adicional às formas expressivas de que a criança dispunha.

2.3 AS PRÁTICAS DE CUIDADO NA FORMAÇÃO DE SENTIDO

Os cuidados vividos no tempo dos primórdios, para além de suprir as necessidades básicas de sobrevivência, compõem uma complexa trama de acontecimentos que perpassam a constituição subjetiva. A partir da tese de Laplanche, vimos como é através das atividades ligadas aos cuidados corporais e emocionais do bebê que o adulto atua com seu inconsciente

sexual, transmitindo um excesso incontornável e enigmático que será apreendido pela criança formando o seu núcleo inconsciente. Por meio da forma vincular própria do apego, a criança pode viver a experiência de proteção e segurança, tanto no plano somático como psíquico, necessária para a conquista de confiança interna, contribuindo para seu asseguramento narcísico. Além desses aspectos, as interações do início da vida comportam também a função – em um primeiro momento, intersubjetiva – de tradução das sensações, afetos e experiências a um campo de compreensão. A partir daí, pode-se atender às demandas, apaziguar os incômodos identificados e engajar em uma troca comunicativa. Posteriormente, essa função de discriminação, inscrição, tradução e expressão/ação será interiorizada pela própria criança, que passa a ser capaz de interpretar a si mesma e aos outros.

Figueiredo (2020) convida a pensar que todas as práticas de recepção, incluindo aquelas que recebem a criança recém-chegada ao mundo, têm como intuito propiciar para o sujeito uma possibilidade de “fazer sentido” de sua vida e das vicissitudes de sua existência ao longo do tempo. Essa experiência de sentido implica “estabelecer ligações, dar forma, sequência e inteligibilidade aos acontecimentos que ao longo de uma vida evocam e provocam o retorno às experiências de loucura e da turbulência emocional” (p. 134). Produzir sentidos, ainda que nenhum sentido último possa de fato ser afirmado, é a maneira pela qual supomos driblar os desencaixes e os absurdos da vida. É justamente pela transitoriedade, pelas impermanências e pelas desproporções que assombram a nossa experiência que a produção de sentidos, ao fabricar contornos, nos oferece um momento de repouso em meio às inquietações.

Para realizar a tarefa da simbolização, movida pela necessidade de metabolizar os movimentos pulsionais e os desejos que acompanham as experiências subjetivas, é preciso que sejam fornecidos ao eu os meios de realizar o trabalho de integração (ROUSSILLON, 2019). Roussillon (2019) elucida também que a noção de “necessidade”, por muito tempo, foi tomada estritamente como correspondente à necessidade corporal, ou tendo seu uso considerado apropriado apenas neste contexto. No entanto, desde Freud, o eu é vinculado à esfera da autoconservação, ganhando diversos acentos ao longo de sua obra. Roussillon (2019) chama atenção para o fato de que, na medida em que as pulsões de autoconservação – inicialmente ligadas principalmente às necessidades corporais – desaparecem em sua especificidade na obra freudiana, vemos o crescente interesse de Freud (1921/1996; 1923/1996; 1926[1925]/1996) nos processos e funções do eu. Se concordarmos com Roussillon (2019) a respeito de a prática clínica ser um trabalho interessado no movimento de apropriação subjetiva, para que isso seja possível, é preciso compreender os contextos

ambientais e os aspectos relacionais em que a potência das funções egoicas pode vir a se desenrolar.

Pode-se, então, definir as “necessidades do Eu” como o conjunto daquilo que o Eu-sujeito tem necessidade para realizar o seu trabalho de atribuição de forma, de colocação em cena e de atribuição de sentido da experiência subjetiva vivida; o que lhe é necessário, num dado momento, para a simbolização e a apropriação subjetiva desta. (ROUSSILLON, 2019, p. 201)

Enquanto a função sexual interposta no seio das relações primárias tem como efeito um grau de excitação diante do enigma que incita a criança à atividade psíquica, a função de autoconservação por parte dos cuidadores é o seu complemento, que serve de paraexcitação, operando como filtro dos excessos deste encontro. Essa função de contenção protege e assegura o sentimento de continuidade, constantemente ameaçado pelas discontinuidades provocadas pelos aspectos sexuais, preservando o eu do colapso. Afinal, a psique só pode trabalhar se a excitação e as impressões oriundas do campo sensório-motor e pulsional não se apresentam como desorganizadoras, ameaçando transbordamentos. Nesse contexto, a contenção econômica implica uma sensibilidade por parte dos adultos para mensurar os níveis de investimento necessários e suportáveis para a criança (ROUSSILLON, 2019).

Em meio a essa relação paradoxal e complementar presente nessas duas correntes que atravessam o encontro adulto-*infans*, Konicheckis (2003) aponta uma terceira função, nomeada por ele como “transformativa”. Essa função tem por objetivo “modificar os efeitos desorganizadores das pulsões sexuais bem como das adesividades e de uma espécie de dormência provocadas pela função da autoconservação [...] criadora por natureza, ela tenta resolver os problemas ocasionados pelos outros aspectos da função parental” (p. 149, tradução nossa). Konicheckis defende que a criança, desde suas primeiras relações de objeto, não assimila apenas a imagem ou representação de um objeto, ela é sensível, sobretudo, às capacidades do objeto externo de efetuar transformações psíquicas.

Os dados sensoriais compõem o universo aberto das primeiras experiências da criança, ainda incapaz de decifrá-los. O adulto integra, então, uma parte complementar e fundamental dos movimentos de assimilação do bebê, sendo incumbido da tarefa de regulação, modulação e transformação desses elementos em estado bruto. Esses processos revestem a excitação, marcada pelo seu caráter quantitativo, de aspectos qualitativos, por meio das atividades criativas e representativas. A criança – e podemos atribuir essa necessidade também ao eu – precisa que suas percepções e sensações sejam qualificadas e validadas pelas pessoas referentes (ROUSSILLON, 2019). Desse modo, a função parental comporta também uma atividade dinâmica que permanece na subjetividade da criança como uma experiência e um

lugar onde ela pode modificar seus estados mentais (KONICHECKIS, 2003).

Roussillon (2019) ressalta a importância das primeiras trocas mimo-gesto-posturais que “designam os modos de comunicação que se exercem num nível sensorial com o outro” (p. 206-207). O corpo atravessa todas as esferas da relação com a alteridade nos primórdios, sendo o principal campo expressivo e o primeiro meio de vinculação e de trocas afetivas. O primeiro laço entre o corpo e o psiquismo se estabelece no mesmo tempo que o laço primário da criança com o adulto principal responsável pelos cuidados. Isso porque é a partir da qualidade das relações primitivas, inexoravelmente ligadas à corporeidade, que se inscreve a estabilidade e a permanência intrapsíquica do objeto.

A transformação das sensações em processos psíquicos com outra ordem de elaboração vai ser resultado de um trabalho intersubjetivo entre a criança e o adulto, restando sempre algo de inassimilável das relações primitivas. Estamos diante da problemática da inscrição psíquica, das diferentes modalidades de registro e de memória. Na medida em que a criança se ambienta com o mundo, ela passa também a imprimir no seu mundo interno os dados sensoriais, as imagens, os objetos e, também, os seus próprios estados emocionais. Com isso, a inscrição psíquica é resultado de um processo estratificado, composto por diferentes níveis de sentido, seus restos indecifráveis e, também, pelos componentes sensoriais que marcam continuamente a vida psíquica.

2.4 EMBRIÕES DE SENTIDO, SIMBOLIZAÇÃO PRIMÁRIA E SIGNIFICANTES FORMAIS

Levine, Reed e Scarfone (2016) advertem que, embora a representação tenha um significado psicanalítico e um conjunto de conotações específicas que são metapsicológica e clinicamente relevantes, os termos usados para indicar a sua fragilidade ou considerar sua ausência são uma questão controversa na teoria psicanalítica. Por ser um conceito chave para o trabalho dos processos psíquicos na psicanálise, ser também objeto de longa tradição da filosofia e, ainda, estar presente como conceito em outras disciplinas, a noção de representação, de partida, já nos lança em um terreno nebuloso. Dentro do campo psicanalítico, há divergências quanto ao estatuto da representação e a existência de registros de ordem mais arcaica ou formas “pré-representacionais” de organização.

Roussillon (2013) sustenta que “a simbolização é uma atividade de representação que sabe que é uma atividade de representação” (p. 111). Para ele, todo o aparelho psíquico e o próprio cérebro são feitos para representar, a diferença está na distinção entre uma

representação simbólica e uma representação perceptiva, por exemplo, que abreviamos sob o nome de “percepção”. Posto isto, as sensações corporais advindas dos sentidos precisam passar por um trabalho de inscrição e retranscrição no psiquismo para se transformarem em representações simbólicas. Anzieu (1987/2003) indica que a aquisição dos recursos de tradução das experiências é resultado de um processo gradativo que possibilita pensar em diferentes níveis de simbolização. Para além da pura sensorialidade não codificada, situamos também um corpo sensível atuante na constituição psíquica de maneira diferente da excitação/descarga ou ainda da representação simbólica do corpo erógeno.

Para Konicheckis (2018, p. 81), “a criança toma conhecimento dos objetos pela qualidade e pelos efeitos sensoriais que eles provocam. Até um certo momento, ela sente as sensações e modalidades perceptivas, em vez do próprio objeto de onde elas emanam”. A sensação é o primeiro dado que a criança percebe do mundo; anterior à capacidade reflexiva que resulta no reconhecimento do “se” perceber, implicando também perceber um não-eu, é a própria ativação sensorial que é captada pelo bebê. O objeto está incluído naquilo que é percebido, ainda que não esteja exatamente discriminado em termos de um outro.

O sujeito bebê é ativo nos laços, mas desconhece a existência dos objetos. O objeto está lá, indispensável para sua existência, mas ao mesmo tempo ele ainda não o representa para si. O desconhecimento precede cronologicamente a representação. A experiência sensorial, partilhada entre a criança e seu ambiente, comporta o núcleo em torno do qual toma forma a representação. (KONICHECKIS, 2018, p. 83)

A sensorialidade é a maneira pela qual a criança – e, em última instância, isso permanece como verdade para o adulto – vivencia, tanto a sua própria existência, como a relação com o outro. Konicheckis (2002) comenta que as sensorialidades nos tocam, nos interpelam e nos questionam, de modo que é preciso dar sentido aos sentidos. Afinal, a sensorialidade dificilmente seria tolerável se não ganhasse significação psíquica; seu estado bruto não pode ser integrado e precisa ser acompanhado e transformado pelos aspectos qualitativos das representações. Caso contrário, a dimensão sensorial corre o risco de invadir também em intensidade.

A atribuição de sentido àquilo que é da ordem das sensações é, inicialmente, uma atividade compartilhada entre a criança e o adulto. A criação de um símbolo é sempre uma atividade social e implica uma relação intersubjetiva (ROUSSILLON, 2019), afinal, o campo simbólico se refere a uma construção de sentido socialmente compartilhado. Já em uma dimensão singular, é importante que esse outro seja atento em seu modo de presença e possa propor significações adequadas àquilo que é sentido pela criança. Como a atividade representativa do bebê está alicerçada nas sensações que são compartilhadas com seu

cuidador, o trabalho de representação não se dá exclusivamente na ausência do objeto.

Roussillon (2019) relembra que grande parte das reflexões relativas à simbolização supõe que a atividade representativa refere-se à re-apresentação do objeto quando este se ausenta, isto é, a simbolização tentaria tornar psiquicamente presente o objeto ausente. Nessa compreensão, a alucinação do objeto (ausente) seria uma forma superinvestida da representação, que estaria na origem da representação simbólica. Restariam duas opções: ou o objeto presente é percebido, ou ele está ausente e é alucinado, e surge então o problema de compreender como se reduz o investimento interno ao ponto da alucinação se tornar representação. Em resposta a isso, Roussillon (2019) indica que os trabalhos relativos à primeira infância incluem a presença do objeto nos processos criadores da atividade simbólica e representativa da criança.

Nessa concepção, não só a presença do objeto é considerada, como também a sua participação enquanto outro-sujeito nessa interação: “a questão torna-se a da coincidência entre o processo oriundo do bebê e a ‘resposta’ do entorno” (ROUSSILLON, 2019, p. 183). Assim, “a criação simbolizante da criança exige uma complementaridade entre as sensações provocadas pela presença efetiva do objeto e a atividade pessoal do tipo onírico representacional” (KONICHECKIS, 2018, p. 83). A conjunção desses aspectos – intercalados em formas de presença e ausência – engendra, então, os processos de subjetivação.

Essa atividade de significação, para além de envolver a possibilidade de interpretar e atender as demandas infantis, inclui também a nomeação por parte do adulto. Konicheckis (2002), a esse respeito, aponta que é duvidoso que a criança compreenda o significado das palavras que ouve, mas os sons ouvidos envolvem experiências sensoriais auditivas que contêm “significados potenciais, elas são embriões de sentido” (p. 131, tradução nossa). Para o autor, “longe de serem isoladas, essas palavras estão ligadas a um tecido de sons, à música de uma língua, às melodias de um dialeto e aos gráficos da escrita” (p. 131, tradução nossa).

De maneira correlata, o autor propõe pensar que as outras formas de sensorialidade – como os odores e os sabores – operam conjuntamente como embriões de sentido, capazes de produzir novas associações e significações. Konicheckis (2002) compreende que cada uma dessas modalidades sensoriais forma uma espécie de matriz originária, como representação-coisa, que atrai novas experiências psíquicas, dando origem a possibilidades simbólicas originais, ainda que mantenha laços latentes ou manifestos com as experiências primeiras. Com isso, a sensorialidade é compreendida como um campo de sentido em potencial, ao mesmo tempo em que, ela mesma, confere vivacidade aos construtos significantes. Essa noção de “embriões de sentido” que a sensorialidade comporta será explorada pelo autor

como “experiência psíquica desprovida de uma forma final, mas que contém os germes de múltiplas possibilidades representativas [...]; as sementes a partir das quais toda vida psíquica pode ou não florescer, dependendo das associações que serão capazes ou não de despertar” (KONICHECKIS, 2003, p. 147). A este respeito, o autor desenvolve ainda em outro texto:

A experiência sensorial compartilhada com o objeto exterior estabelece, com mais ou menos felicidade ou violência, traços a partir dos quais, na sequência, objetos e representações psíquicas poderão ou não se criar e se desenvolver. Pode-se chamar de *embrião de sentido* essa experiência sensorial e significativa que carrega em germe infinitas possibilidades ao mesmo tempo de crescimento e de perturbações patológicas. (KONICHECKIS, 2018, p. 86)

A sensorialidade passa a ser compreendida como base criativa interna, de atuação permanente, sobre a qual se desenvolvem os sentidos possíveis que estão ali em estado potencial. Konicheckis (2018) indica também que, da mesma maneira que a construção de significados é importante para que as sensações não se tornem insuportáveis, é a sensorialidade corporal que oferece sentido às formações abstratas da representação. Esses aspectos complementares dão forma à atividade de apropriação subjetiva, a partir da qual o sujeito passa a tecer uma integração de suas experiências.

Para pensar a respeito dos processos que envolvem as inscrições da experiência, Roussillon (2019) recupera Freud (1950[1896]/1996) que, por sua vez, propõe diferentes camadas de registro. O modelo tradutivo, apresentado na “Carta 52”, oferece alguns elementos para compreendermos a singularidade da memória, da simbolização e sua relação com o corpo. Ao apresentar sua hipótese de que o psiquismo se forma por um processo de estratificação, Freud (1950[1896]/1996) afirma:

o material presente em forma de traços da memória estaria sujeito, de tempos em tempos, a um *rearranjo* segundo novas circunstâncias - a uma *retranscrição*. Assim, [...] a memória não se faz presente de uma só vez, mas se desdobra em vários tempos; que ela é registrada em diferentes espécies de indicações. (p. 281)

Roussillon (2019) ressalta que o primeiro traço de inscrição é “multiperceptivo [...], mas na medida em que registra também a vivência do sujeito e o seu investimento, é também necessariamente multissensorial e multipulsional [...] situado na interface do sujeito e do seu objeto” (p. 175). Esta seria a “matéria prima psíquica”, próxima da noção apresentada de embriões do sentido, a partir da qual o processo de simbolização irá transcórrer. Inspirado nessa formação em camadas proposta por Freud, Roussillon (2019) propõe chamar de “simbolização primária” os processos pelos quais o traço mnêmico é transformado em representação de coisa, e de “simbolização secundária” o processo pelo qual a representação, enquanto “coisa”, é transformada em representação de palavra.

A simbolização primária, tomada como processo, é compreendida também como um processo “animado”, em movimento. Parte desses processos derivados da sensório-motricidade se dá por meio de uma ação que contribui para uma transformação da posição ou do estado de um conteúdo psíquico. Roussillon (2019) aponta que, “quando as crianças não dispõem do aparelho de linguagem verbal, é com o auxílio de linguagens mimo-gesto-posturais que elas expressam, com cenários agidos, encenações e atuações” (p. 188). O autor defende que, para se apropriar, é preciso antes “materializar”. Podemos compreender essa materialização como um colocar em forma, conforme indica Cervo (2021):

quando o bebê consegue ligar suas experiências sensoriais a alguma forma, ele está podendo representar em um nível de representação de coisa, pois há uma “representação”, isto é, uma possibilidade de narrar com a ação, usando objetos ou gestos e movimentos do corpo. (p. 38)

Minerbo (2013) decompõe três cenas nas quais se desenrolam o processo de simbolização primária proposto por Roussillon. Na primeira, a atividade alucinatória/criativa da criança precisa encontrar na realidade o seu correspondente – e isso depende da presença do cuidador que se deixa ser usado dessa maneira. Ribeiro (2013) aponta, a esse respeito, que “aquilo que é encenado pelo bebê precisa ser reconhecido e compartilhado pelas pessoas significativas do ambiente, para que adquiram de fato uma efetividade simbólica” (p. 75), sendo fundamental a função de espelhamento do ambiente. Todavia, por mais maleável que o objeto possa ser, resta sempre algo de próprio e inassimilável pela criança: essa será a parte da sua história com o objeto, da qual o eu não poderá se apropriar, assombrando-o pelas formações inconscientes.

A segunda cena se dá por meio do brincar, na presença de um objeto específico, o *objeu*. De acordo com Minerbo (2013) trata-se de qualquer material “que permite que a experiência emocional, ainda em estado bruto, inapreensível em si mesma, se materialize ‘fora’, se torne coisa perceptível nos objetos do mundo” (p. 152). Nessas duas primeiras cenas, com o objeto primário e o *objeu*, a relação simbolizante se passa com objetos externos. Na terceira cena, Minerbo (2013) apresenta agora a possibilidade de se representar, no espaço psíquico interno, os aspectos daquilo que, no objeto, não é maleável.

O encontro simbolizante das cenas anteriores [...] torna a criança apta a representar não apenas as experiências emocionais, mas, principalmente, *o próprio encontro simbolizante com o objeto*. É assim que a criança começa a simbolizar a própria atividade de simbolizar, que poderá se manifestar agora por meio da capacidade de sonhar. Por meio das representações-coisa, das imagens do sonho, o sujeito representa para si mesmo o inapreensível de si. (MINERBO, 2013, p. 153)

Anzieu foi outro autor bastante dedicado a pensar as formas arcaicas do processo de

simbolização, sobretudo no que concerne ao caráter plástico das estruturas e organizações psíquicas que se formam e se deformam no encontro com a alteridade. Anzieu se mostra particularmente interessado em encontrar figurações teóricas para apreender de que maneira as experiências precoces, experimentadas, sobretudo, sensorialmente e compartilhadas com o ambiente, são constitutivas da dimensão espacial do psiquismo – não apenas de seus conteúdos. Ele cunha a noção de “significantes formais” (ANZIEU, 1987/2003), buscando enfatizar o olhar para as formas no sentido primeiro do termo, enquanto um conjunto de contornos de um objeto, o resultado da organização de suas partes. Como grande clínico, ele estava curioso pelas formas que o espaço psíquico pode assumir na experiência do sujeito.

Pensar em termos de figuras e de significantes que tratem de configurações pode evocar uma impressão de estaticidade. Anzieu (1987/2003), no entanto, estava atento ao caráter dinâmico e móvel desse aspecto, levando em consideração que tais configurações “sofrem deformações ou operam transformações que resultam de sua estrutura e das ações exercidas sobre ela. Trata-se, portanto, de significantes em relação às mudanças de forma” (p. 19, tradução nossa). Os significantes formais são, dessa forma, representantes psíquicos das diversas formas de organização do eu, não só dos representantes pulsionais.

Tal separação analítica da relação continente/conteúdo possibilita uma distinção dessa dimensão representacional arcaica daquela decorrente da sexualidade infantil da teoria freudiana que, conforme afirmamos acima, tem como desdobramento psíquico os fantasmas inconscientes. A noção de significantes formais coloca em evidência a representação das estruturas continentes que vão comportar os conteúdos psíquicos. Trata-se de mais um dos destinos psíquicos das experiências sensório-motoras. Com isso, Anzieu analisa alguns aspectos que caracterizam os fantasmas decorrentes da sexualidade infantil, para contrapor com a sua proposta dos significantes formais:

Esse cenário fantasmático, característico da neurose, é constituído sobre o modelo da frase, que ele coloca em imagens essencialmente visuais, e é posterior ou contemporâneo à aquisição da linguagem: ele comporta um sujeito, um verbo, um complemento de objeto; o sujeito e o objeto são pessoas [...]; se acrescenta, em geral, um espectador da ação que representa o sujeito da enunciação na medida em que se distingue do sujeito do enunciado; a ação se desenrola em um espaço tridimensional. O investimento pulsional é composto de sexualidade e agressividade. (ANZIEU, 1987/2003, p. 33, tradução nossa)

Por outro lado, os significantes formais são constituídos de “imagens propioceptivas, táteis, cinestésicas, quinesísticas, posturais, de equilíbrio; eles não se referem aos órgãos de sentido à distância (a visão, a audição); seu colocar em palavras se limita ao sintagma verbal, a um sujeito gramatical e um verbo” (ANZIEU, 1987/2003, p. 33, tradução nossa). Nesse

sentido, os significantes formais estão mais próximos da apreensão corporal de uma forma-sensação do que de objetos-personagens internalizados. Admitindo o caráter estruturante do papel da sensorialidade na formação de um continente psíquico, acrescenta-se aos modos de representação o pensamento figurativo para além da dimensão da linguagem verbal expressa em palavras. Roussillon (2019) adiciona o seguinte esclarecimento em uma nota:

Os significantes formais remetem a protorrepresentações das configurações do corpo e dos objetos no espaço, assim como de seus movimentos [...]. D. Anzieu precisa que essa experiência não é da ordem da fantasia, mas de uma impressão corporal que não supõe distinção alguma entre sujeito e espaço exterior e que é sentida pelo sujeito como estrangeira a ele próprio: é uma sensação de movimento e de transformação. (p. 184)

A espacialidade expressa pelos significantes formais não é evocada em seu sentido arquitetônico, nem como cena no sentido teatral, mas é apresentada como transformação de uma característica geométrica, ou mesmo física, de um corpo (no sentido geral de uma porção de espaço), transformação que comporta uma deformação, ou ainda uma destruição da forma (ANZIEU, 1987/2003). Mano (2013) enfatiza que “o espaço será o continente de todas as coisas, mas no estado de origem o espaço é indissociável dos objetos que o ocupam” (p. 131). Assim, os significantes formais decorrem em um espaço bidimensional, podendo resultar em diversos tipos de confusão entre o dentro e o fora.

A dimensão espacial do significante traduz metaforicamente uma configuração peculiar do espaço psíquico – tal operação não é de ordem dinâmica nem econômica, mas tópica. Mano (2013) traz alguns exemplos: um sonho com uma casa que esmaga, pode ser entendido como um volume que se achata; torrentes de água, como corpo líquido que escorre; um eixo vertical se inverte, um corpo gasoso explode, um orifício abre e fecha. Anzieu (1987/2003) cita tantos outros, tais como: um suporte que desmorona; uma superfície plana que ondula; um corpo sólido que é atravessado; uma bolsa furada que vaza. Essas figurações apresentam em metáfora diferentes maneiras de vivenciar o próprio envoltório psíquico.

A proposta de Anzieu amplia a escuta clínica para esses aspectos que são apreendidos por uma impressão dos estados corporais pouco discriminados dos estados psíquicos. Mais ainda, os significantes formais expressam também um acontecimento sofrido por um corpo material – podemos, com isso, compreendê-los como a representação das sensações decorrentes da interação indiscriminada com o objeto primário. A ideia provocada por uma “bolsa furada que vaza” pode servir de ilustração para a sensação aflitiva de não conseguir conter seus próprios conteúdos – essa impressão pode vir também na imagem de uma diarreia ou de um suor excessivo, por exemplo. Inserindo esse estado de “vazamento” do envoltório

psíquico em uma dimensão relacional arcaica, podemos supor um descompasso na função continente do ambiente.

Dessa forma, compreendemos que a sensorialidade é impressa psiquicamente a partir de suas qualidades formais, atuando na constituição dos limites psíquicos em sua função de contenção. Dado que as formas arcaicas de expressão e comunicação se dão através do registro do corpo através do choro, gritos, gestos, olhares, sorrisos, as características das formas primárias de impressão, registro e memória das experiências passam também pela integração das experiências corporais. Esse processo de inscrição sempre deixará restos não assimilados pelo caminho, que acompanharão o sujeito na composição de sua história. Trata-se de um trabalho sempre parcial, mas que pode ser suficiente para que os aspectos não integrados sejam menos perturbadores e desorganizadores.

A ampliação da escuta e o alargamento teórico capaz de captar aspectos dessa dimensão arcaica, caracterizada pelo protagonismo do corpo nas suas qualidades sensório-motoras, confere uma qualidade comunicativa para as expressões de ordem sensorial e gestual. Mesmo que essas dimensões não sejam diretamente compreendidas, quando passam a ser integradas como parte da composição polifônica da escuta clínica pelo analista, elas podem também ser integradas pelo sujeito que as vivencia. Isso inclui ainda a capacidade de escutar as impressões corporais também através da fala, isto é, compreender que, muitas vezes através das palavras, se comunica também um estado de apreensão corporal que caracteriza as impressões arcaicas daquelas formas relacionais que compõem a própria estruturação interna.

3 O EU: ENTRE O CORPO E A ALTERIDADE

Neste capítulo, pretendemos analisar a relação eu-corpo, atravessada e constituída pelos aspectos relacionais nos primórdios da vida psíquica. Nosso interesse se dirige particularmente para o caráter arcaico do eu corporal, que nos convoca a pensar sobre o protagonismo das experiências sensoriais na emergência da existência subjetiva. Centrar nas vivências corporais os elementos mais primitivos da constituição do eu coloca em evidência o papel das sensações e percepções para o reconhecimento da própria existência. É através da experiência sensorial que se inicia a construção de uma historicidade, tanto pela tomada de consciência de si, quanto pelo contato com o mundo externo. Os cheiros, os sabores, os toques, as temperaturas, as texturas, os sons e o ritmo dessas experiências mergulham o bebê em um mundo de sensações ainda não codificadas, mas, ainda assim, impressas psiquicamente. São essas sensações que caracterizam o modo inaugural de encontro e relação com a alteridade.

A concepção de que o eu é, primeiro e acima de tudo, um eu corporal, está em Freud (1923/1996) de maneira explícita no texto de elaboração da segunda tópica. No entanto, essa visão aparece de maneira implícita anteriormente, em sua conceituação do narcisismo (FREUD, 1914/1996), com o investimento libidinal no corpo e no eu. Em um primeiro momento, a experiência corporal é fragmentada e desordenada, e será a partir do investimento que recebe de seus cuidadores que o bebê poderá gradualmente integrá-la em um conjunto organizado no processo de constituição narcísica. Neste ponto, o contorno egoico começa a ganhar estruturação.

Forma-se uma primeira delimitação da própria existência: o limite da superfície corporal constitui e sinaliza, ao mesmo tempo, a experiência de um limite psíquico que possibilitará a estruturação do aparato psíquico como um todo. Nosso interesse na relação corpo/psiquismo tem uma implicação dupla: de um lado, seguimos investigando como o corpo informa o psiquismo de sua própria existência e, de outro, como o psiquismo apreende este corpo que habita e o constitui.

3.1 FREUD E FEDERN: PRIMEIRAS FORMULAÇÕES SOBRE EU CORPORAL

Embora diversos autores pós-freudianos (BICK, 1968/1991; TUSTIN, 1990a, 1981/1992; ANZIEU, 1985/1989; HAAG, 2018) tenham desenvolvido extensas pesquisas

sobre os aspectos estruturantes do corpo para a construção do espaço egoico, podemos reconhecer como os grandes precursores desse campo os escritos de Freud e de Federn. Já no texto do “Projeto” (FREUD, 1950[1895]/1996), localizamos de forma implícita uma série de dados que virão a ser explorados posteriormente. Neste, Freud concebe um aparelho neuronal que precisa ser capaz de conter e direcionar o fluxo de energia que percorre seu interior, de modo que as noções de limites (internos e externos) e de continência intuídas dessas elaborações marcarão as características que o eu virá a assumir mais tarde.

A noção de barreira de contato apresentada no “Projeto” é destacada por Anzieu (1985/1989) como “paradoxo de uma barreira que fecha a passagem por estar em contato e que, por este mesmo motivo, permite em parte a passagem” (p. 85). As barreiras comportam uma série de características e funções como fracionar, reter e direcionar o fluxo energético, indicando a necessidade de contenções internas. Freud (1950[1895]/1996) apresenta também a noção de paraexcitação, por meio de uma tela protetora capaz de amortecer os impactos vindos do exterior e proteger o psiquismo. Essas funções irão, posteriormente, integrar o conjunto de funções desempenhadas pelo eu, refletindo também em sua estrutura.

No primeiro tempo do desenvolvimento da psicanálise, o eu é inicialmente vinculado ao sistema consciente, regulado pelo princípio de realidade (FREUD, 1911/1996). A relação eu/corpo desenhada nesse momento se ancora, sobretudo, na autoconservação e em sua função inibidora. O eu enquanto conceito na teoria freudiana tem um longo percurso e passa a ser sistematizado já em um momento mais desenvolvido de sua obra. Embora o termo “eu” estivesse presente desde seus escritos iniciais, é apenas em 1914 que ele ganha centralidade. O narcisismo, antes atrelado à perversão e à psicose, passa então a ser estruturante de toda subjetividade. Freud (1914/1996) concebe um eu inserido na trama da libido, sendo ele mesmo um objeto de investimento e de amor. Birman (1984) enfatiza que, a partir da teoria do narcisismo, Freud propõe “que o ego não existe desde o início, mas que se constitui num certo momento da história infantil, pela articulação das pulsões auto-eróticas que são investidas na constituição da auto-imagem” (p. 21). A partir daí, o eu se estabelece como uma instância de ligação, passando a ser efeito da integração das pulsões parciais em um corpo unificado, a partir da imagem de si formada pelo investimento dos pais na criança, delimitando um contorno psíquico.

Se é com o conceito de narcisismo que o eu começa a ganhar a representação de um envoltório, será apenas em um momento mais tardio que essas ideias serão desenvolvidas. Já em 1920, Freud apresenta a figuração de um envoltório que contém e delimita o organismo vivo. Tal imagem será, posteriormente, assimilada à parte dos atributos, gênese e função do

eu enquanto instância psíquica. Nota-se, aqui, um paralelo mais claro entre a superfície corporal e a superfície psíquica, na imagem de um envoltório com função continente e protetora. É a partir do contato constante com o mundo externo que se cria uma proteção em relação a este: tal camada se faz pelo encontro da superfície com o exterior, formando uma espécie de casca calcinada, que funciona como uma armadura amortecedora (FREUD, 1920/1996), ao mesmo tempo protegendo contra os estímulos externos e assegurando o fluxo de energia interno. O sistema *Pcpt-Cs* é compreendido como “linha fronteira entre o exterior e o interior; tem de achar-se voltado para o mundo externo e tem de envolver os outros sistemas psíquicos” (p. 35). Enquanto isso, o eu, que se constitui a partir do sistema perceptivo, passa a ser descrito como formação decorrente da modificação do id frente às influências do mundo externo:

É fácil ver que o ego é aquela parte do id que foi modificada pela influência direta do mundo externo, por intermédio do *Pcpt-Cs*; em certo sentido, é uma extensão da diferenciação de superfície. Além disso, o ego procura aplicar a influência do mundo externo ao id e às tendências deste, e esforça-se por substituir o princípio de prazer, que reina irrestritamente no id, pelo princípio de realidade. Para o ego, a percepção desempenha o papel que no id, cabe ao instinto. (FREUD, 1923/1996, p. 38-39)

Ao localizar concomitantemente sua raiz no id e na percepção, Freud enuncia, ao mesmo tempo, o caráter inconsciente e consciente do eu. Esta particularidade de sua gênese é importante para situarmos os aspectos da constituição egoica referentes ao eu corporal. A superfície mais externa do psiquismo precisa se modificar para responder às demandas do mundo e para proteger o próprio aparelho psíquico de uma possível invasão, resguardando um espaço interno capaz de estabelecer trocas com o exterior. A constituição do eu é também o caminho das diferenciações dentro/fora e eu/outro. Todavia, vale ressaltar que o envoltório egoico não é fechado: Freud (1933[1932]/1996) marca um espaço em aberto, desfazendo a ideia de que o eu seria englobante da totalidade do espaço psíquico. Afirmamos anteriormente que essa abertura “materializa a continuidade do id e de suas pulsões com o corpo e com as necessidades biológicas, além do fracasso do ego em encerrar um envoltório fechado” (MAIA, 2017, p. 79). Neste sentido, entra em jogo a tensão da continuidade e descontinuidade da superfície psíquica.

Anzieu (1985/1989) frisa que o eu, como envoltório psíquico, “não é somente uma bolsa continente, desempenha um papel ativo de colocar em contato o psiquismo com o mundo exterior e de recolher e transmitir informação” (p. 94). Mano (2013) aponta que a linearidade com que o envoltório protetor foi concebido em 1920, entre o mundo externo e o interno, é substituída por uma estrutura de encaixes onde temos superfície e projeção de

superfície, afinal, “o ego é, primeiro e acima de tudo, um ego corporal; não é simplesmente uma entidade de superfície, mas é, ele próprio, a projeção de uma superfície” (FREUD, 1923/1996, p. 39). Freud (1923/1996) nos diz que é com o corpo que o psiquismo aprende a perceber sua existência e a diferenciar os estímulos externos dos internos.

Se a compreensão da diferença entre interno/externo, dentro/fora, eu/outro precisa ser adquirida, é porque o bebê não compreende que ele é “um” – singular e diferente do “outro” que o alimenta e lhe cuida. A delimitação dessa superfície psíquica é, desde o início, uma problemática inserida na relação com a alteridade. A transformação do id em eu se dá, então, pela influência do mundo externo, na medida em que o bebê é capaz de percebê-lo através dos estímulos sensoriais, do contato de seu corpo com o mundo e, em especial, daqueles responsáveis pelos seus cuidados. Freud traz, portanto, o corpo para o centro da cena da constituição egoica:

Um outro fator, além da influência do sistema *Pcpt*, parece ter desempenhado papel em ocasionar a formação do ego e sua diferenciação a partir do id. O próprio corpo de uma pessoa e, acima de tudo, a sua superfície, constitui um lugar de onde podem originar-se sensações tanto externas quanto internas. Ele é *visto* como qualquer outro objeto, mas, *ao tato*, produz duas espécies de sensações, uma das quais pode ser equivalente a uma percepção interna. (FREUD, 1923/1996, p. 39)

Além do papel dessas experiências sensoriais, as quais serão tomadas como base do funcionamento psíquico, Freud aponta também para o papel da dor como modalidade através da qual chegamos à ideia de nosso corpo. Se o tato é, por excelência, o sentido que confere a sensação de um espaço interno, a dor é a intensificação extrema dessa experiência. Ela passa, então, a ser um sinal, “uma via para a assunção do corpo próprio e, portanto, para a coesão entre o eu e o corpo” (FORTES, 2013, p. 289).

A vivência de dor seria paradigmática do narcisismo e da constituição da ideia de corpo próprio. A sensação de dor vem se associar a certas representações, garantidas por percepções externas às sensações e afetos (percepções internas). A ligação entre percepções funciona como experiência de unificação na vida do aparelho psíquico a partir da qual ele vem aceder a uma autopercepção de sua organização. A dor constituiria uma forma depurada do sentimento de ser, já que possibilita a emergência da consciência de um eu-corporal. (NUNES, 2012, p. 34)

O vivido do corpo, seja através da dor, da experiência de prazer, ou ainda de sua experimentação sensorial do mundo através dos órgãos do sentido, garante ao vivente a emergência da percepção de si, ao mesmo tempo em que serve de modelo para a estruturação psíquica. O eu corporal é a dimensão arcaica do eu, aquém da unificação narcísica. Antes de se constituir como imagem especular do olhar do outro, o eu se esboça a partir da percepção das sensações que o corpo experimenta, formando, gradativamente, a estrutura dos limites

psíquicos.

3.1.1 As elaborações de Federn: um pensador das fronteiras

Paul Federn foi um psicanalista contemporâneo de Freud que se debruçou extensamente sobre o estudo das psicoses e, com isso, promoveu grandes contribuições a respeito da noção de eu. Apesar de ser pouco conhecido e pouco discutido no território brasileiro, sua produção enriqueceu a pesquisa de outros psicanalistas de maior visibilidade na contemporaneidade, como foi o caso de Green e, especialmente, Anzieu. Figueiredo (2018) observa que Federn “foi o único de sua geração de psicanalistas que se dedicou ao desenvolvimento das indicações freudianas sobre o narcisismo” (p. 92), desenvolvendo um pensamento metapsicológico sobre as fronteiras internas e externas do eu.

Interessado no fenômeno da despersonalização, Federn se propõe a pensar sobre um sentimento do eu que descreve como “um sentimento das relações corporais e mentais, do ponto de vista do tempo e do conteúdo, que podem ser consideradas como uma unidade interrompida ou restaurada” (FEDERN, 1952/1979, p. 31, tradução nossa). Trata-se de um sentimento composto pelas memórias motoras e sensoriais que concernem a nossa própria pessoa. Todavia, não é exatamente a essas memórias a que ele se refere, mas a um sentimento de unificação dos investimentos libidinais dos aparelhos motor e sensorial. Weiss (1979) explica que o sentimento do eu é o que vai permitir a discriminação entre eu e não eu.

Federn compreende que o eu é uma “experiência mental contínua e não uma simples abstração mental. O eu não é a soma de todos os fenômenos conscientes em correlação uns com os outros, nem a função de integração do espírito” (WEISS, 1979, p. 12, tradução nossa). A partir disso, o eu é considerado enquanto realidade, no sentido de uma verdadeira experiência subjetiva. No entanto, justamente por caracterizar o eu como sensação vivida, esse sentimento de si pode ser abalado ou mesmo variar em diferentes momentos da vida. Para além das alucinações e despersonalização dos quadros psicóticos, o autor leva em consideração oscilações que experimentamos na vida cotidiana, como nos momentos do adormecimento, do sono e do sonho. Suas próprias alucinações ao adormecer e acordar, bem como a ocasião de receber uma anestesia pré-operatória, aguçam a curiosidade de Federn sobre a caracterização desses estados no aparelho psíquico.

Para compreendermos melhor a proposta de Federn (1952/1979), é necessário ter em mente que este autor radicaliza a compreensão de Freud (1914/1996) de que o narcisismo se funda e se caracteriza pelo investimento libidinal no eu. Em outras palavras, Federn

(1952/1979) vincula a formação das fronteiras da tópica psíquica ao aspecto econômico: as fronteiras do eu são constituídas pelo investimento libidinal, de tal modo que a oscilação de seus limites se relaciona com o grau de investimento ou desinvestimento libidinal. Figueiredo (2018) assinala também que, para Federn, o eu deve sempre ser considerado como objeto e como sujeito. Compreender a estrutura psíquica como estrutura móvel, que sofre flutuações, de modo a se alargar e se retrair, aponta para a compreensão de que o eu é uma unidade de investimento dinâmico, como discorre Carvalho:

Uma unidade de contornos móveis, fronteiras em movimento, em torno de um núcleo fixo de fundo durável do Eu. Essas flutuações de suas fronteiras acompanham as vicissitudes do investimento libidinal; as fronteiras podem se apertar, se alargar ou mesmo desaparecer por momentos fugazes: aí não nos sentimos mais “eu”. (CARVALHO, 1996, p. 24, tradução nossa)

Anzieu (1985/1989) observa que Federn se interessa, sobretudo, pelos estados de passagem – não é exatamente o sonho que lhe desperta especial interesse, mas as transições entre sono e vigília e os níveis de vigília do eu. De acordo com Carvalho (1996), a partir desses diferentes fenômenos, o autor procura revelar as fronteiras da tópica psíquica e, para tal, coloca o acento na dimensão do corpo. Seja pelo protagonismo das sensações corporais, pelo seu lugar fronteiro na tópica psíquica, ou ainda através da noção de eu corporal, Federn enfatizou a dimensão corporal da subjetividade. Ele trabalha extensamente com as categorias de eu corporal e eu psíquico, que ganha a seguinte distinção:

O ego corporal apoia-se na periodicidade dos processos corporais, adquirindo uma avaliação objetiva do tempo (consciente/pré-consciente); enquanto o ego psíquico – que nos estados de vigília se vê situado no interior deste ego corporal – está relacionado ao pensamento e, no sonho, acompanha a ausência de tempo cronológico do funcionamento inconsciente. (MAIA, 2017, p. 80)

No entanto, essa diferenciação não diz respeito a duas entidades distintas, pois, para Federn, o eu é composto simultaneamente de elementos corporais e mentais. A distinção se situa nos graus de investimento libidinal nos nossos processos psíquicos e/ou que nosso corpo recebe. O sentimento do eu psíquico e o sentimento do eu somático podem se separar um do outro e, ainda assim, restar um fundo constante que assegura uma mínima integração para o reconhecimento de si (FEDERN, 1952/1979). É justamente por essa plasticidade dos investimentos libidinais que os fenômenos de estranheza com o próprio corpo poderão ser explicados. “O investimento libidinal das fronteiras do Eu, elásticas, porosas, mas funcionais, serão determinantes, segundo Federn, para a constituição simultânea das realidades”, observa Figueiredo (2018, p. 92). A distinção entre realidade externa e interna depende de uma fronteira psíquica assegurada pelos investimentos libidinais. Ressalta Anzieu (1985/1989):

Paul Federn é um pensador dos limites. Ele pensa o limite não como um obstáculo, uma barreira, mas como a condição que permite ao aparelho psíquico estabelecer diferenciações no interior de si mesmo, assim como entre o que é psíquico e o que não o é, entre o que decorre do Self e o que provém dos outros. Federn antecipa a noção físico-matemática de interface. (p. 101)

Carvalho (1996) indica que o emprego dos conceitos de eu corporal e eu psíquico mostra que o eu possui duas faces, uma voltada para o mundo exterior (o eu corporal) e outra (o eu psíquico) voltada para um território estrangeiro interno, o inconsciente. A constituição egoica é fruto da instalação de fronteiras libidinalmente investidas – e não do reconhecimento da realidade externa, que dependeria, ela mesma, do estabelecimento de um limite. As primeiras fronteiras, então, são as fronteiras do corpo. Todavia, as fronteiras do eu não são estáticas, já que o próprio corpo pode ser transportado para fora de seus limites materiais ou concentrar-se em um órgão específico, superinvestindo-o (CARVALHO, 1996). Pensar as fronteiras do eu implica se deparar com uma estrutura dotada de plasticidade que se atualiza a todo o momento. Mais ainda, é justamente nas fronteiras do eu que Federn (1952/1979) aloca o sentimento do eu, pois é na fronteira que se dá a percepção de sua extensão. Aqui, novamente, a fronteira não pode ser entendida como limite rígido, mas como campo vivo, permanentemente em movimento.

3.2 A DIMENSÃO SENSORIAL DA EXISTÊNCIA

É a partir do corpo que entramos em contato com o mundo e com a percepção de nossa experiência no mundo. O corpo é onde se originam as sensações que irão informar sobre nossa própria existência. Os sentidos (tato, audição, visão, olfato e paladar) promovem a troca entre interno e externo, sendo os intermediários mais elementares da relação com o outro. Ao mesmo tempo, a superfície corporal permite a delimitação necessária para a diferenciação entre o dentro e o fora. Uma sensação de dor em um órgão interno é diferente de quando a pele recebe um arranhão, ou mesmo de quando uma pessoa toca a si mesma. A experimentação de tais sensações e, sobretudo, a diferenciação dessas sensações a partir da percepção corporal compõem parte dos diversos processos de constituição subjetiva, em especial aquele referente às formações do eu.

Despinoy e Pinol-Douriez (2002), em “Sensações e percepções na clínica psicanalítica”, reconhecem que estes termos são usados muitas vezes de maneira imprecisa na literatura e propõem alguns apontamentos sobre isso. A sensação pode ser definida por sua fonte, desdinhando a excitação sensorial em diferentes modalidades, tais como aquelas

“táteis, vibratórias, álgicas (relativo à dor), estático-dinâmicas, sonoras, luminosas, gustativas e olfativas” (p. 7, tradução nossa). Por outro lado, a linguagem corrente costuma se referir aos cinco sentidos como também às impressões emocionais, afetivas e estéticas. Já no campo da psicologia e da psicanálise, ainda segundo os autores, grande parte dos trabalhos se dirige não à sensação, mas aos processos perceptivos, seus mecanismos e suas funções integrativas, fazendo referência ao trabalho de inscrição, memória e representação. Vale ressaltar, ainda, que a própria experiência emocional também precisa ser percebida, gerando impressões de sentido, tanto quanto o encontro com os objetos externos.

Despinoy e Pinol-Douriez (2002) observam que as redes semânticas nas quais as noções de sensação e percepção estão inseridas indicam a complexidade desse campo, o qual inclui as dimensões de ato, afeto, emoção, atividade perceptiva, atividade representativa, inscrição da memória, dentre outros. A dificuldade de diferenciação estrita entre esses termos revela a interpenetração desses aspectos na experiência subjetiva, bem como descortina um campo de significações polissêmico com que a teoria psicanalítica e a prática clínica frequentemente se deparam.

Integrando os registros da percepção e da sensação como partes da experiência subjetiva, a noção de sensorialidade nos será um guia para pensarmos as relações entre eu/corpo/alteridade, tal qual apresentada por Konicheckis (2018), como conjunto de experiências psíquicas que se desenvolvem em torno dos órgãos dos sentidos. O autor a define da seguinte maneira:

Proponho encará-la [a sensorialidade] como complemento libidinal da percepção, sua face afetiva. O sensorio se forma essencialmente nas superfícies de encontro entre partes do corpo e dos objetos do mundo exterior. Ele encarna toda ambiguidade da noção de compartilhamento, ao mesmo tempo encontro e separação. Fenômeno de contato entre o externo e o interno, assim a sensorialidade comporta igualmente os laços que se estabelecem entre *soma* e *psique*. (KONICHECKIS, 2018, p. 78-79)

De acordo com Boubli e Konicheckis (2002), a sensorialidade é o lugar de todos os primeiros encontros do ser humano com seu ambiente. Inicialmente, ela é parte de um conjunto indiferenciado entre sensação, representação e afeto; gradualmente, a partir das protorrepresentações e dos processos de identificações corporais primárias, a sensorialidade se separa e se diferencia de outras formas da experiência psíquica inicial, participando da constituição e da integração subjetiva. Nos momentos iniciais da vida, o bebê humano não tem integrado em si mesmo o conjunto de sensações vividas em seu corpo, da mesma maneira que ainda não forma uma imagem integrada das pessoas com quem se relaciona, embora já possa conceber certas diferenciações. Konicheckis (2018) enfatiza que, de partida, o objeto

não é percebido como tal, mas o é através do mundo sensorial que desperta: “nos momentos de distanciamento, do ponto de vista subjetivo, o que a criança perde não é tanto, pois, a figuração total da pessoa da mãe [...] ela perde, antes, as experiências sensoriais que compartilha com a mãe” (p. 80).

Ora, a primeira forma de experimentação de si e do entorno ocorre ainda na vida intrauterina, quando a criança está cercada por um ambiente que produz sensações cinestésicas, auditivas e gustativas. Nesse ambiente, o feto adquire repertório motor, escuta os sons do corpo da pessoa gestante, inclusive a sua voz, sendo também capaz de captar sons provenientes do meio externo. Interessada em pesquisar sobre os primórdios da vida psíquica, Maiello (2010) se debruça sobre diversas pesquisas em torno da vida pré-natal. Assinala que, no ambiente intrauterino, a criança não é apenas receptora – ela reage, responde e também age, explora o espaço e seu próprio corpo. A autora se interroga a respeito da existência de protorrepresentações e a formação protomental do bebê ainda durante a gestação, bem como a sua capacidade de discriminação incipiente dos objetos.

O primeiro ambiente habitado é repleto de características singulares que se distinguem radicalmente das experiências sensoriais vividas após o nascimento. Maiello (2010) caracteriza a vida intrauterina a partir, sobretudo, de sua ambientação sonora: o bebê está envolto por um conjunto de sons que lhe são familiares e constantes – o batimento cardíaco, o sangue correndo nas veias, o funcionamento intestinal –, sons que imprimem um ritmo próprio a esse pequeno universo. O entorno sonoro é, ao mesmo tempo, apreendido por uma experiência tátil da vibração produzida por esses sons. Dentre os sons que formam o pano de fundo da vida do feto, a voz se sobressai, com suas características singulares, podendo ser considerada como especial estímulo externo.

Os ruídos corporais são contínuos e, de certa forma, impessoais. Já a melodia da voz da gestante surpreende por sua imprevisibilidade, marca de diferença em relação à constância dos sons ambientes. A voz imprime também a sua personalidade, expressando diferentes estados emocionais e afetivos, estados de ânimo, o que, mediante as oscilações de ritmo e tonalidade, confere-lhe aspecto singular. Justamente por sua descontinuidade, Maiello (2010) sugere que a voz pode representar o princípio da alteridade, do outro com o qual é possível se engajar em uma relação, o objeto não eu por excelência, que vai estimular a atividade protomental da criança. Acrescenta ainda a autora que a voz “carrega mensagens complexas sobre as nuances de seu humor e até mesmo de seu estado mental” (p. 109, tradução nossa), o que a leva a indagar se seria possível conceber que a voz também tenha significado protossemântico para a criança pré-natal. A questão levantada concerne aos elementos

perturbadores apresentados pela alteridade, os quais podem atingir a criança desde a vida uterina.

Após o nascimento, a criança é capaz de reconhecer imediatamente a voz daquela pessoa que lhe abrigou em seu ventre, mesmo que a sonoridade transmitida pela via aérea não seja idêntica àquela percebida através do líquido amniótico. Maiello (2010) supõe que a voz parece conservar elementos identitários (como constância melódica, timbre e ritmo) que a tornam inconfundível para a criança que, por sua vez, a conserva por traços de memória: “conhecer é reconhecer”, diz a autora. A autora formula a hipótese de que um “objeto sonoro” será a primeira percepção na criança de uma dimensão alteritária.

Em paralelo à ambientação sonora, a vida uterina também é marcada pela relação conteúdo/contínente do corpo da criança, contido e envolvido pelo corpo gestante. Maiello (2010) se pergunta, então, se essa experiência não teria uma contrapartida mental, na qual a criança também prefigurar e experimentará essas relações em si mesma. Se, durante um período, a criança vagueia no líquido amniótico, roça as paredes do útero, explora a placenta e agarra o cordão umbilical, no final da vida pré-natal, seus movimentos passarão a ser limitados pelo espaço, que se torna apertado e restritivo. “O recipiente torna-se então um objeto diferente de si mesmo, objeto que impede sua mobilidade anterior, mas que ao mesmo tempo o segura com firmeza e o envolve?”, pergunta Maiello (2010, p. 111, tradução nossa).

Além da relação com os contornos da parede uterina, em sua vida pré-natal, a criança já experimenta o sugar do próprio polegar, sendo, assim, capaz de realizar uma série de movimentos complexos: direcionar o polegar à boca, abri-la, fechá-la prendendo o polegar, sugar, abrir e retirar o polegar. Essa atividade comporta a relação de um continente (boca) e um conteúdo (dedo) experimentado no próprio corpo, imprimindo ritmo ao sugar, ao mesmo tempo em que coloca duas partes em relação uma à outra. Algo dessa experiência será reencontrada na amamentação, que agora insere uma multiplicidade de estímulos adicionais, apresentando um objeto autenticamente diferente de si, através do qual a criança precisará coordenar o ritmo da sucção e o fluxo de leite.

As diversas experiências que compõem a vida intrauterina são constitutivas das formas rudimentares de diferenciação eu/não eu, segundo as hipóteses de Maiello (2010). O feto não está em fusão total com o seu ambiente, do mesmo modo que não é uma mônada, entrando em relação só em um segundo tempo.

Tendemos hoje a uma visão mais circular da evolução psíquica, onde o exterior e o interior, os processos proto-projetivos e proto-introjetivos, as experiências de diferenciação entre eu e não-eu se entrelaçam desde o começo na simultaneidade paralela de duplo contorno, um referindo-se ao outro em um movimento incessante

de reciprocidade. (MAIELLO, 2010, p. 116, tradução nossa)

A cesura do nascimento retira o bebê do meio aquoso – onde vivia flutuando, em determinada temperatura, pressão, com seus ruídos característicos, nutrido e oxigenado pelas trocas através do cordão umbilical – para ser agora ambientado em um meio terrestre e aéreo. Tustin (1990a) ressalta como o início da vida após o nascimento é marcado pela necessidade da criança ajustar-se a essas novas condições ambientais. Parte de suas agonias primitivas se relaciona às sensações corporais vividas como perturbadoras. A autora confere aos elementos sensoriais uma função estruturante do psiquismo e, mais especificamente, do próprio eu. Sua tese é que as primeiras sensações físicas são vividas em termos de líquidos e de gases, considerando que as primeiras experiências corporais (de alimentação e excreção) se dão nesses registros, invocando, desse modo, o terror de liquefação, queda e explosão.

Esses diferentes estados seriam formas que encontramos teoricamente para representar as agonias primitivas que são vividas sem nome, enquanto um terror de aniquilamento somatopsíquico, já que a experiência de existir está ancorada nas sensações corporais. A perda da continuidade experimentada pelo nascimento convoca o ambiente a desempenhar a função de continência e sustentação do bebê, tanto de seu próprio corpo como de seus estados emocionais. No caso de um ambiente sintonizado com as necessidades da criança, o bebê pode viver a ilusão um tanto mais prolongada – e necessária – de uma contiguidade entre seu corpo e o corpo de seu cuidador de referência.

Tustin (1975) sustenta que “essa reciprocidade empática fomenta a ilusão de continuidade corporal e gradualmente aclimata a mãe e o bebê à ideia, ainda nebulosa, de que estão separados um do outro” (p. 37). Konicheckis (2018) chama atenção para o fato de que “a relação do objeto existe talvez de partida, mas a criança só pode subjetivá-la posteriormente” (p. 77). No entanto, caso a percepção dessa separação eu/outro seja precoce, a criança vivencia uma quebra de continuidade do próprio corpo, o que pode levar ao acionamento de defesas radicais.

A experiência de existência do bebê se assegura nas sensações vividas em seu corpo. Tustin (1990a) propõe o termo “formas-sensação” para se referir a “formas primárias [que] são provavelmente formações vagas de sensações. Elas tenderiam a compensar a aleatoriedade do fluxo de sensações que constitui o senso de ser primitivo da criança” (p. 99). Elas conferem os rudimentos da noção de limites contendo um espaço, embora não estejam ainda localizadas no espaço, ou sendo compreendidas geometricamente. Em sentido próximo, Tustin (1990b) se utiliza também do termo “objeto-sensação” para se referir a esses objetos primitivos que não são ainda diferenciados do sujeito em seu sentido objetivo, mas

localizados pelas sensações concretas que provocam.

Como ilustração, a autora menciona o caso de uma criança autista que carregava objetos duros em volta de si, indicando que esses objetos eram tomados pela qualidade tátil da dureza, por conferir ao próprio corpo da criança uma superfície rígida. O “duro”, neste caso, oferecia uma experiência de limite, sendo experimentado pela criança como parte de seu próprio corpo. Mano (2013) esclarece que essa noção está baseada na ideia de identificação adesiva, bidimensional, referindo-se a “experiências muito primitivas nas quais os sentimentos [e a presença do objeto] são experimentados de uma forma física tátil como sensações de vários tipos” (TUSTIN, 1990a, p. 69).

Mano (2013) nos convida a pensar em um “eu rudimentar como uma primeira organização subjetiva das experiências – experiências que, em estados tão rudimentares, são vividas e inscritas no corpo como sensações físicas” (p. 237). Para Tustin (1990a, p. 175), “esses estados primitivos parecem ser um repertório de sensações relativamente descoordenadas que são mais *sentidas* que imaginadas”, embora só possamos falar delas através da imaginação. Ela toma de empréstimo do Dr. Jonathan Miller a expressão “eu-sensação” para caracterizar esse estado primitivo do eu. Em concordância com as propostas de Tustin, Mano (2013) assinala que “no estado do eu-corporal a existência é sensorial e, sem representação de ausência, tudo o que existe, existe no corpo” (p. 234).

De acordo com Tustin (1981/1992), o bebê vive um estado de sensualidade primária, alternando entre a autossensualidade e àquela direcionada ao corpo do outro. Ela menciona a amamentação para ilustrar que o bebê pode sentir, em determinado momento, que sua boca e o seio são uma mesma coisa, mas podendo igualmente sentir o caráter separado entre sua boca e o seio, de modo que pode se identificar com ele. A autossensualidade seria, então, um estado primário de vivência das sensações, em que o objeto não está discriminado. De certa forma, essa ilusão primária de “ser” a união da boca com o seio protegeria o bebê do reconhecimento prematuro da dimensão não eu. Nesse estado arcaico, destacar-se do seio seria como perder também a própria boca. Em outras palavras, a sensação de continuidade com o corpo do cuidador garante um vivido de segurança e integridade do próprio corpo. A diferenciação eu/não eu é um processo gradativo que se desenrola concomitantemente em ambas as direções: à medida que o próprio eu se estrutura “em separado”, é que pode, efetivamente, perceber o objeto como “não eu” sem o terror da perda de si.

Parte das experiências sensoriais mais significativas são aquelas vividas nos cuidados dedicados ao bebê, ainda passivo, que recebe dos adultos inúmeros estímulos que lhe despertam múltiplas sensações corporais. Konicheckis (2018) sublinha que a criança, por estar

oferecida ao outro, “se arrisca a sentir seu corpo como estrangeiro a si mesmo. Toda problemática da subjetivação consiste em se apropriar das sensações corporais possíveis de serem provadas como exteriores quando desses compartilhamentos sensoriais” (p. 76).

Konicheckis (2018) propõe a noção de “identidade sensorial” para falar do sentimento primário de existência. O reconhecimento de si se forma a partir da familiaridade e do reencontro com aquilo que já foi compartilhado com um outro mediante uma dimensão sensorial: “o sensorio delimita e fornece uma espécie de cartografia que permite estabelecer os limites, as fronteiras, diferenciações entre si e os outros a partir de uma experiência interna própria, pessoal, mesmo que ela seja tão múltipla quanto variada” (p. 80). Esse primeiro senso de identidade se estabelece ao longo de movimentos que se alternam entre fenômenos sensoriais compartilhados e os seus próprios, entre aqueles ligados à superfície e ao íntimo do corpo, entre momentos de estímulos e quietude.

A sensorialidade aglutina uma série de processos que virão a se diferenciar ao longo da constituição subjetiva. Nela se localizam as bases da formação do eu, ancorando o sentimento de existência; é o lugar primordial de comunhão com o outro, o qual será pouco a pouco discriminado pela diferenciação eu/não eu; a sensorialidade comporta também os embriões de sentido como matéria-prima da representação e as formas de comunicação primária com o outro. Nos primórdios da vida, esses registros se dão de forma “complexa, enigmática, multissensorial, misturando a parte do sujeito e a parte do outro, excitação interna e externa, sensação e precursores de representação” (ARAGÃO, 2018, p. 31). Essas experiências arcaicas não estão ainda integradas e são “vivas no corpo, experimentadas como sensações e movimentos, o que se expressa quando falamos de processos sensorio-motores” (ARAGÃO, 2018, p. 32).

A experiência arcaica de comunhão de corpos pelo compartilhamento sensorial carrega sua contrapartida psíquica, através da qual a própria existência está ancorada no outro – ainda indiscriminado. Tornar-se eu implica em separar-se desse outro primordial com o qual se esteve intimamente vinculado. Tanto a separação como o processo de integração do conjunto disperso de sensações vivenciadas estão inseridos em um tipo específico de movimento rítmico que permite o reencontro e o reconhecimento familiar daquilo que fora sentido e compartilhado com outro.

3.3 A INTEGRAÇÃO PELO RITMO: ENTRE CONTINUIDADE, DESCONTINUIDADE

A constituição do eu está relacionada com a experiência interna de continuidade e com os elementos sensoriais que despertam a percepção e a consciência das sensações. Vimos que no início da vida o bebê ainda não reconhece como algo externo a si o que afeta seu corpo, de modo que a capacidade reflexiva de perceber a si mesmo, de discriminar o que não lhe é próprio, de se diferenciar do outro e de reconhecer o outro enquanto sujeito é resultado de um processo gradativo. Em certo sentido, pode-se dizer também que esse processo constitutivo é sempre parcial e inacabado. Nas múltiplas origens que atuam na formação do sujeito, Konicheckis (2018) salienta o paradoxo de que suas raízes se encontram fora de si: “o sujeito começa sua existência a partir de lá onde ele ainda não é sujeito” (p. 75).

O processo de subjetivação dá conta da instauração de uma subjetividade a partir desse ainda-não-sujeito. Esse processo consiste em assimilar o que restaria de fora da experiência pessoal. Processo espectral, ele se estende da conquista, da apropriação, da incorporação, até da assimilação da introjeção e da identificação disso que, em estando em sua origem, se (re)encontra no externo ao psiquismo. Assim, o processo de subjetivação busca estabelecer um sentimento fantasmático e sensorial de continuidade no existir nesse tempo onde, continuamente, se produzem descontinuidades. (KONICHECKIS, 2018, p. 75)

A constituição do eu está contida nesse movimento mais amplo que é o processo de subjetivação e o tornar-se sujeito. A continuidade traz a possibilidade do reconhecimento de si em meio às mudanças, refletindo na segurança de permanência no tempo e no espaço. Por outro lado, se a descontinuidade pode ameaçar a própria sobrevivência, trazendo abalos e rupturas, ela é também estruturante, na medida em que produz diferenciações. Ao romper com a homogeneidade, com aquilo que é contínuo e indiscriminado, a descontinuidade produz e informa a separação entre sujeito e objeto.

[...] uma das tarefas fundamentais do bebê é organizar e coordenar seus diferentes fluxos sensoriais - e para isso o encontro rítmico, atencional e narrativo com o outro é fundamental. Ou seja, seria a ritmicidade do encontro com o outro (intersubjetividade) um dos fatores que possibilitaria, junto com os recursos próprios, a vivência de integração do *self* (subjetivação). (GUERRA, 2018, p. 179)

O processo de diferenciação e apropriação subjetiva é fruto de um movimento rítmico e espiralado, de presenças e ausências, e que, de acordo com Ciccone (2018, p. 15), se relaciona com o “sentimento de ser e de sua continuidade” e com “o sentimento de segurança interna que permite a abertura para o mundo”. O ritmo pode ser compreendido a partir de três tipos de experiência: alternância de posições entre abertura objetal e retirada narcísica, trocas interativas e intersubjetivas e experiências de presença/ausência do objeto. Essa alternância entre o fora e o dentro, entre abertura e fechamento, estímulo e quietude se acumulam ao longo do tempo, formando uma ambientação do próprio mundo, onde o eu e o outro ganham

localização.

De acordo com Guerra (2018) o bebê está imerso em uma experiência rítmica com o outro desde o início da vida. Esse movimento de presenças e ausências, imprimindo o ritmo próprio daquele vínculo, acaba por “aliviar as angústias da descontinuidade, marcar o prazer do encontro com o objeto, tolerar sua eventual ausência e antecipar seu retorno” (p. 178). O ritmo tem seu lugar na presença do objeto, seja caracterizando a qualidade desse encontro, seja particularizando o jogo da interação entre a criança e o adulto e atribuindo um caráter singular a cada relação. A harmonia desse encontro reside na capacidade de os cuidadores respeitarem o ritmo próprio da criança, a qual emite sinais a respeito de sua disponibilidade. Ciccone (2018) afirma que

os movimentos de abertura e de retraimento permitem a interiorização das experiências. Depois de um momento de troca, de contato com o mundo, a retirada, o retraimento, permite [...] recriar em si a experiência vivida, permite interiorizar a experiência de contato com o mundo. (p. 15)

Tanto a repetição como a mudança são elementos necessários para a estruturação da subjetividade. Marcelli (2007) propõe diferenciar em termos de “macrorritmos” e “microrritmos” os elementos que organizam a experiência do bebê em sua vida cotidiana. No registro dos cuidados e da rotina – como o despertar, a higiene, a alimentação, as sonecas e o sono – formam-se “macrorritmos” que permitem a antecipação por parte do bebê. Essa previsibilidade contribui para seu sentimento ilusório de que ele seria criador de seu ambiente. O tempo circular e repetitivo dessas interações de cuidado será o fundo sobre o qual a continuidade narcísica do bebê irá se apoiar. São experiências que oferecem a satisfação das necessidades primárias e trazem um apaziguamento da excitação, acalmando a criança. Além disso, o bebê “investe em ‘índices de qualidade’, isto é, tudo aquilo que é idêntico à sua experiência passada, e reforça a sua capacidade de memorização e depois de devaneio” (MARCELLI, 2007, p. 127, tradução nossa).

Através de gestos, gorjeios e olhares, o bebê comunica a sua abertura e seu estado emocional ao outro, de modo que o adulto pode se conectar com esses sinais e se afinar conforme sua percepção da criança. Os ajustes dessa coreografia são atualizados a todo o momento, quando, por exemplo, a melodia da voz do adulto, que interpela a criança, se altera e varia de entonação como resposta a um movimento do bebê. Ciccone (2018, p. 17) chama atenção para as disritmias, os “passos em falso”, que “podem até mesmo criar alegria, brincadeira, excitação própria do lúdico” ao surpreender e introduzir o inesperado. É nessas pequenas interações do cotidiano que Marcelli (2007) situa o domínio dos “microrritmos”.

Quando não excedem os limites da criança, esses momentos de quebra da continuidade se desenvolvem sobre um fundo estável que garante uma segurança de base, permitindo que a descontinuidade não seja vivida como angústia. Essas rupturas promovem excitação, brincam com mudanças de humor e de tonalidade afetiva e introduzem também uma diferenciação narcísica secundária (MARCELLI, 2007). Assim, o bebê pode contar com a incerteza e até aguardá-la, abrindo-se para o novo ao vivenciar uma expectativa excitante. Com as irregularidades, o bebê aprende que há diferença na repetição, que a experiência atual e a experiência passada não são idênticas. Isso fortalece sua capacidade de atenção e de aprendizagem. As rupturas e arritmias não são necessariamente prejudiciais e destrutivas; elas têm também um profundo valor organizador e estruturante para a subjetividade (MARCELLI, 2007).

O ritmo é essencialmente um elemento de ligação: ele conecta, por um lado, aquilo que é do registro da continuidade, com aquilo que, por outro lado, é do registro da suspensão e da cesura. Guerra (2018) propõe a noção de “identidade rítmica” para explorar o papel de estruturação narcísica que o ritmo tem na vida subjetiva do bebê. Essa vivência organizadora “lhe daria as sensações primárias de compor uma unidade no *self*, e na medida em que possa ser respeitado e ampliado pela mãe [ou cuidador], abre caminho à capacidade de estar calmo e ao prazer de pensar” (p. 178). Além de o ritmo funcionar como elemento de integração do eu, ele também organiza em uma dimensão temporal o conjunto das experiências sensoriais. Isso contribui para operar a passagem dos elementos sensíveis da percepção e seus desdobramentos emocionais em pensamento simbólico por permitir, pouco a pouco, uma conexão entre os aglomerados de experiência (ARAGÃO, 2018).

A alternância entre presença e ausência do objeto é também marcada por um ritmo particular. A capacidade do bebê de suportar as ausências e as descontinuidades do objeto é alargada gradualmente, na medida em que a criança pode representar o objeto ausente, mantendo-o vivo dentro dela, garantindo uma continuidade interna, mesmo quando ele não está presente. O bebê precisa fazer um trabalho psíquico para elaborar a ausência do objeto: ele pode buscar indícios de sua presença com o olhar, vocalizar, ou ainda recriar em seu corpo a experiência vivida como simbolização primária. Ele pode também se ancorar na exploração de sua sensorialidade, buscando, por exemplo, formas “duras” para se agarrar, distanciando-se e protegendo-se da experiência de perda (CICCONE, 2018). Além disso, Ciccone (2018) chama atenção para a ritmicidade permitir a antecipação – e, para ele, o pensamento nasce, sobretudo, da antecipação. Desse modo, o trabalho do pensamento permite que a ausência seja mais bem tolerada e não se transforme em vazio.

3.3.1 O ritmo como continente e a bissensualidade psíquica

Geneviève Haag foi uma psicanalista francesa que conferiu grande importância ao ritmo em seus trabalhos sobre o eu corporal e a vida psíquica do bebê a partir da clínica com crianças autistas. Para além da função de continuidade, Haag atribui ao ritmo uma função continente. Nos primórdios da vida, o eu rudimentar do bebê não está ainda integrado. A espacialidade tridimensional do eu, com a experiência de limite e profundidade, será fruto do processo de integração das experiências arcaicas.

Nos estágios iniciais da vida, o sentimento de continuidade de existir não está estabelecido em uma organização tridimensional de continência estável, como ‘estar dentro de sua pele’, mas nas percepções rítmicas de regularidades de comunicações sensoriais/emocionais emergentes nas trocas com um objeto ainda pouco objetualizado. (HAAG, 2006a, p. 40, tradução nossa)

As trocas primárias proporcionam um movimento espiralado de vai e vem, característica de um ritmo relacional. A troca de olhares, as vocalizações trocadas e em eco, o bico do seio na boca, o ritmo da mamada, a sustentação da cabeça e das costas do bebê, o balançar de seu corpo... são exemplos de situações que compõem o conjunto de experiências nas quais a criança é envolvida. Estas comportam uma dinâmica que pode ser descrita na imagem de ondas, ou, ainda, espirais em que aquilo vai, volta: “essas trocas [em fluxo e refluxo] organizariam uma percepção fundadora de superfície habitada por circulações rítmicas” (HAAG, 2006b, p. 105). Trata-se de experiências que, a princípio, estariam aquém da constituição do espaço interior/exterior.

Mano (2013) observa que Haag dirige sua atenção aos aspectos estruturais de desenhos pré-figurativos das crianças: os zigue-zagues, o pontilhado, as dobras, as formas espiraladas revelariam traços de uma estrutura rítmica como expressão de uma forma-sensação continente em aberto. Justamente por não serem imagens fechadas, Mano salienta a originalidade do pensamento de Haag em perceber que o ritmo, na imagem de uma dobra que retorna, confere pouco a pouco a experiência de profundidade, que formará o espaço tridimensional. Essa estética rítmica está associada à experiência de fundo, como o “fundo de um copo – o limite, o ponto último em que algo entra e, uma vez contido, deve retornar numa experiência de fluxo e refluxo tal como referida por Tustin” (MANO, 2013, p. 253). A experiência da interpenetração do olhar na relação cuidador-bebê, por exemplo, fala “da experiência de penetrar e percorrer o interior da mãe pelo olhar, e nele encontrar um fundo que o remete de volta ao seu próprio interior; diferente de um olhar a fundos perdidos, tipo

folha de papel, sem volume, sem espaço interior” (MANO, 2013, 253).

Haag (2006b) salienta a importância da experiência de retorno daquilo que foi remetido para o processo de integração – segundo a autora, é efetivamente no retorno que se dá a introjeção. Quando aquilo que foi lançado ao outro não retorna, haveria terror de “partes, pedaços arrancados antes mesmo da estabilização da representação do eu primitivo enquanto continência” (p. 111). Aponta a autora para a importância da transformação diferenciadora que o objeto externo realiza nesse jogo especular – toda vez que o cuidador devolve para a criança algo que fora projetado, devolve com uma modulação própria que enriquece a experiência infantil. Por isso, o movimento especular por parte do objeto primário é tão importante; afinal, é a partir dele que os sentimentos de existência e de continuidade vêm a ser instaurados.

A função integradora que as experiências rítmicas comportam atua igualmente na integração de qualidades sensíveis descrita por Tustin (1981/1992) como aspectos de uma bissexualidade primária. A partir de seu trabalho com crianças autistas, a autora indica que uma das primeiras integrações a serem elaboradas se refere a dois tipos de experiências ligadas à sensorialidade: o “duro” e o “macio”. No estado dominado pelas sensações que caracterizam a experiência arcaica, as distinções primárias se descrevem em termos de conforto/prazer e desconforto/desprazer. Para Ciccone (2018, p. 24), a bissexualidade primária proposta por Tustin se refere a “uma ‘sexualidade’ em sua versão sensorial, sensual, emocional” que o autor sugere nomear, então, “bissensualidade psíquica”. Para ele, “a noção de sensualidade não exclui o sexual, mas privilegia o aspecto emocional e o investimento da sensação, do *sensorium*, nessas experiências arcaicas e primárias”.

A perspectiva ressaltada por Tustin é referida à forma e à consistência das experiências. As qualidades sensíveis são também uma forma primitiva de experimentar a emoção, uma vez que, gradativamente, essas experiências passam a ser associadas a uma valoração positiva ou negativa. Sensações macias seriam agradáveis e as duras, desagradáveis. Pouco a pouco, as sensações se associam também a outros atributos: a maciez se liga à noção de receptividade e a dureza à capacidade de penetrar. Essas qualidades não estão integradas na experiência inicial do bebê, que projeta para fora – como não eu – as sensações desagradáveis e se identifica com o macio/agradável.

No entanto, em certas situações em que as qualidades estão cindidas, o bebê pode se ver muito vulnerável, excessivamente mole (TUSTIN, 1981/1992). Nesses casos, o encontro precoce das experiências antagônicas não resulta na integração, mas em perigo: o duro será visto como ameaça da qual se precisa proteger. Ciccone (2016) assinala que uma das

estratégias para defender esse “eu mole” da ameaça de perfuração pelo “duro” é desenvolver uma carapaça, uma proteção “hiperdura” e impenetrável. Habitar esse mundo de extremos, que Ciccone descreve também nas suas diversas variações (quente/frio, liso/áspero, frágil/forte, escuro/brilhante, vazio/cheio, reconfortante/assustador etc.), aponta para a dificuldade de encontrar experiências intermediárias e temperadas.

A capacidade do bebê de tolerar e articular em seu mundo interior os sentimentos contrários será gradativamente conquistada com experiências de atenção, compreensão e cuidado, vivenciadas na intimidade de suas relações precoces. Os processos de integração dessas sensações polarizadas resultam em novos atributos, que podem agora ser descritos em termos de firmeza, adaptabilidade e resiliência (TUSTIN, 1981/1992). Nesse momento, os estados dominados pelas sensações se diluem em experiências que começam a fazer sentido. Tustin toma a amamentação como exemplo de uma experiência que combina ambas as sensações: o bico e a língua, representando o duro, encontram o macio e a receptividade da boca e do seio. No caso de uma boa experiência, o trabalho conjunto desses aspectos resulta “em um estado de bem-estar. E o bem-estar é tanto uma experiência psicológica como também corporal. Portanto, sensações corporais foram transformadas em uma experiência psicológica através de uma atividade rítmica e recíproca entre a mãe e a criança” (TUSTIN, 1981/1992, p. 101).

A partir de Tustin, Ciccone (2016) defende a hipótese de que o ritmo conecta os polos da bissensualidade psíquica, garantindo segurança de base ao sentimento de ser. O ritmo consiste na alternância entre os elementos duro/macio e suas derivações complementares: o duro seria uma espécie de fechamento, enquanto o macio, de abertura. A criança encontrará seus correspondentes internos na estrutura da coluna vertebral que sustenta, trazendo firmeza e estabilidade, articulada com a maciez da pele, que amortece os choques no encontro com o mundo. Nas palavras do autor: “toda comunicação é feita de abertura e fechamento, de troca e de retirada. [...] o ritmo, em sua essência, permite a abertura para o mundo sem que esta se confronte com a experiência da perda, mas de tal sorte que confirme o ser, a existência de si” (CICCONE, 2018, p. 27).

Em um sentido próximo, Haag (2006b) assinala que é preciso combinar as experiências táteis, sonoras e também outras formas de sensorialidade com a interpenetração do olhar para formar um envoltório circular em torno do corpo. O que mostram esses autores é que o conjunto de experiências sensoriais vem a ser, pouco a pouco, integrado, resultando na formação dos envoltórios psíquicos. As experiências sensoriais, bem como a emocionalidade que carregam, são os primeiros sinais da própria existência subjetiva. A

integração, a partir do ritmo das diferentes correntes e modalidades da sensorialidade, forma gradualmente a experiência de um envoltório coeso que reúne as sensações vividas em um eu. Com isso, a pele pode ser explorada como lugar de experiências continentais, integradoras e relacionais, conforme exploraremos a seguir.

3.4 OS ENVOLTÓRIOS PSÍQUICOS

A noção de envoltório psíquico é aprofundada por Anzieu (1985/1989; 1990), que capta, em Freud (1920/1996; 1923/1996) e em Federn (1952/1979), a indicação de um invólucro como imagem representativa da topografia do psiquismo. Segundo Anzieu (1990), esse termo é usado tanto no sentido metafórico (o eu na configuração de bolsa englobante), como também no sentido metonímico (o eu como superfície do aparelho psíquico e projeção da superfície do corpo sobre aquela do psiquismo). Resta, no entanto, apenas um sentido implícito de que a pele está implicada nessa representação.

Já em 1968, Esther Bick propusera o artigo “A experiência da pele em relações de objeto arcaicas”, no qual defendia a tese de que o bebê vivencia as partes da personalidade como se elas não tivessem uma força de ligação entre si. A autora pontuava o papel de integração que a experiência da pele opera em conjunto com a introjeção do objeto externo, a qual também desempenha a função de contenção.

A necessidade, no estado não-integrado infantil, de um objeto continente, parece gerar uma busca frenética por um objeto - uma luz, uma voz, um cheiro ou outro objeto sensorio - que possa prender a atenção e desta forma ser vivenciado ao menos momentaneamente, como um objeto que mantém unidas as partes da personalidade. O objeto ótimo é o mamilo na boca, com a mãe que segura a criança, fala com ela e tem um cheiro familiar [...] este objeto continente é sentido concretamente como uma pele. (BICK, 1968/1991, p. 195)

Como vimos, as funções de contenção e integração são inicialmente dependentes do objeto, que realiza a operação de síntese nos estados primitivos do psiquismo. Paulatinamente, a criança introjeta essa função desempenhada pelo objeto, isto é, ela constrói um objeto interno passando também a ser capaz de realizar suas próprias ligações, incluída aí a experiência da unificação narcísica. Essa operação está amparada pelas diversas sensorialidades que se ligam na experiência da pele através do ritmo do encontro com o outro. Tomando a amamentação como principal modelo de estímulos sensoriais e de vínculo com o objeto, ela passa a ser explorada a partir do conjunto de experiências que suscita, se estendendo para além do estímulo oral, ou melhor, com “a extensão do conceito de oralidade” (ANZIEU, 1997a, p. 212, tradução nossa).

Anzieu (1997a) chama atenção para os dois prazeres consecutivos, já observados por Freud, suscitados na experiência da amamentação: o da sucção e o da repleção. O ritmo da sucção e a estimulação da mucosa geram uma sensação prazerosa específica, complementada pelo caminho do líquido morno que escorre da boca para o estômago, preenchendo a barriga do bebê. Embora seja um prazer mais difuso, a sensação de preenchimento interno é igualmente importante para a aquisição do sentimento de existência e de sua permanência no tempo e no espaço. Tal experiência de repleção oferece a sensação de uma consistência interna com a qualidade de ser durável. O caminho percorrido pelo alimento no interior do organismo promove uma ligação traçada entre a boca e o interior do corpo, a partir do movimento da ingestão, trazendo a sensação de um “centro de gravidade” no interior do corpo (ANZIEU, 1985/1989).

A receptividade característica do lactente não diz respeito apenas à ingestão do alimento, mas a todos os estímulos sensoriais presentes nesse momento íntimo da relação com seu cuidador: a melodia da voz, o calor de seu corpo, o contato com a pele, o toque e o cheiro, os movimentos, os estímulos visuais. Esse banho sensorial promove a dupla experiência de conter (o seio na boca, o leite na barriga) e ser contido (carregado no colo, sua coluna e cabeça sendo amparados, cercados pelo corpo do adulto). Dessa forma, “o bebê recebe com avidez [...] as experiências sensoriais novas, as armazena, e fortifica com elas o seu eu que já se esboça” (ANZIEU, 1997a, p. 213, tradução nossa). Complementa Haag (2006b) que a formação de um envoltório continente, que toma a pele como protótipo, está ancorada na globalidade da relação vivida no campo da oralidade:

essa formação da continência-pele está realmente tão vinculada à sexualidade oral, desde que se dê importância à condensação de olho-boca e do olho-mamilo, à dupla interpenetração [...]. Repito que o auto-erotismo do sugar, tão bem descrito por Freud enquanto *lembrança do seio*, não representa, portanto, apenas a sensualidade e a lembrança da sensualidade da cavidade oral e de seu contorno, mas compreende toda a relação, toda a relação cutânea, sonora, labiríntica, e compreende, sobretudo a interpenetração psíquica com sua imagem cinestésica. (HAAG, 2006b, p. 115)

A conquista e o asseguramento de um corpo próprio são fruto das interações da criança com o meio: a pele será percebida como uma superfície a partir das experiências no corpo a corpo “no quadro de uma relação de apego tranquilizadora” (ANZIEU, 1985/1989, p. 43). O sentimento de base de um envoltório corporal seguro é o que vai permitir à criança experimentar e desenvolver progressivamente o controle dos orifícios sem a angústia de esvaziamento. A boca proporciona um primeiro contato diferenciador, servindo também como metáfora da ingestão – que se desdobra no processo introjetivo necessário para a constituição psíquica. É através da experiência oral que os objetos são degustados, incorporados, rejeitados

e expelidos. Todavia, Anzieu (1985/1989) observa que o orifício só pode ser percebido enquanto abertura e espaço de trânsito quando há sensação de superfície e volume em um espaço tridimensional.

Estas atividades conduzem progressivamente a criança a diferenciar uma superfície que comporte uma face interna e uma face externa, isto é, uma interface que permite a distinção do de fora e do de dentro, e um volume ambiente no qual ele se sente mergulhado, superfície e volume que lhe trazem a experiência de um continente. (ANZIEU, 1985/1989, p. 41)

O interesse de Anzieu pelos aspectos topográficos do psiquismo o leva a fabular a respeito das representações formais que o aparelho psíquico pode assumir. Trabalhar a partir de suas formas/continentes, e não apenas de seus conteúdos, coloca em evidência a questão da construção de um espaço psíquico vinculada às experiências vividas no espaço corporal. Anzieu (1985/1989) destaca a característica de interface dos limites psíquicos: o estabelecimento de uma fronteira é compreendido como criação de um espaço de troca que separa, ao mesmo tempo em que coloca em contato, dois territórios distintos. Doron (2003) reforça a ideia de que o fenômeno da interface se constitui inicialmente sobre um espaço-suporte: “Essa espacialização do pensamento se deve ao fato de que nós somos um corpo, suporte da emergência primária do psiquismo através do contato corporal ligando o movimento e a experiência espacial da troca pele a pele” (p. 3, tradução nossa).

Houzel (1987/2003) observa que os envoltórios psíquicos são uma estrutura de grande complexidade, os quais não podem ser reduzidos a uma bolsa contendo os elementos do psiquismo. Esclarece Mano (2013, p. 116): “Anzieu descobre que o espaço psíquico não possui um envoltório, mas vários, que se entrelaçam, se diferenciam, se interiorizam, o que faz dele, e do Eu, uma estrutura complexa, porém rica”. Interessado nas estruturas continentais, um dos papéis que será desempenhado pelo eu, Anzieu (1985/1989) explora as diferentes qualidades, funções e aspectos mais abstratos que os envoltórios podem assumir – como a descrição clínica dos envoltórios sonoro, térmico, olfativo, de sofrimento.

Desenvolvendo a proposta de Anzieu, Houzel (1987/2003) considera que o envoltório psíquico define o pertencimento de elementos psíquicos a um espaço determinado, localizando as diferenciações entre espaço interno, espaço perceptivo e espaço psíquico do outro. Ele salienta que o envoltório precisa ser coeso e permeável. Outro ponto relevante destacado por Houzel está na observação de que o envoltório psíquico é um sistema dinâmico, que sintetiza os pontos de vista tópico (de suas formas) e dinâmico (de suas forças). Afinal, “não existe força psíquica que não assuma uma forma, nem forma que não seja sustentada por uma dinâmica” (p. 63, tradução nossa).

3.4.1 O eu-pele

De acordo com a hipótese de Anzieu (1990), o envoltório psíquico de base se constrói sobre o modelo do tato. A pele possui um primado estrutural sobre todos os outros sentidos: é o único a recobrir a totalidade do corpo, contém múltiplos sentidos distintos (calor, dor, contato, pressão etc.) e, por fim, o toque é o único sentido que possui uma estrutura reflexiva. Esse último aspecto possibilita que a criança experimente, ao mesmo tempo, duas sensações complementares: tocar e ser tocada, como quando seu dedo toca outra parte do corpo e os pés se esfregam. Antes mesmo de se olhar e se reconhecer no espelho, a criança explora o toque e experimenta a si mesma em seu próprio corpo. Para Anzieu, é também sobre o modelo da reflexividade tátil que outras reflexividades sensoriais vão ser construídas, como a auditiva e a olfativa, bem como a reflexividade psíquica característica do pensamento e da linguagem verbal.

Acrescenta Anzieu (1985/1989, p. 10) que “o cérebro e a pele são seres de superfície”, ou melhor, superfícies, no plural, contendo uma camada externa que serve de proteção e outra capaz de recolher e filtrar as informações. Do ponto de vista embriológico, o ectoderma é o folheto mais externo do qual derivam a pele, o sistema neurológico e os outros órgãos de sentido. A pele é flexível e consistente, ela se molda e se modula, engrossa e afina, dobra, cria invaginações, forma orifícios, é porosa e seletiva, possui protuberâncias, recobre todo o corpo, colocando-nos em contato com o mundo. É o primeiro sentido a se formar, sendo, portanto, a primeira modalidade de percepção que imprimimos do mundo. É também através do contato pele a pele que as primeiras trocas na relação com a alteridade se formam. Apenas com o amadurecimento os outros sentidos se integram e as formas de comunicação à distância ganham protagonismo.

“Mas a pele não é apenas órgão(s) dos sentidos”, nos lembra Anzieu (1985/1989, p. 16), pois desempenha também funções metabólicas: regula a temperatura, transpira, respira, absorve, ela secreta e elimina, mantém o tônus. Além de todas essas características, a pele é ainda uma grande zona erógena – toda superfície corporal é suscetível de excitação e prazer, lugar de carinho e carícias. A pele conjuga os investimentos libidinais narcísicos e sexuais, é lugar de bem-estar e sedução. “Se se considera sua psicofisiologia [...] a pele fornece numerosos exemplos de um funcionamento paradoxal, de tal maneira que se pode perguntar se a paradoxalidade psíquica não encontra na pele uma parte de sua sustentação” (ANZIEU, 1985/1989, p. 19). Mais ainda, a pele é lugar de expressão, identificação e palco de projeções

nas relações sociais – sendo tomada tanto para o reconhecimento e pertença, como para a exclusão. Sobre a pele incidem perturbações e ela conserva, temporária ou permanentemente, as marcas e as cicatrizes desses eventos, dentre tantos outros atributos.

Os estudos etológicos sobre a importância do apego e a busca pelo contato (tátil e social), sua observação dos trabalhos com grupos e seus elementos de coesão, os testes projetivos com a importância da superfície e sua experiência hospitalar na ala dermatológica embasam o interesse de Anzieu pelo tema da pele. Ele confere “destaque à pele como dado de origem orgânica e ao mesmo tempo imaginária, como sistema de proteção de nossa individualidade, assim como primeiro instrumento e lugar de troca com o outro” (ANZIEU, 1985/1989, p. 3). Anzieu sustenta continuamente referências biológicas e sociais, compreendendo que a constituição psíquica é dependente e resultante das experiências corporais, assim como dos vínculos afetivos e culturais.

Para Anzieu (1990), “tudo do ponto de vista tópico é necessariamente metafórico - só podemos falar através de analogias; o espaço psíquico e o espaço físico se constituem em metáforas recíprocas; o Eu-pele é uma dessas metáforas” (p. 58, tradução nossa). Procura-se, desse modo, dar figuração a um momento arcaico da constituição egoica: remetendo-a a experiência da pele como limite que protege e contém o corpo, o eu será descrito topologicamente como estrutura que envolve o psiquismo. Haveria uma relação de apoio da pele psíquica na pele biológica.

A imagem das fronteiras psíquicas ganha exuberância na figura do eu-pele, localizado no momento de transição em que o “Eu psíquico se diferencia do Eu corporal no plano operativo e permanece confundido com ele no plano figurativo” (ANZIEU, 1985/1989, p. 44). A este respeito, mostra Chabert (1996) que o eu-pele é compreendido como estrutura intermediária do aparelho psíquico: ele passa a ser intermediário, tanto do ponto de vista relacional entre o bebê e seu cuidador, como também do ponto de vista estrutural de uma forma de organização ancorada no objeto para os processos de separação do outro. O eu-pele se refere a um momento narcísico em que o eu adquire certa estabilidade (MANO, 2013).

O eu-pele é caracterizado como “uma representação de que se serve o Eu da criança durante fases precoces de seu desenvolvimento para se representar a si mesma como Eu que contém os conteúdos psíquicos, a partir de sua experiência da superfície do corpo” (ANZIEU, 1985/1989, p. 44). Anzieu se refere não só a um modo primitivo de organização narcísica, mas também às fantasias que se formam a respeito de si. A plasticidade corporal pode ser aproveitada como representação da plasticidade egoica; parece bastante frutífero ao autor que se possa escutar as formações estruturais e suas deformações a partir da criatividade

imagética. Como exemplo clínico, ele cita o caso de uma criança que se sentia com uma “cabeça escorredor”, com grandes dificuldades de reter os conteúdos, já que sempre se esquecia de um dia para o outro o que havia aprendido em aula no dia anterior. Vemos que estrutura e função seriam, nessa visão, interdependentes: não conseguir “guardar” estaria vinculado a uma estrutura furada, por onde vazavam os conteúdos.

Estabelecendo uma série de paralelos entre a pele e o eu-pele, Anzieu (1985/1989) sistematiza uma correspondência de funções: sustentação, continência, proteção e paraexcitação, individualização, ligação entre as intersensorialidades, sustentação da excitação sexual, recarga libidinal do funcionamento psíquico e também a inscrição dos traços sensoriais. Insistir na noção de metáfora explícita a dimensão imaginativa desse processo, ponto que nos interessa especialmente. Os envoltórios psíquicos e, mais especificamente, o eu-pele não se formam apenas por apoio nas funções somáticas, mas se referem também à figuração simbólica que transcorre entre o eu e as sensações corporais. Assim, as diferentes representações do eu-pele permitem um pensamento sobre grande diversidade de manifestações intra e interpsíquicas (KAËS, 2007). O caráter plástico denota a formação singular de cada figuração psíquica, modificada pela dinâmica pulsional interna. Com isso em mente, podemos melhor visualizar as distorções e transformações que podem surgir na representação dos limites narcísicos.

Os diversos envoltimentos sensoriais criam gradativamente contorno à criança através do qual o sentimento de “si mesmo” será sustentado.

O círculo maternante é assim chamado porque ele “circunda” o bebê com um envelope externo feito de mensagens e que se ajusta com uma certa flexibilidade deixando um espaço disponível ao envelope interno, à superfície do corpo do bebê, lugar e instrumento de emissão de mensagens: ser um Eu é sentir a capacidade de emitir sinais ouvidos pelos outros. (ANZIEU, 1985/1989, p. 69)

Em um primeiro tempo, a função continente é executada por esse objeto; em um tempo seguinte, o sujeito em formação precisa separar-se de seu objeto primário. O autor descreve o processo de formação de um envoltório “sob medida” que individualiza o bebê, lhe trazendo a confirmação de sua individualidade: “ele tem seu estilo, seu temperamento próprio, diferentes dos outros sobre um fundo de semelhança; ser um eu é sentir-se único” (ANZIEU, 1985/1989, p. 69). Da mesma maneira que Anzieu enfatiza a importância das trocas táteis na relação de apego na construção do eu, ele frisa a necessidade da renúncia ao contato e à comunicação corporal para que, em um segundo momento, outra forma de organização seja adquirida. O eu-pele como estrutura intermediária é o caminho para a aquisição de um eu pensante – mas, para Anzieu, a superação do eu-pele não é o desaparecimento de sua atuação:

ele é a tela de fundo sobre o qual o psiquismo vai se complexificar.

Os limites da imagem do corpo (ou a imagem dos limites do corpo) se adquirem durante o processo de separação da criança com sua mãe [...]. se trata de um processo simbólico de representação de um limite que tem função de ‘imagem estabilizadora’ e de envoltório protetor. (ANZIEU, 1997a, p. 203, tradução nossa)

São realçadas por Anzieu a função estruturante e organizadora dos interditos. A instauração do duplo interdito do tocar vai estimular a transformação do modo primário de relação e organização interna para outra modalidade de relacionamento e aquisição da capacidade simbólica desprendida, ainda que ancorada, do corporal. Trata-se de um interdito primário, anterior ao interdito edipiano, a partir do qual “a criança deve se afastar da fantasia de uma pele comum com a mãe ou o objeto maternante para adquirir sua própria pele, seu próprio eu, seu próprio pensamento” (ANZIEU, 2002, p. 51).

A primeira descrição de dualidade se refere ao interdito do tocar incidir ao mesmo tempo sobre as pulsões sexuais e agressivas – a criança aprende que não é permitido tocar as coisas com força desmedida, nem tocar todas as partes do corpo dos outros, por exemplo. Isso a protege da força de sua própria excitação, de seu excesso pulsional. A segunda dualidade comporta as dimensões das faces externas e internas do interdito: sua instauração se relaciona com a diferenciação interna do aparelho psíquico, contribuindo para o estabelecimento de uma fronteira entre o eu e o id.

Em um primeiro momento, as interdições estão a serviço da autoconservação, sinalizando os perigos que ameaçam a integridade física e a própria vida (não colocar a mão no fogo, na faca, no lixo, por exemplo); e comportam também a prescrição de contato (segurar a mão do adulto ao atravessar a rua). Já em um segundo momento, o interdito do tocar separa a região do familiar (protegida) e a região do estranho (perigosa) (ANZIEU, 1985/1989, p. 167). Gradualmente, a criança vai aprendendo a diferenciar ordens da realidade confusas na experiência tátil: “seu corpo é distinto dos outros corpos; o espaço é independente dos objetos que o preenchem; os objetos animados se comportam diferentemente dos objetos inanimados” (ANZIEU, 1985/1989, p. 168).

Assim como o edipiano, o interdito do tocar também se constrói em dois tempos. A primeira experiência tátil barrada é aquela do contato global dos corpos, remetendo à confusão de corpos. Um segundo interdito incide sobre o tocar manual, subordinando as ações da criança – seja de demonstração carinhosa ou agressiva – ao princípio de realidade. O interdito primário do tocar se opõe especificamente à pulsão de apego, enquanto o interdito secundário do tocar se dirige a restringir a pulsão de dominação. Isso envolve, por exemplo, o

controle do uso de força e a capacidade de espera – o toque depende da aprovação do outro, das circunstâncias adequadas. A partir de agora, “agir a partir dos desejos e das necessidades está pendente ao falar. Falar está pendente ao pensar. Em cada nível, a reflexividade das operações é conservada, transferida, transformada” (ANZIEU, 2002, p. 51).

Por fim, como última dualidade descrita, Anzieu (1985/1989) chama atenção para a bilateralidade de qualquer interdito, isto é, como o interdito se aplica tanto à criança quanto aos adultos que precisam respeitar esse espaço de distância física. Essa distância marca os primeiros passos de separação da criança que se dirige agora ao mundo à sua volta.

O interdito primário do tocar transpõe no plano psíquico o que o nascimento biológico operou. Ele impõe uma existência separada ao ser vivo em vias de se tornar um indivíduo. Ele proíbe o retorno ao seio materno, retorno que só pode ser fantasiado. (ANZIEU, 1985/1989, p. 169)

Todavia, o interdito do tocar favorece a estruturação do eu somente se o eu-pele for suficientemente bem adquirido.

Para que o eu pensante seja alcançado com suas funções bem preservadas, é necessário que as relações primárias e o trabalho de elaboração do bebê sobre os aspectos arcaicos ressoem as consequências de um bom encontro. O eu pensante é capaz de pensar e refletir sobre os estados e movimentos que afetam o corpo. Ele se configura como envoltório, agora mais abstrato, que assegura o sentimento de existência e identidade, sendo também responsável pelos conceitos, raciocínios, juízos, incluído aí o nível da razão. Seria realizada uma operação dupla: conter os pensamentos e transformá-los. Assim, “o aparelho de pensar os pensamentos [...] preenche três grandes funções: reguladora, crítica, criadora” (ANZIEU, 2002, p. 38). A atenção de Anzieu (2002) à base corporal do pensamento o leva, por fim, a afirmar que “todo pensamento é pensamento do corpo: do corpo próprio, dos outros corpos; o pensar procura reunir estes pensamentos em um corpo de pensamentos. Encontra-se aí um dos principais enunciados da psicanálise: o inconsciente é o corpo” (p. 38).

Cada etapa e particularidade que descrevemos ao longo deste capítulo, a respeito dos processos corporais que ancoram a formação do eu, comportam uma face estruturante e seu potencial desestruturador. Nos casos em que se dão repetidos excessos, invasões, ausências, frustrações prolongadas, precocidade de experiências, insuficiências, atropelos e disritmias, cria-se cenário potencial para distorções, fragilidades e uma vulnerabilidade acentuada das estruturas e funções egoicas. Nesse contexto, pode ser que o eu venha lançar mão de recursos defensivos arcaicos, regredindo a um modo de organização característico do eu corporal.

Essas formas rudimentares do eu podem atuar como organização defensiva, estados

primitivos que permanecem vivos e participam continuamente da atividade psíquica do adulto. Não só como defesa nos casos de sofrimento, mas também a partir de suas funções estruturantes, o eu corporal e o eu-pele permanecem em atuação, mesmo quando a atividade simbólica e a linguagem verbal se tornam o principal modo de elaboração das experiências. Cada vivência e cada relação afetam constantemente o sujeito em sua complexidade, em suas múltiplas camadas que se sobrepõem sem se apagar. A aquisição da linguagem verbal, isto é, da comunicação à distância que se inicia por gestos e depois encontra a palavra, depende da “conservação desse fundo originário eco-tátil da comunicação e sua reatualização, sua revivescência mais ou menos frequente” (ANZIEU, 1985/1989, p. 175).

Trata-se de compreender a ancoragem corporal do eu, ao mesmo tempo como substrato e como abertura: ela confere a densidade da experiência, sendo igualmente o lugar de entrada e afetação pelos elementos do mundo. A permanente atuação do campo sensorial figura, portanto, como importante elemento para pensarmos a escuta e a atuação clínica. Conforme defendemos, a dimensão arcaica do eu persiste por todos os momentos da vida. Restringir a observação de seus efeitos aos casos de sofrimento, em que a convocação corporal salta aos olhos, como exposto no primeiro capítulo, é de certo modo empobrecer a potência do corpo de seus aspectos vitalizantes. O encontro com o outro, as trocas intersubjetivas, culturais e a afetação sensorial compõem nossa experiência de “ser”. A atuação perene da sensorialidade enquanto estruturante da subjetividade se embaralha com a própria insistência do eu corporal que, em sua plasticidade, se apresenta tanto na exuberância de recursos defensivos arcaicos, como também em detalhes mais sutis da expressão corporal.

4 A PRESENÇA DO CORPO E DO SENSORIO: ABERTURA À ALTERIDADE

A atenção dirigida ao corpo, suscitada pela relevância que assume em algumas formas de expressão do sofrimento, conduz-nos a uma reflexão acerca de seus aspectos estruturantes na subjetividade. Considerando a implicação da dimensão corporal, tanto no âmbito das respostas defensivas, como também na sua função constitutiva, o corpo e, em especial, a sensorialidade são um campo no interior do qual estão reunidas as experiências intersubjetivas e intrapsíquicas. Quais os destinos da corporalidade na vida subjetiva? Para elaborarmos esta questão, iremos explorar a dimensão de temporalidade e, sobretudo, a permanência da implicação da esfera do corpo na vida subjetiva a partir de uma perspectiva ampliada.

As experiências primitivas marcam as formas de apreensão do mundo nos primórdios da vida, quando a relação com o outro é amparada pela comunicação corporal. De maneira complementar, os modos de exploração e elaboração dos diversos estímulos vivenciados pelo bebê estão alicerçados no corpo e nos movimentos de integração entre os múltiplos sentidos. Esses aspectos são anteriores à aquisição da linguagem verbal e são também sua condição de possibilidade. Desde Freud, sabemos que a temporalidade psíquica tem caráter complexo, de modo que as experiências infantis – e seus desdobramentos fantasmáticos – permanecem atuando na subjetividade do adulto com grande vivacidade. Da mesma maneira, os aspectos arcaicos estão igualmente presentes, mobilizando a vida subjetiva, sustentando, estruturando e infiltrando os arranjos simbólicos. Essa compreensão leva, por exemplo, Ciccone (2011) a apontar que a escuta do psicanalista precisa necessariamente captar as formas expressivas situadas aquém da atividade de representação pela palavra.

Tal reflexão nos conduzirá a explorar a dimensão da apresentação na vida psíquica, em contraponto com a representação. Scarfone (2014) assinala que a experiência bruta, não representada, pode se apresentar como um assombro desestruturante para a organização psíquica. Todavia, é também a partir dessa abertura ao mundo que a subjetividade mantém sua vivacidade, capacidade de afetação e a formação de novos arranjos. Buscamos agora afirmar, de maneira mais integrada, a ampliação dos destinos do corpo para além de sua incidência no sofrimento e nas respostas defensivas. Conforme o que viemos mostrando pouco a pouco ao longo da tese, a dimensão corporal, por meio do registro sensorio, da sensibilidade e da afetação estética, compõe a porosidade própria à relação interno/externo, eu/outro. E é justamente essa plasticidade do corpo, sua permeabilidade enquanto condição primordial, que permite a entrada de elementos frescos, possibilitando as transformações

subjetivas.

4.1 O INFANTIL

A experiência do infantil, por seu caráter constitutivo, permanece atuando na subjetividade ao longo da vida. Será, inclusive, a partir dessa consideração que o campo da psicopatologia irá se desenvolver, levando em conta as marcas, fixações e regressões que remetem às experiências e às relações precoces. O infantil conserva-se como zona viva e atuante, presente na subjetividade do adulto. A noção de infantil ganha independência da circunscrição da infância, posto que não está referida a um período específico da vida, mas a um modo característico de vivenciar o mundo e a si mesmo. Essa compreensão embaralha a concepção de uma temporalidade linear, indicando que diversos modos de organização coexistem no campo subjetivo.

Não há superação ou apagamento; o infantil permanece como parte significativa do sujeito que, a partir dele, “continua a perceber o mundo, a experimentar e interpretar os dados do mundo externo e do interno de acordo com suas características subjetivas próprias” (CICCONE, 2011, p. 12, tradução nossa). Roussillon (2007) aponta que o modelo do infantil é “reconstruído” a partir da clínica do adulto e do adolescente, mas também, paradoxalmente, da criança. Trata-se de um modelo deduzido pela clínica psicanalítica, indicado desde os primeiros textos de Freud (1950[1895]/1996), e que ganha expressividade a partir, inicialmente, da análise de casos de neurose e com a noção do inconsciente. No seio da concepção de infantil está incluída a sexualidade infantil, com suas faces disruptivas, criativas e as formações inconscientes. É no infantil que se localizam as formas mais elementares de defesa.

A tese de Laplanche (2015) sustenta que o infantil é, fundamentalmente, o funcionamento regido pela pulsão sexual infantil, caracterizada pela “busca incessante e [que] não reconhece o apaziguamento [...] falta-lhe sempre ligação, ela é sempre ambivalente” (p. 40). Trata-se do traço elementar que particulariza a experiência humana, inserida desde o início nas trocas sociais. A partir da necessidade relacional, em caráter de dependência, a criança está em uma posição assimétrica em relação ao adulto que porta um inconsciente, seu próprio inconsciente infantil, transmitido unilateralmente nas relações primárias. “É o sexual que tem sua fonte na própria fantasia, certamente implantada no corpo” (LAPLANCHE, 2015, p. 43).

O infantil concerne a uma temporalidade outra, caracterizada pelo tempo do *a*

posteriori ou *après-coup*. São experiências, impressas psiquicamente, posteriormente remodeladas em função de experiências novas, do acesso a outro grau de desenvolvimento (LAPLANCHE; PONTALIS, 1967/2004). Isso marca tanto sua vivacidade quanto seu caráter plástico, sua capacidade de remanejamento interno. Não é apenas o passado que interfere e modifica o presente e o futuro, mas o presente também interfere e modifica o passado. Não há uma linha do tempo progressiva em uma única direção. Laplanche (2015) ressalta como essa temporalidade se complexifica na medida em que se considera a presença do adulto – e das mensagens já carregadas de sentido – no processo de inscrição da experiência na criança:

Tanto Freud como todos aqueles que estudam a criança e a relação criança-adulto sempre concebem a criança e o adulto primeira e primariamente numa *sucessão*. A criança é o antepassado do adulto, a sua pré-história. O adulto reencontra em si, regressivamente, a criança e os traços da criança. O que insisto em afirmar é que criança e adulto - antes de a primeira ser o antepassado do segundo, ou o segundo ser aquele que encontra em si mesmo os traços da primeira - devem ser concebidos pela psicanálise, em primeiro lugar, numa *simultaneidade*, num *diálogo*, numa *troca de mensagens*. O adulto *na presença da criança*, um adulto que, nesta situação, vê rebrotar nele toda a sexualidade pré-genital, parcial, que visa às excitações e aos prazeres parciais. (LAPLANCHE, 2015, p. 111)

A dimensão do infantil e do *a posteriori* ganham centralidade nos casos de neurose a partir da escuta dos atos falhos, dos sonhos e da interpretação desses elementos na relação transferencial, expressando o papel fundamental da fantasia na formação dos sintomas. No entanto, como vimos anteriormente – no capítulo inicial desta tese –, desafios clínicos se impuseram por quadros que não se encaixavam no modelo clássico da neurose, seja no sentido da organização defensiva e sintomática do sujeito, seja pelos limites quanto à utilização mais clássica do método psicanalítico. O modelo da cura pela palavra, baseado na associação livre e em interpretações por parte do analista, não encontrava grande ressonância em todos aqueles que buscavam o tratamento psicanalítico. Isso colocou em evidência que a associação verbal e a palavra, inseridas no campo da representação simbólica, constituem apenas uma parcela do material que pode habitar o encontro analítico.

Ferenczi (1931/2011) foi um dos pioneiros a compreender e a propor que a “incurabilidade” de certos pacientes poderia se dever à inépcia daqueles psicanalistas que permaneciam apegados a uma rigidez do método clínico. Nos casos cujo trabalho clínico se revelava há muito tempo estancado, o autor sustenta a ideia de que a associação livre continuava sendo uma “seleção muito consciente de pensamentos” (p. 81). Sua postura criativa e desbravadora o levou a propor alterações no método clínico, na busca de permitir e incentivar um estado mais “relaxado” de seus pacientes. Nesse cenário, o que Ferenczi começou a fazer foi buscar se relacionar com a criança no interior do adulto que, por sua vez,

pode expressar seus aspectos mais infantis.

Essa proposta traz para o interior da cena analítica a dimensão do lúdico, do jogo e da brincadeira. Com ela, Ferenczi pôde também criar um ambiente propício para que outras formas de comunicação viessem à tona em toda sua potência, acolhendo de maneira explícita as formas mais primitivas de expressão através do corpo, tais como “explosões afetivas, de reproduções vivas, quase alucinatórias, de cenas traumáticas, de espasmos e de parestesias” (FERENCZI, 1931/2011, p. 92). Poder escutar essas manifestações corporais está em consonância com a compreensão de que “as reações da criança pequena ao desprazer são sempre, em primeiro lugar, de natureza corporal; somente mais tarde a criança aprende a dominar seus movimentos de expressão” (FERENCZI, 1931/2011, p. 93).

Esse movimento de Ferenczi respalda a compreensão de que o infantil não se restringe à dimensão da representação simbólica das formações inconscientes, mas igualmente se apresenta na mobilização afetiva e na expressão corporal. No tipo de escuta que preconiza, portanto, outros movimentos expressivos do corpo são considerados como elementos clínicos dignos de atenção, os quais são tão relevantes para o trabalho psicanalítico quanto o uso da palavra.

As consequências que isso traz à clínica não podem ser ignoradas, uma vez que Ferenczi propõe a abertura da psicanálise à multiplicidade expressiva do corpo, colocando em questão a hegemonia da linguagem verbal como condição de possibilidade da experiência psicanalítica e conferindo, no mesmo gesto, potência a outras formas de expressão. (CÂMARA, 2018, p. 8)

Os modos de expressão mais primitivos coexistem lado a lado com os modos de expressão mais tardios; Ferenczi estava atento a não sobrepor ou excluir a percepção de cada uma dessas instâncias. Para ele, “a refinada análise econômica, tópica, dinâmica, a reconstrução da sintomatologia” que remontam às investigações sobre “as causas que determinam as medidas preventivas, a ambivalência afetiva e da maneira de agir” compõem uma “superestrutura intelectual” própria do trabalho analítico (FERENCZI, 1931/2011, p. 93). Esses aspectos dos mecanismos intrapsíquicos são elementos importantes do trabalho analítico que, no entanto, não se esgota aí. Ferenczi defende que a análise ultrapasse esses estados mais “adultos” para deixar falar a criança. Em outras palavras, ele advoga por uma psicanálise que possa transitar entre os modos de expressão próprios de uma organização mais madura, como se dá através da fala, em aliança com as expressões corporais não mediadas pela linguagem verbal, como gestos e explosões afetivas.

4.1.1 O corpo nos diversos modos de expressão

Na leitura de Câmara (2018, p. 7), Ferenczi faz o exímio trabalho de descrever “a origem, transformação, complexificação e interação de diversas formas de expressão” no texto de 1913, “O desenvolvimento do sentido de realidade e seus estágios”. Suas observações sobre o referido autor ressaltam a centralidade que este confere ao corpo, desde suas manifestações mais visíveis até as formas de expressão que “parecem dele prescindir, como o pensamento”. Mobilizado pelo sentimento de onipotência na neurose obsessiva, em que se tem a forte crença de que algumas de suas ações ou pensamentos realizam-se no mundo, Ferenczi (1913/2011) questiona como o pensamento está assimilado à ação. A compreensão de que a neurose obsessiva é um retorno da vida psíquica a uma etapa infantil do desenvolvimento leva-o a se debruçar sobre os processos de desenvolvimento do eu para pensar sua relação com a realidade e, acrescentaríamos, os diferentes modos da atuação do corpo nesses processos.

Ferenczi (1913/2011) tinha a intuição de que a vida psíquica do ser humano não se inicia após o nascimento, mas está presente desde a existência intrauterina. Essa assunção é central para o desenvolvimento de seu pensamento, pois a experiência de “ser” ainda no interior do útero será o paradigma da onipotência. Ali, dentro do ventre, com todas as necessidades fisiológicas atendidas pelo cordão umbilical, em um ambiente protegido e relativamente estável – ao menos, mais estável do que a vida terrestre – o feto não teria mais nada a desejar, uma vez que suas necessidades estariam supridas. Esse estado ideal, submetido somente ao prazer, ganha em Ferenczi estatuto de realidade, de experiência vivida, e não apenas uma ficção fantasmática de onde emergiria o desejo. Para Ferenczi (1913/2011), o que orienta o movimento do ser no mundo é o desejo de regressão a esse estado em que a criança teve a impressão de ser realmente onipotente.

Vimos anteriormente que o ambiente intrauterino proporciona uma série de estímulos sensoriais a partir dos quais uma experiência de continuidade de ser é experimentada. O nascimento configura uma quebra dessa forma conhecida de mundo – que, na teoria ferencziana, recebe o estatuto de “catástrofe”. De acordo com Câmara (2018, p. 18), “a catástrofe é, pois, um evento externo, ou melhor, um acontecimento que vem de fora, produzindo uma multiplicidade de fraturas nas condições de vida de que a criança gozava, a ponto de torná-las insustentáveis”. Por sua radicalidade, a catástrofe comporta a exigência de um remanejamento de si e do mundo para que sejam criadas novas formas de vida possíveis. É nesse sentido que a criança (e também o adulto) age buscando criar condições para a vida,

tendo como referência última a sensação de completude (narcísica e objetal) experimentada no ambiente uterino.

Quando os adultos responsáveis pelos cuidados da criança pequena estão presentes e atentos, esse sentimento de onipotência é ampliado para os primeiros períodos da vida. O que a criança ainda não sabe é que a continuidade do seu bem estar, bem como a continuidade de um entorno sensorial, que remete à vida no ventre, depende da ação dos adultos à sua volta. Os gritos e toda agitação corporal denunciam a aflição dessa mudança abrupta de meio, convocando os adultos a circundarem a criança com um ambiente sensorial específico. Normalmente, após o nascimento, ela é envolvida em tecidos macios e quentes, permanece envolta e embalada pelos corpos de seus cuidadores, tem seus olhos protegidos da luminosidade, cantam-lhe cantigas de ritmo monótono, aproximando-se, assim, o máximo possível das condições intrauterinas. O apaziguamento promovido por essa ambientação específica será vivenciado pela criança como realização sua, já que cria uma correspondência material de seus estados alucinatórios, característica desse período de onipotência alucinatória mágica (FERENCZI, 1913/2011).

Câmara (2018) ressalta que, em Ferenczi, as primeiras experiências alucinatórias visam repetir a reconstrução da relação corporal concreta da criança com o ambiente em que se encontrava em um momento anterior ao nascimento – deslocando, ou melhor, regredindo um tanto mais que Freud, com o clássico exemplo da vivência de satisfação situado na experiência da mamada. Vale destacar a observação de Câmara (2018) de que a alucinação engloba todo o corpo, incluindo sensações táteis e olfativas. Sabemos, no entanto, que a alucinação não é o suficiente para a realização do desejo que progressivamente se complexifica. A crescente especificação das demandas infantis empurra a criança a produzir sinais que comuniquem a particularidade de seu incômodo: fome, irritação intestinal, vontade de alcançar determinado objeto.

O estágio alucinatório já se caracterizava pelo aparecimento de descargas motoras descoordenadas (gritos, agitação) no momento em que surgiam afetos de desprazer. A criança utiliza agora essas descargas como sinais mágicos, cuja emissão realiza prontamente a percepção da satisfação (naturalmente graças a uma ajuda externa, da qual a criança não tem, aliás, a menor suspeita). (FERENCZI, 1913/2011, p. 51)

Ainda no campo de uma impressão de onipotência, em que um “gesto mágico” desencadeia a satisfação, a linguagem gestual acrescenta importante e elaborada camada das formas expressivas. A partir dela, os movimentos que antes eram descoordenados e quase acidentais, com valor de descarga, passam a ser gradativamente coordenados e investidos de intenção. Ferenczi (1913/2011, p. 52) descreve “a imitação com a boca dos movimentos de

sucção quando o bebê deseja ser alimentado e as manifestações características, com ajuda da voz e de contrações abdominais, quando deseja ser trocado”. Desse modo, a criança vai aprendendo a moldar o seu próprio corpo para, em consequência, moldar o mundo à sua volta, comunicando, ainda que inconscientemente, a direção de seu desejo.

Com o acúmulo de experiências, a criança amplia seu repertório motor, mas não somente: a variedade e a especificidade das coisas que lhe interessam se expandem, de modo que “a criação de diversos gestos [...] serão ligados à realização de uma pluralidade de desejos” (CÂMARA, 2018, p. 24). A esse respeito, Câmara (2018, p. 24) afirma que, “com a complexificação dos desejos, pois, a criança produz uma verdadeira arquitetura de gestos e sinais, que são combinados e recombinaos para explorar novas maneiras de usar uma forma de expressão já criada”.

Na medida em que os desejos se especializam, as experiências de frustração se tornam mais presentes, já que não é possível que os cuidadores sigam sempre adivinhando, ou mesmo atendendo prontamente, às demandas da criança. O mundo externo começa, então, a dar seu sinal, criando abalos na impressão de onipotência e impelindo a criança a uma diferenciação primária entre eu e não eu. Isso implica que a criança precisa elaborar a compreensão do mundo como algo diferente de si, mas que só será possível a partir da criação de relações simbólicas entre “o corpo humano e o mundo dos objetos”, como aponta Ferenczi.

Nesse estágio, a criança só vê no mundo reproduções de sua corporalidade e, por outro lado, aprende a figurar por meio de seu corpo toda a diversidade do mundo externo. Essa aptidão para a figuração simbólica representa um aperfeiçoamento importante da linguagem gestual; ela permite à criança assinalar não só os desejos que envolvem diretamente seu corpo, mas exprimir também desejos que se relacionam com a modificação do mundo externo, doravante reconhecido como tal. (FERENCZI, 1913/2011, p. 54)

Câmara (2018) observa que, para Ferenczi, o símbolo cria importante inflexão nas formas de linguagem gestual, pois é a partir do simbolismo que a criança passa a apreender o mundo como algo diferente de si. No entanto, é justamente através de seu corpo, isto é, aquilo com o qual a criança possui a maior familiaridade, que vai começar a elaborar esses elementos agora compreendidos como externos. De acordo com Ferenczi (1913/2011), ela investe o mundo com qualidades que descobre em si mesma e tenta reencontrar nas coisas o seu próprio funcionamento. Trata-se, pois, de uma “via de mão dupla que, no fundo, caracteriza os modos de expressão: por um lado, apreensão do mundo, por outro, figuração desse mundo por seus próprios recursos, por seu próprio corpo, por suas formas particulares de expressão” (CÂMARA, 2018, p. 26).

O simbolismo verbal, através da palavra, é decorrente de uma diferenciação do

simbolismo gestual. É interessante observar como Ferenczi considera a palavra, geralmente identificada com qualidades abstratas da vida psíquica, como mais uma expressão corporal; em última instância, afinal, toda expressão é corporal. Segundo o autor, “em sua origem, a linguagem é a imitação, ou seja, a reprodução vocal de sons e ruídos produzidos pelas coisas ou que se produzem por intermédio delas” (FERENCZI, 1913/2011, p. 55). Antes de mais nada, a palavra é uma expressão sonora ativada pelos órgãos da fonação – localizada, portanto, no corpo – e será posteriormente gráfica, com a escrita. Da mesma maneira que os movimentos descoordenados se refinam em gestos dotados de intenção e simbolismo, o grito e as vocalizações também se especializam, abrindo caminho para um encadeamento coordenado de sons. Gradativamente, certas sequências de sons associam-se às coisas e passam a ser identificadas com elas.

A conquista desse modo de expressão confere ao psiquismo uma economia de energia, que pode comunicar com muito mais precisão e rapidez do que demanda a representação por imagens e a encenação dramática. Todavia, a palavra conserva ainda qualidades imagéticas e motoras. Câmara (2018) salienta que, antes de se tornarem elementos abstratos, as palavras envolvem imagens sonoras e gráficas. Escutá-las e vê-las mobiliza a imaginação como se estivesse diante dos objetos que representam. As crianças, inclusive, costumam tratá-las como coisas concretas. Observa ainda Câmara (2018), que Ferenczi atribui às palavras um elemento motor, tanto na compreensão da fala como ação em si, mas também pelos seus efeitos. Ferenczi (1910/2011) frisa que as palavras obscenas portam essa dimensão da ação de forma exuberante: proferi-las é, por si só, cometer um ato obsceno – mas poderíamos pensar também nos efeitos tocantes da fala terna, por exemplo.

Com Ferenczi, salientamos que toda forma de expressão é corporal. A aquisição da linguagem verbal, que permite o pensamento consciente e a expansão das relações simbólicas, está inserida em uma trajetória de especialização dos recursos corporais. Afinal, não há como retirar os movimentos do corpo envolvidos em qualquer que seja sua modalidade expressiva. A atenção de Ferenczi a essa multiplicidade de formas – que comporta a sensorialidade, a motricidade e a palavra – compreende a simultaneidade da atuação de todas essas camadas ao longo da vida. O acesso à linguagem verbal não suprime a diversidade envolvida em toda expressão humana, seja da criança, seja do adulto. A esse respeito, Câmara (2018) faz a seguinte observação:

Ao dar cidadania aos outros modos de expressão, Ferenczi não apenas os colocou em cena – retirando-as da exclusão – como garantiu que fossem recebidos e pensados em toda sua especificidade. O resultado desse gesto é o de fazer com que a linguagem verbal não seja separada fundamentalmente dos demais modos de

expressão, como se fosse o zênite de um processo evolutivo que, por algum motivo destacada do resto, serviria de modelo para pensá-los *a posteriori* de acordo com suas próprias regras. (p. 39)

O autor argumenta que a categoria “pré-verbal”, embora muitas vezes usada para lançar luz “sobre extratos históricos não abarcados pela linguagem” (p. 39), ainda coloca a linguagem verbal como categoria hegemônica. Eleger a linguagem verbal como operador regulatório, que dita um “pré” e um “pós”, favorece um tipo específico de modalidade expressiva sobre os outros. A distinção que traçamos para fins analíticos entre “corpo” e “palavra”, portanto, não compreende o verbo como um dado além do corpo, ou como sendo abstraído de sua dimensão corpórea. Trata-se sobretudo de uma distinção entre os graus de implicação e de abstração dos elementos corporais, dos mais amplos aos mais sutis.

A tendência a organizar em hierarquia as diferentes modalidades da experiência atribui à palavra estatuto privilegiado. Essa valoração incorre, muitas vezes, no apagamento da trajetória necessária para o acesso à fala e silencia também a permanência dos outros elementos corporais embutidos na expressão verbal que confere a subjetividade do ser falante. Em lugar de oposição, propomos a ideia de construção contínua e cumulativa entre esses registros. Essa continuidade, todavia, não implica uma progressão, mas uma ampliação dos recursos possíveis que ora ganham maior ou menor intensidade. Não se trata, portanto, de compreender a fala como lugar de chegada. Ela é uma nova possibilidade expressiva que, como as outras, apresenta algo de singular que só pode ser acessado ali. Ao mesmo tempo, sua especificidade não retira o valor daquilo que só pode ser expresso através do gesto ou das expressões sensoriais. É a coexistência desses múltiplos recursos que tornam ricas e plurais a comunicação humana e a possibilidade de compartilhar ou de expressar o próprio mundo subjetivo.

A linguagem cria graus de complexidade de significação do mundo e de nossas experiências, além de oferecer diversos recursos expressivos que têm função comunicativa e de descarga. Essa sofisticação opera também uma redução econômica da convocação somática para promover uma ação no mundo. Queremos dizer que a palavra ganha um sentido material, ao mesmo tempo em que, ao enunciar algo, ela libera a extensão do corpo de seu movimento análogo na intensidade exigida pelo gesto. No entanto, a capacidade de falar e de nos expressar pela linguagem não inibe por completo nem o grito nem a gestualidade. Por mais que se alcance a elaboração mais abstrata, certos eventos promovem uma supressão, mais ou menos temporária, dessas diferenciações internas. Isso se torna mais visível nos casos de dor ou de júbilo intenso, mas a percepção atenta é capaz de captar que os modos

expressivos exuberantes no bebê e na criança pequena permanecem atuando na vida adulta de forma perene.

A fala é composta pelas modulações afetivas presentes na tonalidade, no ritmo, na melodia, na altura da voz, elementos integrantes dos conteúdos expressos na linguagem oral, além dos gestos e da postura corporal que a acompanham. De modo correlato, sublinha D. Anzieu (1997a), que a escrita preserva a expressão subjetiva pela marca do estilo de quem escreve.

[...] o sentido nasce do corpo, do corpo real e do corpo fantasmado da criança, em interação com o corpo privilegiado da mãe e com os corpos circundantes, seres e objetos. Só existe comunicação significante por intermédio do peso de carne que ela veicula, pelas zonas erógenas ou dolorosas do corpo de onde ela provém ou a que vista, por meio dos vividos corporais e, em seguida, psíquicos que ela evoca. (ANZIEU, 1997a, p. 11)

Annie Anzieu (1997) localiza na voz do recém-nascido o primeiro sinal de seu aparecimento na vida fora do útero. O grito orgânico inicial logo ganha resposta de seu cuidador e torna-se signo, a ser atribuído de significados pelo adulto em algumas semanas. A boca concentra o lugar de prazer, de incorporação e também o lugar de expressão. O grito denuncia uma distância entre o bebê e seu cuidador, tornando-se um meio para evocá-lo, trazendo-o para perto. Annie Anzieu (1997) acrescenta, ainda, que a separação entre a boca do bebê e o seio estabelece uma distância espacial e temporal que passa a ser preenchida pela voz da criança, bem como a de seu cuidador. “A voz prolonga a boca, que mama nos limites perceptíveis ao ouvido” (p. 151), a autora nos diz. A voz, tanto através do grito, como da palavra, tem inicialmente função de apelo e contato com o objeto primário.

A voz não ganha sentido apenas pela significação que será adquirida pela linguagem, mas indica, sobretudo inicialmente, uma forma de contato e de estar em relação ao outro. As diferentes modalidades expressivas inserem-se, então, em um contexto também social – não apenas expressivo, mas comunicativo, na medida em que as figuras do ambiente podem receber aquelas mensagens externadas. Sobre esses aspectos, Ferenczi se destaca, não só por compreender a pluralidade dos modos expressivos, mas por estar atento à amplitude dos elementos que integram a escuta e a percepção do analista. Sendo capaz de valorizar as diferentes manifestações do corpo como parte de uma composição poliforme, as formas sensoriais e gestuais se tornam elementos indispensáveis da expressão humana.

Os diversos modos como o corpo se expressa têm sua própria potência singular, e uma não precisa estar subsumida a outra e nem ser transliterada para uma específica, supostamente superior. Ferenczi rompe com a hegemonia da linguagem e defende uma pluralidade da expressão. As consequências disso para a clínica são, a nosso ver, incalculáveis, e a principal delas pode ser, desde já, indicada: as manifestações

corporais não são índices de um suposto déficit de simbolização da linguagem. O que está em jogo em Ferenczi é outra coisa: ele defende a pluralidade dos modos de expressão, a multiplicidade expressiva do corpo. (CÂMARA, 2018, p. 39-40)

Cada modo expressivo tem, portanto, seu lugar. Nessa perspectiva, as expressões corporais que acionam de maneira mais enfática a sensorialidade e a motricidade não estão restritas a um determinado quadro clínico ou apenas a manifestações sintomáticas. O sujeito se expressa de maneira polimorfa e multifacetada independente da organização psíquica que apresenta de modo prevalente. Para além da dimensão expressiva presente de forma indelével na globalidade do corpo, as diversas manifestações corporais do sofrimento, tais como as somatizações e a conversão, podem se apresentar em variadas configurações clínicas, uma vez que os recursos sensoriais e motores fazem parte da variedade expressiva própria à subjetividade.

4.1.2 **O arcaico no interior do infantil**

Nas últimas décadas, os diferentes quadros clínicos nos quais a problemática narcísica ocupa lugar de destaque exigiram da psicanálise reflexão e exploração atenta de estágios cada vez mais arcaicos da vida psíquica. Quanto mais se opera essa regressão a tempos primordiais, mais nos aproximamos da preponderância dos aspectos sensório-motores em relação à constituição e ao funcionamento da vida psíquica. Investigar a dimensão do arcaico significa se debruçar sobre os diferentes componentes corporais, inter e intrassubjetivos, que compõem as experiências primitivas.

As pesquisas voltadas para esses elementos se revelam cada vez mais complexas, articulando a escuta clínica do infantil e do arcaico (nos adolescentes e adultos) com o trabalho direto da observação de bebês e a clínica com crianças, como fazem, por exemplo, Anzieu (1985/1989), Roussillon (2007) e Ciccone (2011). O interesse pelas experiências primárias não permite apenas enriquecer a compreensão e o manejo da clínica com crianças, mas expande também a escuta voltada para adolescentes, adultos e idosos. Os elementos presentes nos primórdios constituem núcleos atuantes da subjetividade ao longo da vida; referem-se, portanto, a formas de organização psíquica e não à circunscrição típica de cada fase geracional.

Considerando todas as experiências precoces constitutivas dos diferentes modos de experimentar o mundo, as relações e a si próprio, Roussillon (2007) e Ciccone (2011) propõem que os estados arcaicos da subjetividade sejam abordados em sua especificidade, no

interior do infantil. O arcaico concerne às primeiras formas de organização psíquica, marcadas pela relação íntima e dependente com os cuidadores e, precisamente, pela centralidade da atenção ao corpo. A vida psíquica do bebê se forja pelo despertar sensorial e motor, ao mesmo tempo em que por aí se expressa.

Roussillon (2007) questiona a compreensão do infantil como unidade, uma vez que poderia ser vantajoso destrinchar diferenciações em seu interior, em função da exploração da diversidade das manifestações clínicas em questão. A diferença reside, então, entre a criança que fala e se constrói em conexão com a linguagem verbal, e o bebê que ainda não possui esse modo de expressão e deve comunicar o que vivencia em formas não verbais, com todo o seu corpo. O autor aponta que essa distinção, presente na infância, encontra um correlato na noção de infantil. Com isso, ele propõe “diferenciar o infantil precoce do infantil edipiano” (p. 39, tradução nossa).

Para Ciccone (2011), o arcaico diz respeito às origens e ao registro primário. Por mais que o amadurecimento transforme e encubra esses primeiros vividos, eles não serão jamais perdidos: apresentam-se através de seus rastros sob a forma de angústias, modos de defesa, tipos de relação com o mundo. O arcaico está contido no interior do infantil, descrito por Ciccone (2011) como “a parte bebê”. Esses aspectos concernentes ao início da vida permanecerão presentes na criança, no adolescente e no adulto, apontando para os signos não verbais, infraverbais e corporais. Esses elementos geram interesse por seu caráter de testemunho da “emergência da vida psíquica e de uma experiência emocional, subjetiva, e em particular da criação de uma primeira forma, de uma primeira expressão e comunicação da dor psíquica e do sofrimento” (p. 22, tradução nossa).

A figura metapsicológica do eu corporal se oferece como sinal da permanência de uma organização arcaica que se expressa e apreende o vivido em seus aspectos formais, no registro da sensorialidade. Ela expressa notícias dos primórdios, do encontro corpo-a-corpo com a alteridade. As formas primárias de organização psíquica não desaparecem nem são superadas pelo ganho de complexidade que o aparelho psíquico adquire. Elas atuam de maneira permanente, ora como pano de fundo dos aspectos mais maduros da subjetividade, ora tendo os processos psíquicos e os modos de expressão como protagonistas. Além da própria organização psíquica arcaica, as vivências dos primórdios compõem o mundo interno do sujeito em formação, ainda que ele não possa simbolizá-las e significá-las. Roussillon (2007) designa como “experiências subjetivas primitivas” aquelas que precedem o aparecimento da linguagem verbal, indagando a respeito de como essas experiências podem ser comunicadas, tanto no momento que são vividas, como em tempo posterior.

No que concerne à questão do manejo na clínica e ao que essa esfera pode servir de norteadora na compreensão dessas questões, a aposta de Ciccone (2011) é que todos os pacientes portam “aspectos bebês”. A abordagem clínica para sua escuta se ancora na observação e na decodificação das manifestações corporais não verbais. Assim como na observação direta de bebês, o foco aqui incide nos sinais mais sutis, os quais expressam as experiências afetivas e emocionais. A dimensão corporal está implicada na cena analítica em sua globalidade: a postura, os gestos, o comportamento, o ato, o movimento compõem os diversos elementos que testemunham a presença dessa dimensão arcaica. O que é expresso pelo corpo deve, portanto, ser levado em consideração, assim como o discurso verbal. A linguagem não está fora dessas considerações; afinal, o arcaico se infiltra no estilo retórico e na prosódia do falante, compondo as características singulares daquela maneira de dizer.

A linguagem verbal não transmite, de fato, apenas formas refletidas de representação psíquica, ela contém também um modo de ação, um modo de influência que atua sobre o outro e lhe comunica, para além dos conteúdos das próprias palavras, experiências de ser. As representações das coisas, as representações da ação, os primeiros modos do significante são transferidos para o aparelho de linguagem. (ROUSSILLON, 2004, s.p., tradução nossa)

No entanto, nem todos os elementos vivenciados e impressos psiquicamente pelo bebê serão transferidos, ou embutidos, no aparelho de linguagem. Parte significativa permanece em estado bruto ou, se quisermos, em estado potencial. No primeiro capítulo, vimos como esses elementos podem perturbar a organização psíquica – marca da insistência de um traumático de caráter desestruturante na base de certas situações clínicas. Nesses casos, os elementos não integrados no campo simbólico ou recalçados permanecem no campo psíquico como enclaves. Estes buscarão formas de expressividade não verbais pela compulsão à repetição e pelas passagens ao ato, por exemplo. Mas é importante perceber – e este é um ponto central em nossa argumentação – que esse plano do arcaico pode se expressar de maneira mais sutil, em pequenos gestos, posturas e reações corporais. E isso não necessariamente em uma dimensão psicopatológica, mas como parte integrada da vida cotidiana e dos movimentos expressivos de cada um.

Ciccone (2011; 2012) alega que o sofrimento mais doloroso, mais desorganizador, é aquele relativo à parte infantil, em especial aos aspectos arcaicos. Ao testemunhar uma dor, um sofrimento ou uma maneira de defender-se deles, o analista deve se questionar “quem fala”: é a criança, o adolescente, o adulto ou o bebê que ali se manifesta? Claro que, na maioria das vezes, todos esses aspectos se misturam, se entrecruzam e se afetam mutuamente – no entanto, esse exercício metafórico pode auxiliar direções de manejo e, certamente, indica

que a escuta não se dirige apenas ao verbal, mas envolve uma recepção por todo o corpo do analista.

O conhecimento sobre os aspectos arcaicos – e não só o conhecimento intelectual, mas o contato com essa dimensão do universo subjetivo – constitui uma forma de abertura a esses elementos que se apresentam fora da linguagem verbal. Cervo (2021) defende a importância da implicação da sensorialidade do próprio analista no trabalho clínico. Através da afetação no corpo do analista, em sua dimensão tanto perceptiva, como sensorial, o sofrimento enraizado no domínio do arcaico pode ser compartilhado e, a partir de então, se tornar matéria de transformação psíquica. De acordo com Roussillon (2009), as linguagens do ato e do corpo são sempre portadoras de um sentido em potencial. A construção desse sentido, no entanto, não se esgota no ato de expressão, mas conta com a resposta do objeto para que a significação seja integrada. Trata-se, sobretudo, de uma linguagem em sentido potencial, que pode ou não alcançar a transformação psíquica, caso seu receptor acolha e devolva, em uma construção conjunta, uma costura simbolizante para os elementos não codificados.

Portanto, na consideração da associatividade psíquica, convém entender não somente as relações que se estabelecem entre os significantes verbais, mas também como a linguagem do afeto, aquela das representações de coisa e as representações vêm se misturar às primeiras. É preciso entender o polimorfismo da associatividade psíquica. (ROUSSILLON, 2009, s.p.)

Para integrar os elementos arcaicos em sua escuta, o trabalho do analista precisa contar com uma associatividade polimorfa: a associação se dá também entre as sensações despertadas, os gestos, os atos, as expressões afetivas. Tais irrupções corporais não oferecem esses elementos, não organizados, em uma narrativa, mas apresentam a própria experiência vivida em sua atualidade. O trabalho sobre esse material clínico se encaminha, em geral, para a construção dos processos de simbolização, acrescentando camadas àquilo que se apresenta próximo ao estado bruto. Iremos, em seguida, nos deter sobre aquilo que esse material escancara: os limites da representação.

Terá sempre o trabalho analítico o objetivo de transformação desses elementos arcaicos, buscando transformá-los em conteúdos psíquicos da ordem da representação simbólica? Como vimos anteriormente, o trabalho de construção simbólica é uma das funções primordiais do psiquismo. Entretanto, compreendemos que a representação é apenas uma parte daquelas que compõem a pluralidade dos modos de registro e de expressão das experiências. Tanto na cena clínica como nos diferentes modos de apresentação da subjetividade, o corpo não só veicula “embriões de sentido”, como também se modula em diferentes formas expressivas. Se essa variedade de formas de expressão abarca desde os

“aspectos bebês” aos mais maduros da subjetividade, as manifestações corporais que escapam à linguagem tem o seu lugar de legitimidade e, nesse sentido, de preservação e potência.

Não se trata de negar ou diminuir a importância dos processos de simbolização e da possibilidade de construção de narrativas sobre si, de contar sua própria história. Trata-se, sobretudo, de compreender que essa história comporta elementos não incluídos na linguagem. A apresentação de determinados conteúdos em manifestações corporais não deve ser considerada como falência dos recursos psíquicos, em uma lógica deficitária, que precisa ser superada. O arcaico, afinal, será sempre um elemento perturbador, uma ameaça para a organização psíquica? Barbosa (2013) chama atenção para a concepção corrente em psicanálise de que “o afeto livre, insubordinado e insubordinável ao sentido, seria derivado da hegemonia da pulsão de morte sobre as pulsões de vida” (p. 227) e traz as seguintes indagações:

será que a única relação possível entre o afeto e o sentido é aquela de uma subordinação do primeiro ao segundo? Será que não pode haver um afeto que, mesmo sem se submeter ao sentido, ainda que livre, não coincida com a ação disruptiva da pulsão de morte? (BARBOSA, 2013, p. 227)

Os aspectos arcaicos estarão presentes e atuantes e, nesse sentido, podem comportar uma face traumática e desorganizadora, mas também são constituintes do mundo subjetivo, com suas particularidades expressivas. Concordamos com Câmara (2018), quando afirma a importância

de abrir e estabelecer condições para a expressão espontânea do corpo e dos afetos, indicando desta maneira que o corpo, tal como abarcado no processo analítico, não precisa ser considerado um fenômeno circunscrito a uma lógica deficitária ou, o que dá no mesmo, indesejável. (p. 5)

Como pontua Roussillon (2009),

Uma expressão verbal desprovida de afeto e de expressividade corporal produz um efeito de mal-estar no interlocutor, torna difícil a empatia, deixa transparecer como o sujeito é clivado da criança que ele foi e do fundo da experiência afetiva humana. As formas das primeiras linguagens, a linguagem do afeto e a linguagem da expressão mimo-gesto-postural, testemunhas dos primórdios da vida psíquica, primeiras tentativas de trocas e de comunicação, mantêm-se durante toda a vida e permanecem necessárias à expressividade, e isso mesmo quando a linguagem verbal já garantiu seu predomínio sobre as outras formas de expressão. (s.p.)

A supressão dos aspectos sensório-motores da subjetividade aponta para um esvaziamento das potencialidades psíquicas, da capacidade de se afetar e de expressar pensamentos e emoções. Quando clivado, o corpo esvazia o sentido embutido na fala. Didier Anzieu (1997b) assinala que “uma língua é um código comum a todos aqueles que a falam,

mas aqueles que a falam a atualizam, infletem-na, modulam-na, transgridem-na, pervertem-na para expressar, para fazer reconhecer, para impor sua subjetividade” (p. 19). Da mesma maneira que o código pode ser usado como meio de expressão de si, também pode ser base das manifestações de cisões defensivas através das quais a língua passa a servir para um falar mecânico que não significa mais nada. Além de suas particularidades, os elementos arcaicos e a expressividade corporal sustentam a vivacidade e a potência expressiva dos elementos mais maduros, como a linguagem.

Na mesma medida em que o infantil arcaico remonta às experiências psíquicas dos primórdios, ele também atua como dimensão da experiência no presente. O corpo em sua extensão sensorial continua captando, apreendendo e experimentando o mundo e as relações a partir desse registro primário – ainda que não seja, agora, o único. Mas diversas experiências, como, por exemplo, o “hospitalismo” e as situações prolongadas de privação sensorial, geram intensas desorganizações psíquicas a qualquer pessoa submetida a esse tipo de mudança radical de seu ambiente. Isso mostra como a continência pela sensorialidade continua sendo um centro organizador da subjetividade, apesar de estarmos, muitas vezes, pouco atentos a esse respeito. O arcaico é um estado permanente, que sobrevive ao amadurecimento das outras partes do mundo psíquico, mantendo sua função estruturante.

Defendemos que a compreensão da expressão corporal para além da dimensão do traumático – que aponta para a fragilidade dos recursos psíquicos, para uma precariedade do eu – amplia os horizontes de escuta, seja ela voltada para crianças, adolescentes, adultos, famílias ou formações grupais. Compreender que o corpo não aparece apenas como expressão do traumático, mas integra as mais diferentes formas de expressão independente do quadro clínico em questão, é afirmar a radicalidade da compreensão de *que a dimensão corporal está implicada em toda e qualquer organização psíquica* e que a escuta desses aspectos é relevante, mesmo quando não se coloca como eixo central do sofrimento. Pensar, com Ciccone (2011), sobre a “parte bebê” do ser, destaca a permanência e *continuidade da atuação do eu corporal* na vida infantil e adulta.

Ciccone (2011) chama nossa atenção para a temporalidade das experiências precoces e dos aspectos arcaicos, os quais não são apenas convocados *a posteriori*, ou como lembranças do passado, mas trazem à tona a dimensão do atual. O arcaico não pertence apenas à história passada do sujeito, mas é também próprio ao presente. Roussillon (2009) pontua que “tais experiências são vividas fora do tempo, ou, em todo caso, fora do tempo cronológico, o que significa que, qualquer que seja sua duração efetiva, elas tendem a não ter início nem fim, principalmente quando são carregadas de desprazer” (s.p.). Vimos anteriormente que o prazer

auxilia a inscrição psíquica ao inserir as experiências através do ritmo, organizando formas rudimentares de temporalidade. No caso das experiências precoces, todo sistema mnêmico está ainda em formação. Essas primeiras vivências não são rememoráveis como lembranças da ordem da representação simbólica, que podem ser reconstituídas a partir de uma narrativa contada em palavras.

A dimensão do arcaico concerne ao tempo da apresentação, o que nos remete à noção de atualidade, vista anteriormente. As experiências precoces e toda a dimensão do arcaico se expressam por meio do registro sensorial e motor do eu corpo, se apresentam como sensações sempre acessadas no tempo do “agora”. É também neste tempo presente que novas experiências vêm afetar o sujeito, de modo que esse registro permanece sendo a porta de entrada das experiências subjetivas.

4.2 O ATUAL, O CORPO, A PRESENÇA

A concepção de atualidade que emerge a partir das neuroses atuais, em nova leitura capaz de ressignificá-la, ganha sentido particular a partir de um exercício de reflexão sobre a temporalidade do inconsciente. Não temos a delimitação de um conceito propriamente estabelecido, mas uma série de debates suscitados pela provocação que a noção de atualidade veio impor como observamos, por exemplo, através da publicação da *Revue Française de Psychanalyse* do ano de 2014. Como vimos anteriormente, esse termo surge em Freud para indicar um estado de consciência em uma temporalidade presente, como o tempo que situa o sujeito em sua contemporaneidade. No debate que hoje se trava no campo psicanalítico, podemos depreender que se trata também de uma “encruzilhada nocional onde questões nosográficas, etiológicas, metapsicológicas, técnicas e éticas se encontram”, conferindo certa plasticidade, e até mesmo uma polissemia, conforme assinalam Asséo e Dreyfus-Asséo (2014, p. 1265, tradução nossa).

Para não perdermos de vista a dimensão corporal que acompanha esse frutífero debate, vale lembrar que, segundo as formulações iniciais de Freud, as neuroses atuais apresentavam sintomatologia de afecções somáticas supostamente esvaziadas de um sentido simbólico. O ato e alterações corporais presentes em certa sintomatologia eram consideradas, então, como formas de descarga fora de um encadeamento narrativo, ou seja, sem conotação efetivamente histórica, do ponto de vista da capacidade de historicização do sujeito. Sua particularidade era pensada como residindo em uma espécie de habitação somática, posto que não encontrasse destino representacional. Nestes casos, o corpo se apresentava, então, como morada e lugar de

irrupção desses elementos, por não ter sido possível um trabalho de descolamento do plano corporal até sua tradução em conteúdos psíquicos. A essa altura, podemos compreender que tais elementos se situam aquém da representação simbólica, ou seja, concernem ao registro do arcaico.

De acordo com essa perspectiva, a ideia de *atual* se desloca de sua conotação de causalidade localizada no momento presente para aquilo que se apresenta permanentemente, isto é, o que não pode ser esquecido e recordado (CABRÉ, 2014). Em outras palavras, o atual pode ser considerado como dizendo respeito à presentificação de elementos que não se inseriram em uma temporalidade situada em passado/presente/futuro. Não se trataria, pois, de algo do passado que “retorna”, mas justamente daquilo que nunca se tornou passado e, por essa razão, estaria situado fora do inconsciente recalcado.

Cabré (2014) confere ao atual uma dimensão traumática, justamente pela característica do trauma se instalar na impossibilidade de inscrição psíquica. Restaria ao corpo ser o “único destinatário dessa memória traumática. A lembrança, comprimida no corpo, se transforma em enclave no seu papel de porta-voz e em mártir de uma palavra que perdeu sua voz” (p. 1348, tradução nossa). Em sentido próximo, Rech (2019) caracteriza o traumático pela exuberância do fator informe anunciado pelas sensações. Com isso, tanto o trauma quanto o atual estariam fora de uma temporalidade histórica e, por carecer de uma designação, ou mesmo de um símbolo, em lugar de “representar”, remete a algo da ordem da “apresentação”.

Para Roussillon (2009), as experiências subjetivas primitivas conservam esse caráter de um tempo fora da temporalidade histórica. Com isso, “uma consequência importante é o fato de pertencerem, então, a qualquer tempo, com tendência a atravessar o tempo, podendo, portanto, ser reativadas e reatualizadas num modo alucinatório, a se conceberem e se apresentarem como atuais, sempre atuais” (s.p.). Quando essas experiências primitivas “são reativadas, [elas] não se apresentam sob uma forma de re-(a)presentação à subjetividade, mas como uma apresentação (*Darstellung*); mesmo que tentem contar-se através dessa reativação, elas se concebem, portanto, como estando sempre presentes” (s.p.).

Essas experiências primitivas se mesclam às percepções do presente e isso torna difícil identificá-las. No entanto, é justamente por se apresentarem que poderão ser modificadas *a posteriori*. “Expressam-se, portanto, eletivamente através das formas do afeto–abalo traumático de todo o ser, segundo Freud (1926), a da expressão somática e a do ato, e potencialmente nas diferentes idades da vida” (ROUSSILLON, 2009, s.p.).

A relação do atual com as memórias segue uma dialética inevitável: ao mesmo tempo em que obscurecem o presente, as memórias são o presente e a lente, o filtro

pelo qual a nossa visão se constitui. São também, em sua destruição, matéria-prima da construção do novo. Trauma e neurose têm de ser vistos nesse par e nesse movimento. O presente é excesso e, portanto, escuro. Seu leitor deverá ser encontrado na coragem de transformar esse escuro não em ausência, mas naquele real que está à espera de autoria, naquela intuição que está à espera de forma. (NOSEK, 2017, p. 55)

Dialética e movimento assinalam a essência da atividade psíquica. Trata-se de um trabalho inesgotável, de inscrição incessante, que pode encontrar arranjos mais ou menos estáveis. Nosek (2017) visualiza duas correntes de movimento que dão vida ao mundo interno. Um deles está ligado à própria dinâmica do campo representativo, encontrada na capacidade associativa, nas atividades de condensações e deslocamentos. Já em outro sentido, o movimento pode ser percebido no processo de transformação do material não representado em inscrição formal da representação.

A forma representativa - genericamente, o *verbo* - atribui contornos e como que embrulha aqueles conteúdos protopsíquicos, tornando-os experiência e memória e, portanto, aptos a serem vividos. Nesse momento [...] se faz o consciente e simultaneamente o inconsciente. O verbo estabelece o limite entre experiências como *interno* e *externo*, [...] *espaço* e *tempo*, *vivo* e *morto*, assim como define os territórios do consciente e do inconsciente. (NOSEK, 2017, p. 32)

Queremos destacar a função vitalizante dos aspectos não simbolizados, vividos e expressos no corpo. Se a representação promove uma circunscrição dos elementos que se apresentam em estado bruto, isto é, no tempo do atual, é justamente a partir desses aspectos mais primitivos que o campo subjetivo sustenta sua criatividade. Com isso, cabe retomarmos algumas questões trabalhadas ao longo de nossa pesquisa: será que todo resto inassimilável pelo psiquismo se caracterizaria pela ordem do traumático? Sempre que há uma impossibilidade de inscrição, estaríamos diante de uma força desorganizadora? O destino desses elementos intraduzíveis seria necessariamente uma apresentação compulsiva, de face mortífera? Nossa proposição se dirige à diferenciação entre o atual e o traumático.

Scarfone (2014) sugere uma distinção entre dois momentos do que ele considera em termos de “atual”, e que nos será útil para a elaboração dessas questões. O primeiro momento é caracterizado por sua dimensão não elaborada, apresentando-se como corpo heterogêneo, obstáculo bruto ao trabalho de elaboração, ponto de impasse ao movimento do pensamento e criação. Podemos localizar, então, neste primeiro momento, a dimensão traumática do atual. Por outro lado, o autor anuncia também um segundo momento, em que o atual é pensado como fornecendo “ancoragem necessária à experiência vivida” (p. 1359). Tal ancoragem traz a profundidade e a densidade que confere à elaboração potência incessante e, sobretudo, “ancorada na carne do mundo” (p. 1359). É este último aspecto que retém particularmente

nossa atenção.

Como ponto de partida para sua argumentação, o autor navega pela experiência estética da obra *Annonciation* de Altichiero em Padoue, a qual revela a presença de um elemento invisível dentro do campo do visível. A obra ofereceria mais do que uma narrativa, pois inclui, em sua apreensão, a própria experiência vivida. O espectador se vê diante de uma obra que joga, ao mesmo tempo, com a dimensão da apresentação e da representação. A presentificação que a obra comporta assinala a insistência de um além do representável, da compreensão, do sentido, por não oferecer acesso direto àquilo que se tenta conhecer. Ela provoca, assim, a inquietação necessária de um estado radical de abertura ao mundo.

A obra de arte assim realizada não representa, ela apresenta. Essa presença, esse presente, entretanto, não é da ordem da cronologia; o espectador que se deixa desafiar por essa presença da e na obra de arte está mergulhado em um “tempo diferente”, segundo a expressão que Pontalis usa para falar de um tempo que não passa. (SCARFONE, 2014, p. 1360, tradução nossa)

Diante da experiência estética, Scarfone (2014) destaca um “estado de receptividade e disponibilidade”, de maior intimidade consigo mesmo, o qual não pode ser alcançado por uma intenção consciente. Mostra que, para se aproximar desse estado, é preciso silenciar “o discurso incessante do ego que busca nomear, classificar, avaliar, interpretar, em vez de deixar algo passar, de se deixar ser atravessado, ou mesmo transpassado” (p. 1360, tradução nossa). O espectador precisa atingir, então, um estado de vulnerabilidade, relacionado com a sensibilidade do artista. Este, por sua vez, para além da sua habilidade técnica, é tomado por formas de expressão sensíveis, as quais tampouco poderiam ser reduzidas à dimensão do compreensível. O autor chama essa posição – necessária, tanto para o espectador, quanto para o artista – de *infantia*, fazendo referência ao seu significado etimológico, indicativo da incapacidade de falar.

No entanto, seria um equívoco pensar que a *infantia* vem a ser superada com a aquisição da linguagem. Com a entrada dessa ordem, instauram-se também os mecanismos de recalque e clivagem que lhe impõem limites. A *infantia* “se invagina e fica enterrada no seio do sujeito da fala como disposição e exposição a novos impactos, a traumas, grandes ou pequenos, que vão abalar a alma e reiniciar os processos originários, companheiros de uma experiência impossível de dizer integralmente” (SCARFONE, 2014, p. 1360, tradução nossa). Esse estado intensificado de abertura é acompanhado pela disponibilidade do próprio corpo de sentir e de ser afetado.

A observação de Scarfone é reveladora dos limites da representação, na medida em que a globalidade da experiência é muito mais ampla, composta também de elementos

inassimiláveis. A atividade representativa é um trabalho que tenta estabilizar a experiência subjetiva nos contornos do simbólico, mas essa estabilidade será sempre parcial. O que é representado no psiquismo não é uma reedição da realidade externa, mas uma tradução intrassubjetiva das impressões sensoriais que já deixaram suas marcas no mundo interno. Compreendemos, portanto, que a memória “é um processo vivo, que se reconfigura perpetuamente à medida que novos elementos se acumulam, de modo que ‘lembrar’ é a recomposição de todo o campo psíquico” (SCARFONE, 2016, p. 117).

O tempo da apresentação faz referência à aparição das impressões sensoriais que habitam o sujeito. Elas carregam a potência da transformação psíquica. A capacidade de afetação informa a respeito de uma potência do presente. A transformação subjetiva não é, portanto, efeito apenas de um rearranjo interno, solipsista, mas é fruto do encontro com o outro – e com o mundo. A abertura dos sentidos é a via de acesso desse encontro, por onde as intensidades serão sentidas e escoadas. Mesmo quando a palavra opera esse contato, ela precisa tocar o sujeito – caso contrário, torna-se apenas uma fala vazia. Com isso, Scarfone (2014) delinea uma primeira dimensão do atual, que cercaria a representação, o grande campo expandido e inassimilável da experiência; e uma segunda dimensão do atual, que residiria no interior da representação, em volta do qual ela se forma. Essa imagem dialoga com sua proposta de que a representação trabalha como uma espécie de *vestimenta*, algo que encobre, circunda, envolve o *núcleo atual* sem, no entanto, eliminá-lo.

O estado de vulnerabilidade interna presente na apreensão estética – instaurado por meio da relação entre o artista e o espectador – encontra certo paralelo no par complementar formado por analista e analisando. A condição de abertura e transformação presente na experiência analítica se instaura a partir da sensibilidade do analista, que pode acolher uma transferência para além dos canais discursivos. Acolher, nesse contexto, indica a capacidade de se deixar afetar e de ser penetrado pelo outro. O encontro analítico conta com uma espécie de permeabilidade que comporta um grau de passividade para receber os elementos sensíveis. Trata-se de uma disposição para receber aquilo que afeta, extrapolando o registro simbólico. Da mesma maneira, o efeito das interpretações não pode ser reduzido às palavras proferidas. Enquanto o analisando partilha sua história, suas fantasias infantis e suas defesas, Scarfone (2014) defende que a transferência é, sobretudo, expressão em ação daquilo que escaparia à fala.

A situação analítica é pensada por Scarfone (2014) como reinstauração de um estado primitivo, no qual analista e analisando são convidados a se entregar ao brincar da criança. O brincar aponta para um relaxamento das fronteiras entre atualidade e realidade. Nessa mesma

perspectiva, Rech (2019) esclarece que

o atual consiste na presença de um impasse, em que a camada de historicização do eu se esvanece; sem outra possibilidade, é para o infinito que se lança, temporalidade que não se inscreve nem no passado e nem no ‘vir a ser’, mas na temporalidade de um não-passado. (p. 80-81)

Scarfone (2014) brinca com esse passado que não passa, como o tempo do *impassé*. Aquilo que não entra na cadeia temporal organizada da representação será apresentado nesse *fora-do-tempo*, que é também impasse para as tentativas de ordenação.

A capacidade de afetação e transformação subjetiva – seja na experiência estética ou na experiência analítica – se relaciona com o estado de despersonalização, tal como descrito por M’Uzan (1977/2019). Para ele, esse estado é um fenômeno amplo que engloba diversas situações, referindo-se a certa indeterminação dos limites do eu, o que, no entanto, não é necessariamente acompanhada de angústia ou desestruturação. Nesse cenário, se encontra a experiência designada pelo referido autor como *saisissement*, traduzido como “arrebatamento”, encontrada desde a criação literária até certas experiências de luto ou ainda presente em certos estados que precedem uma tomada de consciência em análise.

M’Uzan (1977/2019) considera esses abalos de identidade uma experiência especialmente enriquecedora, pois libera o sujeito de identificações enrijecidas, estranhas a si. São momentos em que o eu e o não eu podem fluir e intercambiar, trocando de lugar. A experiência do abalo, paradoxalmente, é estruturante, na medida em que permite uma desorganização temporária que areja, por assim dizer, os “cômodos” pretensamente ordenados da subjetividade. Mas este “respiro” não é como um vento que passa por dentro da estrutura, é a própria estrutura móvel e porosa que infla, amplia, se remodela e se alarga para, em seguida, retornar desde outro ponto.

[...] observa-se uma vez mais o quanto as fronteiras entre os sistemas psíquicos são fluidas. Numa espécie de pulsação, que é a vida propriamente dita, as distinções tópicas são colocadas em questão, remanejadas. Trata-se então, na minha opinião, de um tempo primordial do *processus* de afetação, que precede e anuncia a emergência iminente do afeto propriamente dito, este sendo especificado a partir de um estado próximo da despersonalização, onde o que tem a ver com o corpo, com a emoção, com a sensação, com o abalo, com a mudança, encontra-se entrelaçado. (M’UZAN, 1977/2019, p. 99)

M’Uzan (1977/2019) mostra como essa concepção contrasta com a imagem do “sujeito edipiano”, estável nos limites da sua identidade. Trata-se justamente de um modo de compreensão na qual se supõe uma instabilidade inerente a todo sujeito, uma vez que “o aparelho psíquico, inacabado por natureza, não para de se construir e de se remanejar até a morte” (p. XII). Haveria um movimento complementar entre identidade e despersonalização

e, acrescentaríamos, entre *representação* e *atual*, entre consciência e o inconsciente. As vacilações do eu são, sobretudo, vacilações do eu psíquico organizado que esmaece, de modo mais ou menos fugidio, fazendo com que o *eu corporal* tome o protagonismo. Nesse sentido, identificamos esse estado arcaico do eu como uma experiência marcada pela porosidade. Com contornos ainda em esboço, o eu corporal não só é afetado pela alteridade, mas se situa no limiar, ainda embaralhado com ela.

Se, por um lado, o trabalho egoico tenta retornar ao familiar e escotomizar o estrangeiro, é justamente na supressão momentânea dessa atividade que se opera o acesso a um estado de disponibilidade e receptividade, condição da criatividade. Por outro lado, é justamente pela plasticidade egoica em sua dimensão arcaica, surpreendido pelos elementos atuais, que esse estado de arrebatamento promove uma alteração de sua própria estrutura. A percepção, em sua face interna e externa, seja pela ativação alucinatória ou pelo contato com o mundo, abre brechas para o remanejamento interno. A percepção é, afinal, a experiência da presença. É a partir da capacidade de afetação corporal que o sujeito se abre para o estranho do mundo que será – ou não – redescoberto como familiar.

Tanto na perspectiva de Scarfone (2014) como na de M'Uzan (1977/2019), a afetação estética seria uma forma de experiência que coloca o sujeito em contato com esses elementos não representados, inassimiláveis, da ordem do atual. Para os autores, que descrevem, sobretudo, a apreensão artística, o domínio do arcaico é convocado na experiência estética pela exuberância da dimensão sensível que afeta o sujeito em sua presença. Rech (2019) sustenta em sua tese que “esses elementos estariam presentes não apenas em articulação com a memória e na passagem da imagem ao discurso. Em nosso entender, eles configuram uma dimensão da constituição psíquica de caráter estético presente nas próprias características da pulsão” (p. 94). Concordamos com o que desenvolve a autora em sua tese:

Nessa perspectiva, a presença dos elementos irrepresentáveis do psiquismo vão além do que Freud descreveu com a ideia de traumático; eles definem a experiência “desconhecível” da realidade, em contraste com o reconhecível. [...] Não se trata, portanto, de associar o irrepresentável apenas aos sentimentos de angústia e vazio, mas aceitar que seu caráter de “desconhecível” pode integrar-se à percepção reconhecível do mundo, principalmente em experiências de apelo estético extremo, como ocorre na arte. (RECH, 2019, p. 94)

Essa dimensão estética do psiquismo não diz respeito apenas às expressões artísticas e à sua contemplação, mas a uma característica elementar da subjetividade, a qual só pode ser acessada através das sensações. Na arte, essa potencialidade de expressão e apreensão brinca, inclusive, com as pluralidades formais de maneira exuberante. O campo artístico demonstra como a forma altera o conteúdo, o estilo compondo parte da mensagem; o suporte material é

por onde se mostra o invisível. Isso tudo diz respeito à esfera do corpo. A afetação do corpo, do campo dos sentidos, e a expressividade que retorna sobre o domínio da sensorialidade, do gesto e da ação motora povoam o sujeito de elementos não representados, que compõem e atravessam nossa história pessoal e nossa história social. Eles se apresentam fora do domínio representacional, de onde seu caráter atual marca um presente não elaborado. Essa presença nos impulsiona ao movimento criativo, em um sentido ampliado, abrindo espaço para a transformação subjetiva.

4.3 EXTENSÕES DO CORPO

A discussão acerca do corpo na perspectiva da psicanálise levanta questões em torno dos aspectos não representados que, em última instância, referem-se àquelas dimensões que estão no limite do psíquico. Muitas vezes, a representação é tida como matéria prima do psiquismo e, nesse contexto, o corpo, por vezes, é jogado para um plano “além” da representação, ou ainda, a ela submetido. O que está aí implicado é a compreensão de um corpo “além” do psiquismo, ou ainda, um psiquismo para além do corpo, inserindo uma distinção binária e dualista sobre esses termos. Ao longo da tese, demonstramos como a dimensão corporal é, em realidade, o fundamento sobre o qual a vida – inclusive a vida psíquica – se cria e se transforma na relação com o outro. O psiquismo constitui uma derivação do corpo. Defendemos, com isso, que corpo e psiquismo não estão em oposição, nem mesmo em disjunção.

Procuramos mostrar que, desde o início da vida, o registro da sensorialidade e da motricidade, inseridos em uma relação rítmica com a alteridade, pautam as experiências que constituem o sentimento de existência, formando os esboços de um eu ainda rudimentar. A intensidade da experiência sensorial que marca as vivências dos primórdios nos acompanha ao longo de toda a existência. O crescimento ao longo da infância, a adolescência, os processos fisiológicos, os momentos de adoecimento e o envelhecer são exemplos suficientes para pensarmos que o corpo está constantemente em trabalho e transformação, demandando elaborações e transmutando nossa relação com o mundo. Em todos esses momentos, são diversas as dimensões que compõem o mundo subjetivo – tais como o arcaico, o infantil, o campo simbólico, o inconsciente recalcado e os aspectos clivados. Tais elementos afetam-se mutuamente e atribuem movimento e dinâmica ao mundo interno.

[...] diferentes registros do corpo são provenientes de diferentes níveis de organização da subjetividade. o enredamento entre o corpo e o sujeito é de tal ordem

que se constituem diversos corpos-sujeitos em diferentes níveis de organização e de ser, impossíveis de serem pensados na hipótese de um sujeito desencarnado. (BIRMAN, 1999, p. 65)

Para Freud (1940[1938]/1996), o psiquismo é estendido no espaço. A partir dessa afirmação, Coblenz (2010) desenvolve que, para além da extensão, é com o corpo que somos confrontados quando refletimos sobre a natureza do psíquico. Parafraseando Freud, a autora afirma: “Psiquê é corporal, mas ela nada sabe a respeito” (p. 1286, tradução nossa). Todavia, este corpo não se reduz a uma substância, estendida no espaço, que será animada pelo espírito. Trata-se de um corpo ativo no mundo, afetado pelo outro. E é no campo da intersubjetividade, atravessada pelas trocas corporais, que o psiquismo é forjado.

Coelho Junior (2010) chama atenção para o fato de que o termo “corpo” está gasto pela tradição ocidental, ocupando um lugar determinado por uma série de inflexões ideológicas:

Marcado pela tradição que opõe corpo a mente, [...] seja de forma desvalorizada, seja de forma hipervalorizada, o corpo carrega, como conceito, a carga de suas posições na história de nossa cultura. Nos aspectos mais próximos aos processos de subjetivação, aparecem as oposições “somos um corpo” ou “temos um corpo”, que refletem o difícil lugar, ora de sujeito ora de objeto, que o corpo ocupa em nossa cultura. Nesse contexto, o corpo aparece como uma unidade destacada e plenamente constituída, em suas funções orgânicas, espaciais e temporais. Ao ser oposto à mente (ou psiquismo), constituiu-se como elemento identificável, com identidade própria e lugar garantido nos mais diferentes discursos e práticas, do âmbito das ciências naturais ao das ciências humanas. (COELHO JUNIOR, 2010, p. 53)

É preciso estar atento a essas disputas de perspectiva para demarcar onde se inserem nossas hipóteses. A cisão dualista corpo/alma, mente/psiquismo atravessa e constitui o campo dos saberes inseridos na tradição da filosofia ocidental. Birman (1999) chama atenção para o fato de que o corpo foi palco de diferentes controvérsias e mal-entendidos ao longo da história da psicanálise. O corpo ocupou lugar de negatividade, o que pode ser vislumbrado nas seguintes proposições: ele foi a) definido por oposição ao psiquismo, b) reduzido aos registros somático, anatômico e biológico, c) o psiquismo se definiria como campo de representações e significantes, o corpo como mundo da natureza, d) a prática psicanalítica estaria limitada ao deciframento de significantes e representações, e) o que pode ser decifrado é analisável; o que não é decifrável estaria situado além da experiência analítica.

Os impasses do dualismo corpo/psiquismo acompanhou o desenvolvimento da psicanálise com efeitos práticos, com forte ressonância no campo da clínica, incidindo na determinação de seu recorte, manejo e campo de atuação. Defende-se, por exemplo, a determinação de um suposto modelo de paciente adequado para o tratamento psicanalítico, fechado na organização neurótica (BIRMAN, 1999). Acrescenta Herzog (2011) que essas

consequências estão triplamente presentes na exclusão de determinadas organizações psíquicas como analisáveis, na exclusão de determinados conteúdos (corporais) como parte da experiência analítica e, igualmente, na concepção de uma meta única do trabalho analítico como atividade de simbolização. “Desta forma, se privilegiarmos uma lógica binária (ou isto ou aquilo) e, dentro dela, escolhermos tomar como ponto de partida a representação, mais do que estabelecer uma referência, terminamos por erigi-la como um referente” (p. 82).

Outra maneira de se considerar a representação sem criar uma ordenação verticalizada, segundo a qual o corpo deveria ser abstraído, seria abordá-la a partir da noção de organização e não de uma perspectiva de ordenação. Para Herzog (2011), pensar em termos de organização coloca a representação como uma das possibilidades de dispor os elementos em jogo na dinâmica psíquica. Segundo a autora, o ato de reconhecer, acolher e testemunhar passa a ser uma posição que expressa o quanto as formas fragmentárias do discurso ganharam lugar na dinâmica psíquica e na direção do trabalho analítico. Seguimos Câmara (2018) quando sublinha a importância do reconhecimento da multiplicidade de formas expressivas do corpo. Esses elementos devem integrar a escuta clínica em sua potência, não só enquanto ganho de sentido, mas de poder ser sentido, experimentado e compartilhado com o outro.

Como alternativa às noções impregnadas da mencionada tradição dualista, Coelho Junior (2010) propõe, quanto à corporeidade:

Proponho, assim, a noção de corporeidade como uma alternativa à clássica oposição corpo-mente (ou psiquismo), ou seja, entendo que a corporeidade é também psíquica, como gênese de possibilidades, como potência geradora de elementos propriamente psíquicos. Não oponho à corporeidade uma natureza que seria exclusivamente psíquica, embora reconheça uma distinção de níveis e dimensões, com especificidades que precisam ser levadas em conta. Entendo que somos de ponta a ponta corporeidades (o que inclui a dimensão psíquica da corporeidade). A corporeidade é, ao mesmo tempo, interna e externa. É a presença irrecusável das pulsões e abertura permanente para o mundo, para os outros. (p. 54)

Complementa o autor: “a corporeidade é um tecido material e energético, móvel e instável; é movida por forças pulsionais, com sua remissão aos objetos [...] e marcada por interferências de intensidades internas e externas, constituindo um campo de forças e protossentidos” (COELHO JUNIOR, 2010, p. 53). Não haveria separação entre corpo e psiquismo como dois campos distintos, mas essa diferenciação concerniria à ordem de uma única experiência. Não obstante, a dificuldade da superação do dualismo persiste, inclusive, em nossa linguagem, uma vez que essa cisão fundamenta as bases epistemológicas do pensamento ocidental. Isso não inibe, no entanto, que se faça tentativas na direção de uma integração.

A corporeidade insere-se na relação com o outro de maneira indissociável. Ela reúne

corpo, psiquismo e alteridade, incluindo não só a dimensão intersubjetiva, mas também enfatizando a presença e o compartilhamento dessa afetação que é mútua.

Prefiro co-corporeidade a intercorporeidade porque entendo que a ênfase não deve se situar no “entre” corporeidades, mas sim na ideia da copresença de duas corporeidades, que já trazem em si o Eu e o outro. Co-corporeidade que não é uma unidade indiferenciada, mas a presença de duas corporeidades em que cada uma é mais do que uma unidade fechada em si, é sempre a simultaneidade do dois e do um, de certo nível de diferenciação e de indiferenciação. (COELHO JUNIOR, 2010, p. 59)

De acordo com essa visão, paciente e analista estão implicados em uma relação de cocorporeidade, em que um afeta e ressoa no outro. Para nós, essa proposta dialoga com a centralidade da presença e da sensorialidade na experiência do eu corporal, cuja plasticidade expõe os contornos flutuantes do aparelho psíquico, moldados pelo contato com o outro. Da abertura radical à alteridade ao corpo afetado por esse encontro, ficam presentes as notícias dos vestígios impressos no psiquismo. Apostamos que essa modalidade arcaica de acesso à alteridade e registro da experiência se apresenta em uma comunicação primitiva que se vale do corpo e de seus aspectos formais. Para Roussillon (2004), qualquer comunicação de um adulto deve poder ser ouvida em diferentes níveis, já que as diferentes modalidades organizacionais de sua personalidade contribuem para cada uma das formações psíquicas que vêm a se expressar em um tratamento.

A partir da noção de cocorporeidade, sublinhamos, mais uma vez, que essa dimensão primitiva – sensorial, motora e estética – não só pode ser escutada, mas é, propriamente, a porta de entrada de novos elementos e, portanto, da possibilidade de transformação psíquica. A cocorporeidade destaca a abertura inerente ao sujeito, mas não de um sujeito isolado, pois é na relação que se faz. A força do encontro é, pois, motor de afetação e transformação. O caminho da apropriação subjetiva inicia-se pela apropriação das sensações e seus contornos, alimentados e enriquecidos pela presença do outro, e assim o faz o movimento de transformação e de elaboração psíquica. A importância do sentir não se resume a seu potencial de sentido, mas se afirma mediante sua qualidade de presença, no vivenciar sensações, as quais dão consistência às mais variadas experiências que formam o colorido da vida subjetiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho que desenvolvemos teve como objetivo sustentar a implicação do corpo na vida subjetiva, com ênfase nas suas possibilidades expressivas, em sua condição de abertura à alteridade e em seu papel na esfera narcísica. A dimensão de presença do corpo, em suas diferentes vertentes, é material e simbólica. Como porção da matéria, um corpo existente no mundo ocupa determinado lugar, possui forma específica, interage e está em relação com outros corpos. Como forma humana, nosso corpo é composto por uma série de sistemas, colonizado por outros seres, dependente de condições ambientais e relações de cuidado bastante específicas para sobreviver. Enquanto experiência subjetiva, são os atributos corporais, suas qualidades sensíveis e a capacidade de estabelecer parâmetros internos para os dados sensoriais que criam a possibilidade de emergência do mundo interno. De maneira complementar, a esfera corporal não está presente apenas nos processos de constituição do psiquismo, mas é ela que assegura o funcionamento psíquico, garantindo sua manutenção.

Do ponto de vista psicanalítico, vale mencionar como a dimensão corporal se encontra engajada na constituição psíquica, na relação com a alteridade, na formação dos processos inconscientes, na experiência de prazer e desprazer, no sentimento de existência, nas formas de expressão, na dor, nas experiências de grupo, no experimentar da vida emocional, na produção das fantasias, nos processos de adoecimento e no sofrimento psíquico. Sustentamos, em nossa tese, que um corpo nunca pode ser pensado sozinho, estando sempre envolvido pelo ambiente onde transcorrem as relações interpessoais. Na experiência humana, um corpo também não se forma isoladamente: para surgir a vida, é preciso habitar um outro; para sobreviver, é preciso receber cuidados; para emergir o mundo subjetivo e estruturar-se psiquicamente, se faz necessário o compartilhar afetivo, emocional e simbólico através das trocas geracionais.

A experiência de linguagem que forma o mundo que habitamos codifica uma série de dados, produz representações para organizar os dados do sentido e forja o inconsciente, o qual é também uma criação social e só pode se dar em um contexto coletivo. Ela é um efeito do corpo, não está para além dele, mas cria desdobramentos mais abstratos ou mais específicos – com efeitos na realidade – a partir de uma existência que é corpórea. A língua é tanto um órgão, quanto um sistema complexo de comunicação. A língua é também por onde se transmite algo a mais, seja por ser portadora de uma experiência do inconsciente, com mensagens que escapam à intenção, seja porque, ao lado dos sentidos – declarados e

enigmáticos –, se expressam também modulações afetivas que compõem o encontro com o outro em suas qualidades sensoriais.

Ao longo desta pesquisa, alternamos, de maneira implícita, entre tomar o corpo como objeto e como sujeito da experiência. Essa ambiguidade acompanha a experiência subjetiva e revela que, ao mesmo tempo em que “somos” um corpo – ou “somos” no corpo –, também “temos” um corpo. Isso porque a experiência do eu organizado na ordem da linguagem produz uma abstração em que o próprio corpo precisa ser objeto de uma apropriação. Identificar-se com o próprio espaço somático, formar uma imagem corporal, reconhecer-se, integrar as sensações constituem uma série de processos que não estão garantidos de partida e, ainda que sejam forjados, podem desvincular-se diante de algum abalo psíquico. Essas possibilidades discursivas a respeito da nossa relação com a existência corporal denunciam uma forma de organização própria da nossa experiência de linguagem. Ao mesmo tempo, essa experiência formata a maneira como simbolizamos e nos relacionamos com esses aspectos em nossa cultura.

Além disso, a possibilidade de dissociação denuncia também que o corpo encarna o lugar de estranho ao eu, ainda que este seja, em sua dimensão arcaica, um eu corporal. O corpo é e não é “eu”. Ao mesmo tempo, o corpo pode atuar aquilo que fora clivado ao eu, pois há entre essas dimensões uma estreita relação. Algo de familiar e algo de estranho coexistem em nossa apreensão da esfera corporal, demandando constante atualização. Nunca somos o mesmo, as células se renovam, o corpo cresce, estica, adoece, murcha, se machuca, regenera, se transforma, engorda, emagrece, envelhece; todos esses movimentos exigem constante atualização, reapropriação de si. Por outro lado, somos o mesmo, se pudermos preservar algo da experiência de continuidade de si em meio às transformações, se pudermos tecer pontos de ligação e traçar linhas que conectam o passado ao presente. Apostamos que a dimensão da sensorialidade contribui para a atividade de ligação subjetiva entre o eu e o corpo e, ainda, do próprio processo de integração narcísica. Afinal, é da experiência corporal, da percepção de si, que emerge o sentimento de existência, base para a sustentação do eu.

No início de nosso percurso, fomos movidos pelo interesse em problematizar a proposição de que as manifestações corporais denotam falência dos recursos psíquicos. Nosso eixo de análise partiu de determinados quadros clínicos que exibem a dimensão corporal como campo de expressão do sofrimento psíquico, em especial, os estados limites, a histeria e as neuroses atuais. Cada um desses quadros explicita diferentes formas pelas quais o corpo pode ser convocado, apresentando importante gradação a respeito dos mecanismos defensivos envolvidos no apelo ao corpo, em sua singularidade. Esses matizes informam que há

dinâmicas específicas operando as manifestações corporais, podendo, também, se apresentar de forma sobreposta.

Os quadros clínicos marcados pela radicalidade do ato e da compulsão à repetição não implicavam uma formação de compromisso sintomática, mas antes a apresentação de impressões sensíveis, fazendo emergir o campo sensório-motor em um registro diferente do histórico. Pela erogeneidade do corpo na histeria, dotado de qualidade simbólica, a esfera corporal tem valência representativa. Já nos estados limites, como nas neuroses atuais, apresenta-se um corpo dotado de intensidades que não comportam material simbólico para as associações no campo da linguagem verbal. No entanto, nosso interesse não foi precisar apenas a qualidade simbólica ou atuada, mas antes nos interrogar sobre os processos que fazem a expressão corporal estar presente, tanto de uma maneira, como de outra, a partir de determinados mecanismos psíquicos. As atuações, somatizações, conversões, descargas descrevem formas pelas quais o corpo é convocado, indicando um caminho regressivo para os primeiros modos de expressão.

O caráter arcaico das manifestações não recobertas de simbolismo revelam aspectos da constituição subjetiva com acento nos processos transcorridos em um plano anterior à aquisição da linguagem verbal. Remete-nos aos primórdios da constituição narcísica, em que a função de contenção das intensidades se localiza ainda no exterior do sujeito, em uma relação de dependência radical do outro. Além disso, as atuações, passagens ao ato e somatizações se valem de maneira imperativa dos aspectos sensório-motores para sua expressão. A problemática da separação do objeto primordial e da constituição de um eu é evidenciada pela convocação do corpo na procura por um gesto que opere a integração narcísica através da ativação da sensorialidade. Ao mesmo tempo, o corpo é usado como lugar de descarga radical. Nesses casos, notamos a coexistência de uma dimensão destrutiva, que se volta contra o próprio corpo, ao lado de uma dimensão estruturante, que busca as sensações corporais como forma de ligação através do polo perceptivo.

Através das considerações a respeito desses quadros, pudemos demonstrar que o corpo está aí implicado por mecanismos regressivos. Seja no eixo representativo da histeria, na descarga das neuroses atuais, ou ainda pela “apresentação” de um traumático de base, o uso do corpo como lugar primário de escoamento e contenção das intensidades nos remete aos primórdios da vida subjetiva. Essa dimensão regressiva nos conduziu a investigar as bases do processo de subjetivação, elegendo a relação com a alteridade no início da vida como operador central das experiências corporais que engendram o funcionamento psíquico.

Sublinhamos que os processos originários comportam os primeiros índices de cada esfera que constitui a vida subjetiva: o sexual, a autoconservação e a atividade de simbolização. Ao mesmo tempo em que as experiências de satisfação imprimem o registro do prazer, por meio dos cuidados primários, os adultos transmitem também algo além disso. O inconsciente se instala ali onde transborda o sexual enigmático do adulto até a criança. O corpo embalado, aquecido, abraçado, alimentado, envolto em sensações aconchegantes, apazigua os desconfortos da adaptação às novas condições ambientais do recém-nascido. Nesses cuidados está embutido um universo afetivo com diversas feições – mais ou menos carinhosas, mais ou menos seguras e estruturantes. De toda forma, o sujeito em formação recebe de seus cuidadores, através das experiências corporais, os elementos que passam a preencher e estruturar seu mundo interno.

No quadro das relações de apego, vimos que o encontro com os objetos primários é marcado por uma forma de vínculo que busca suprir a necessidade de proteção e sustentação do psiquismo. O corpo é o lugar privilegiado onde vão transcorrer as trocas táteis no início da vida, proporcionando o sentimento de segurança e integridade. Pouco a pouco, as formas de contato e comunicação vão se ampliando e ganhando distância, privilegiando a exploração de outros sentidos, tais como a visão e a audição. Nesse processo de ampliação dos usos dos sentidos, a criança passa a também a internalizar as funções que estavam antes apoiadas nas experiências sensoriais. Se o sentimento de segurança corporal dependia outrora de um contorno tátil do colo dos cuidadores, gradativamente a criança vai conquistando a capacidade de sustentar-se sozinha. Essa trajetória de individuação e relativa autonomia é simultaneamente fruto do desenvolvimento corporal, do ganho de musculatura e controle motor, e da internalização das funções psíquicas que eram desempenhadas pelas figuras de cuidado.

Mostramos que os processos de simbolização são apreendidos nas interações das relações primárias, nas quais inicialmente o adulto desempenha a função de atribuição de sentido às expressões corporais do bebê. As relações primárias erotizam o corpo e a vida psíquica da criança, inserindo-a no registro do prazer e das potencialidades criativas do mundo subjetivo. Dessa forma, elas incitam a criança à atividade psíquica que precisa elaborar as intensidades desse encontro e de seu próprio corpo. De maneira complementar, a função de autoconservação por parte dos cuidadores opera como barreira de proteção para esse excesso que sua própria presença, por outro lado, provoca. Nesse sentido, os objetos primários comportam faces excitantes e apaziguadoras, vividas no registro do corpo – como

nas brincadeiras de cócegas, nas carícias prazerosas, na firmeza do colo, nas ações específicas para apaziguar o mal estar infantil.

Compreendendo que a simbolização é uma atividade com raízes na experiência do corpo, vimos com Konicheckis (2018) que a sensorialidade comporta os “embriões de sentido”. Ao lado da potencialidade de sentido envolvida no campo do sensorio, Roussillon (2019) e Anzieu (1987/2003) formulam concepções a respeito das simbolizações primárias e dos significantes formais, respectivamente. Essas noções discorrem sobre as formas arcaicas da simbolização e consideram a impressão psíquica das qualidades formais experimentadas através da sensorialidade. Na simbolização primária, a criança passa a ligar suas experiências sensoriais a partir de atuações no mundo – trata-se de uma materialização necessária para a possibilidade de apropriação subjetiva.

Essa forma primária da simbolização conta com o desenvolvimento de uma linguagem mimo-gesto-postural, e é através do corpo que serão exploradas as elaborações das relações e sentimentos experimentados. Já os significantes formais imprimem representações primitivas do espaço psíquico; a partir dessa noção, Anzieu (1987/2003) se interessou por pensar em como os aspectos formais e estruturantes do psiquismo se expressam. Defendemos que demonstrar a dimensão afirmativa do corpo abrange a ampliação da escuta aos aspectos arcaicos da simbolização. Como formas primárias, elas não se impõem apenas na ausência da elaboração em palavras, mas perpassam toda forma de comunicação e expressão subjetiva.

Em continuidade com as funções estruturantes das experiências corpo a corpo no tempo dos primórdios, exploramos a dimensão arcaica da constituição narcísica. A noção de eu corporal se destaca por sua proeminente relação com a sensorialidade, compreendida como formadora das primeiras formas de reconhecimento da própria existência. Apontamos a importância do entorno sensorial para a estabilização do sentimento de existência. Mostramos que a vida subjetiva já se esboça antes mesmo do nascimento, de modo que, quando o bebê vem ao mundo, ele traz as marcas de um passado intrauterino. A diferença de meio, a instância do nascimento e a inauguração do corpo no mundo terrestre expõem a prematuridade do corpo do recém-nascido, que precisa de cuidados contínuos durante longo período de tempo, até que seja capaz de existir por si próprio. Assim como o corpo do bebê não nasce “pronto” para assegurar sua própria vida, também os recursos psíquicos não estão postos desde o princípio – são apreendidos na relação com o outro.

A constituição narcísica é o processo de integração do conjunto de experiências vividas no corpo, bem como suas contrapartidas emocionais e psíquicas, em um “eu” – uma instância interna autorreflexiva, diferenciada daquilo que não é eu, posta em relação a um

outro. Demonstramos como esse processo é inaugurado pelo registro da sensorialidade, o qual informa a própria existência. Antes de integrar-se enquanto *eu* no campo da linguagem, a criança pequena experimenta o sentimento de existir e precisa integrar dentro de si o mundo de sensações que a afetam. Em um primeiro momento, os dados sensoriais estimulam o corpo, trazendo a percepção das sensações no presente. Pouco a pouco, em uma experiência rítmica com as figuras de cuidado, o conjunto das sensorialidades vem a ser integrado na continuidade da superfície do corpo em uma temporalidade. A criança aprende, por meio dos investimentos e trocas primárias, que o cheiro sentido se liga à imagem visual que, por sua vez, se liga à sensação do toque e assim por diante. Essas sensações eram experimentadas de maneira fragmentada, já que o eu rudimentar da criança ainda estava espalhado por esses referentes desconexos.

Assim, observamos que, nas relações primárias, não só as diferentes sensações passam a ser integradas, como a apreensão de um corpo próprio emerge nas experiências de continuidade e descontinuidade. Com Anzieu (1985/1989), vimos o protagonismo que o papel da pele assume para a função de integração corporal e psíquica. A ligação operada pela superfície da pele tem analogia com os processos de formação do eu na imagem de uma “pele psíquica”. Trata-se da estruturação de uma fronteira que separa os campos interno/externo e, com isso, opera também a separação eu/outro. Vimos com Federn (1952/1979) e Anzieu (1985/1989) que essa fronteira, no entanto, é maleável e porosa: os contornos psíquicos, assim como o contorno corporal, possuem aberturas para a alteridade e para o ambiente que o circunda. A este respeito, Anzieu (1985/1989) destaca com excelência como as fantasias decorrentes das experiências de envoltório possuem plasticidade psíquica e dão notícias sobre as mais diversas formas que o espaço psíquico pode vir a assumir.

Concluimos que a dimensão arcaica do eu, em íntima relação com as experiências sensório-motoras, corrobora o valor estruturante da dimensão corporal. Ao mesmo tempo em que a sensorialidade informa sobre a própria existência, é também através dela que se acessa o outro. O eu corporal, em seu registro arcaico, continua atuando psiquicamente nesta dupla direção: como elo primitivo com o corpo na manutenção do sentimento de existência e como porosidade para afetação e entrada de novos elementos.

Ao lado de Roussillon (2007) e Ciccone (2011), ressaltamos que a dimensão infantil engloba em sua composição aspectos arcaicos que merecem atenção diferenciada. Sublinhar a permanência do arcaico atribui destaque para as experiências que escapam à dimensão da linguagem verbal. Trata-se de uma incursão pelas marcas de um tempo primitivo, não só na consideração das experiências do bebê, mas na compreensão de que mesmo a vida adulta é

composta por grande parcela da experiência, transcorrida exclusivamente em uma dimensão corporal. O corpo sinaliza sua presença à consciência, mas também opera processos inconscientes. Em uma dimensão complementar, ele segue presente nas formas expressivas nas quais os campos sensorial e o gestual são protagonistas. Com Ferenczi (1913/2011), vimos a diversidade de modos de expressão destacados pelos comentários de Câmara (2018), de onde pudemos apresentar o potencial do corpo de exprimir – intencional ou inconscientemente – elementos da subjetividade.

Nosso trajeto ao longo da tese pôde demonstrar uma dimensão expandida do corpo. Na perspectiva nela apresentada, o psiquismo é um efeito da elaboração das experiências corporais e, ao mesmo tempo, depende do campo somático para emergir. O psiquismo não está fora ou além do corpo, mas é seu fruto. A experiência psíquica, de maneira paradoxal, retorna então sobre o corpo que o constitui, em um movimento ambíguo de identificação e estranhamento. Essa tensão entre apropriação e cisão em relação às experiências corporais, de suas dimensões conscientes e inconscientes, permeia os diferentes modos de organização do mundo psíquico. Pode-se, então, estender a atuação do corpo à sua força expressiva, à sua capacidade de afetação e recepção de novos elementos, ao caráter de presença da experiência sensorial, à sua abertura à alteridade e, ainda, à sua função de asseguramento narcísico.

Por tudo isso, o corpo tem seu valor na experiência clínica para além da sua manifestação nas respostas defensivas. Ansiamos que este trabalho possa servir de ponte e incitar a investigação a respeito de um tema tão debatido, mas ainda muito pouco difundido na visão que aqui apresentamos. Acreditamos que as qualidades e as funções atribuídas à dimensão corporal despertem também o olhar para a importância do resgate da dimensão lúdica, a partir da qual desponta uma postura de disponibilidade à surpresa, ao compartilhar afetivo e ao fantasiar das experiências subjetivas. É a partir da abertura corporal que se desdobra o potencial de transformação psíquica. Como apontam Scarfone (2014) e M'Uzan (1977/2019), a experiência estética trabalha justamente a partir desses furos do sentido simbólico vivenciados através da afetação sensorial. Essa condição inescapável de abertura do corpo traz consigo a possibilidade de suspensão das organizações instauradas, podendo levar a uma experiência temporária de despersonalização sem, necessariamente, cair em seu abismo angustiante. Trata-se de uma possibilidade de remanejamento e transformação subjetiva, engendrada no encontro com a alteridade.

Esperamos que a ênfase nos dados estruturantes e criativos relativos à esfera do corpo, como foram apresentados nesta pesquisa, possam contribuir para a ampliação da escuta e da atuação clínica, chamando fortemente atenção para o compartilhamento da experiência

sensível que perpassa a relação transferencial. Após nossa exposição, defendemos igualmente que as irrupções do sofrimento apresentadas de modo mais expressivo no corpo possam ser compartilhadas e acolhidas como testemunho de um vivido que não pôde ser integrado. Parece-nos significativo para o trabalho analítico que tais expressões tenham seu espaço de partilha a partir de uma presença implicada e disponível do analista, sem a pressa de interpretar ou atribuir sentido.

Não poderíamos concluir esta tese sem pontuar que o sujeito se constitui apoiado no corpo social. É corrente para o campo psicanalítico trabalhar a esfera social do bebê, como fizemos ao longo do texto, restrita ao ambiente da família e de seus cuidadores primários. Gostaríamos de complementar, entretanto, que apesar desta pesquisa se delimitar no campo da metapsicologia e, por isso, privilegiar a investigação das interações precoces no seio familiar, não se pode perder de vista que não há linha divisória estrita entre o íntimo e o coletivo. Essa observação implica compreender que as relações primárias são, desde o princípio, construídas nas relações sociais, econômicas e culturais em que os sujeitos estão inseridos. De que corpo estamos falando, afinal? Que território ele habita? Como se relaciona em suas dinâmicas sociais? Qual a sua história social compartilhada? E sua existência no mundo, tem quais implicações políticas?

Em paralelo à experiência singular, nos deparamos com as marcas históricas e políticas de sujeitos que se constituem situados em um contexto de relações ampliadas. A valorização de aspectos que podem ser acolhidos e desejados, a hostilidade àqueles que são rejeitados pelo seio familiar e seu entorno, a construção dos ideais parentais etc. dizem respeito também às contingências do meio social. As condições estruturantes do ambiente em que a família está inserida, tais como as condições de saneamento básico, segurança alimentar, acesso à saúde, condições adequadas de trabalho, compõem de modo significativo o universo em que os sujeitos habitam e estabelecem suas relações.

Considerar as condições econômicas e sociais, as formas plurais de organizações familiares, as relações raciais, de gênero e de sexualidade na escuta analítica atribui valor à materialidade que afeta as experiências dos *corpos-sujeitos* no mundo. Sabemos que a interiorização dessas marcas relacionais e as fantasias subjacentes são próprias da singularidade de cada um e não podem ser estancadas em seus marcadores sociais. No entanto, um corpo que nasce nunca é apenas um ser que necessita de alimento, proteção e cuidado; é também fruto de uma história familiar entrelaçada com a história social de suas origens e seu meio. Com isso, ressaltamos que esta pesquisa se centrou apenas em alguns

aspectos da experiência subjetiva, dotada, por sua vez, de diversas camadas de afetação dos corpos, em uma relação de extrema complexidade.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, J. Entre angústia e desamparo. *Ágora*, v. IV, n. 2, p. 95-109, 2001.
- ANZIEU, A. Da carne ao verbo: mutismo e gagueira. In: ANZIEU, D. et al. (Orgs.). *Psicanálise e linguagem: do corpo à fala*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997. p. 149-187.
- ANZIEU, D. *O eu-pele* (1985). São Paulo: Casa do Psicólogo, 1989.
- _____. L'epiderme nomade et la peau psychique. Paris: Apsygée, 1990.
- _____. *Crear/destruir*. Madrid: Biblioteca Nueva, 1997a.
- _____. Para uma psicolinguística psicanalítica. In: ANZIEU, D. et al. *Psicanálise e linguagem: do corpo à fala*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997b. p. 9-41.
- _____. *O pensar: do Eu-pele ao Eu-pensante*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.
- _____. Les signifiants formels et le moi-peau (1987). In: ANZIEU, D. et al. *Les enveloppes psychiques*. Paris: Dunod, 2003. p. 19-41.
- ARAGÃO, R. Entre mãe e bebê: continuidade, descontinuidade e ritmo. In: ARAGÃO, R.; ZORNIG, S. (Orgs.). *Continuidade e descontinuidade no processo de subjetivação do bebê*. São Paulo: Escuta, 2018. p. 29-41.
- ASSÉO, R.; DREYFUS-ASSÉO, S. Deuil dans la culture. L'actuel, détail par détail. *Revue française de psychanalyse*, vol. 78, p. 1263-1335, 2014.
- BARBOSA, M. Psicanálise do corpo intensivo: por uma clínica dos afetos. In: FREIRE, A. (Org.). *O corpo e suas vicissitudes*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013. p. 221-235.
- BASTOS, L. A. M. *Eu-corpando: o ego e o corpo em Freud*. São Paulo: Escuta, 1998.
- BICK, E. A experiência da pele em relações de objeto arcaicas (1968). In: SPILLIUS, E. B. (Org.). *Melanie Klein hoje: desenvolvimentos da teoria e da técnica*. Rio de Janeiro: Imago, 1991. p. 194-198.
- BIRMAN, J. A razão da impostura: a constituição do conceito de narcisismo no pensamento de Freud. In: BIRMAN, J. & NICÉAS, C. A. (Orgs.). *O objeto na teoria e na prática psicanalítica*. Rio de Janeiro: Campus, 1984. p. 11-48.
- _____. A epopeia do corpo. In: BASTOS, L. *Eu-corpando: o ego e o corpo em Freud*. São Paulo: Escuta, 1998.
- _____. *Mal estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. Dor e sofrimento num mundo sem mediação. Estados Gerais da Psicanálise: II Encontro Mundial, Rio de Janeiro, p. 1-7, 2003. Disponível em: <http://egp.dreamhosters.com/encontros/mundial_rj/download/5c_Birman_02230503_port.pdf>. Acesso em: 13/09/2016.

BOUBLI, M.; KONICHECKIS, A. Présentation. In: BOUBLI, M; KONICHECKIS, A. (Orgs.). *Clinique psychanalytique de la sensorialité*. Paris: Dunod, 2002. p. 1-4.

BOWLBY, J. *Attachment and loss: separation, anxiety and anger* (v. 2). Nova York: Basic Books, 1973.

_____. *A secure base: parent-child attachment and healthy human development*. Nova York: Basic Books, 1988.

_____. *Apego e perda: apego* (v. 1)(1969). São Paulo: Martins Fontes, 2002.

BREUER, J.; FREUD, S. *Estudos sobre a histeria* (1893-1895)(Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. 2). Rio de Janeiro: Imago, 1996.

CABRÉ, L. M. Quelques réflexions sur l'actuel. *Revue Française de Psychanalyse*, vol. 78, p. 1346-1350, 2014.

CÂMARA, L. *Modulações do corpo: expressão e impressão na teoria ferencziana*. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica, 2018.

CARDOSO, M. R. A servidão ao “outro” nos estados limites. In: _____; GARCIA, C. A. (Orgs.). *Entre o eu e o outro: espaços fronteiriços*. Curitiba: Juruá, 2010a. p. 17-28.

_____. A insistência do traumático no espaço psíquico e analítico”. In: _____; GARCIA, C. A. (Orgs.). *Entre o eu e o outro: espaços fronteiriços*. Curitiba: Juruá, 2010b. p. 47-64.

_____. A impossível “perda” do outro nos estados limites. In: _____; GARCIA, C. A. (Orgs.). *Entre o eu e o outro: espaços fronteiriços*. Curitiba: Juruá, 2010c. p. 77-90.

_____. Das neuroses atuais às neuroses traumáticas: continuidade e ruptura. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 70-82, mar. 2011.

_____; GARCIA, C. A. *Entre o eu e o outro: espaços fronteiriços*. Curitiba: Juruá, 2010.

CARVALHO, M. T. M. *Paul Federn: une autre voie pour la théorie du moi*. Paris: PUF, 1996.

CERVO, G. *Sensorialidade no percurso da subjetivação e na clínica psicanalítica*. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, 2021.

CHABERT, C. *Psychanalistes d'aujourd'hui*: Didier Anzieu. Paris: PUF, 1996.

CICCONE, A. *La psychanalyse à l'épreuve du bébé*. Paris: Dunod, 2011.

_____. La parte bébé du soi. In: CICCONE, A. (Org.), *La parte bébé du soi: approche clinique*. Paris: Dunod, 2012. p. 1-22.

_____. Rythme et bisensualité psychique. In: AMY, M-D. *Autismes: spécificités des pratiques psychanalytiques*. Toulouse: Érès, 2016. p. 73-95.

_____. A ritmicidade nas experiências do bebê, sua segurança interna e sua abertura para o mundo. In: ARAGÃO, R.; ZORNIG, S. (Orgs.). *Continuidade e descontinuidade no processo de subjetivação do bebê*. São Paulo: Escuta, 2018. p. 15-28.

COBLENCÉ, F. La vie d'âme: psyché est corporelle, n'en sait rien. *Revue Française de Psychanalyse*, v. 74, p. 1285-1356, 2010.

COELHO JUNIOR, N. Da intercorporeidade à co-corporeidade: elementos para uma clínica psicanalítica. *Revista Brasileira de Psicanálise*, v. 44, n. 1, p. 51-60, 2010.

CUPA, D. La pulsion d'attachement selon Didier Anzieu et la relation de tendresse. In: _____. (Org.). *L'attachement: perspectives actuelles*. Paris: EDK, 2000. p. 97-119.

DESPINOY, M.; PINOL-DOURIEZ, M. Sensations et perceptions dans la clinique psychanalytique. In: BOUBLI, M.; KONICHECKIS, A. *Clinique psychanalytique de la sensorialité*. Dunod: Paris, 2002. p. 5-26.

DESSONS, M. Le travail de métaphore du moi: l'exigence de figurabilité. In: ANDRÉ, J.; GUYOMARD, P. (Orgs.). *Le moi cet incorrigible*. Paris: PUF, 2014. p. 89-113.

DORON, J. Introduction à la 2^a édition du moi-peau à l'enveloppe psychique. In: ANZIEU, D. et al. *Les enveloppes psychiques*. Paris: Dunod, 2003. p. 1-17.

ESTELLON, V. Figures et formes des états limites. *Le Carnet PSY*, v. 2, n. 2, p. 26-30, 2012.

FEDERN, P. *La psychologie du moi et les psychoses* (1952). Paris: PUF, 1979.

FERENCZI, S. Palavras obscenas: contribuição para a psicologia do período de latência (1910). In: _____. *Obras completas – Psicanálise I*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011. p. 125-138.

_____. O desenvolvimento do sentido de realidade e seus estágios (1913). In: _____. *Obras completas – Psicanálise II*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011. p. 45-61.

_____. Fenômenos de materialização histérica (1919). In: _____. *Obras completas – Psicanálise III*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011. p. 43-57.

_____. Reflexões psicanalíticas sobre os tiques (1921). In: _____. *Obras completas – Psicanálise III*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011. p. 81-112.

_____. A criança mal acolhida e sua pulsão de morte (1929). In: _____. *Obras completas – Psicanálise IV*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011. p. 55-60.

_____. Análises de crianças com adultos (1931). In: _____. *Obras completas – Psicanálise IV*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011. p. 79-95.

FERNANDES, M. H. *Corpo*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

FERRAZ, F. A tortuosa trajetória do corpo na psicanálise. *Revista Brasileira de Psicanálise*, v. 41, n. 4, p. 66-76, 2007.

FIGUEIREDO, L. C. O caso-limite e as sabotagens do prazer. In: _____. *Psicanálise: elementos para a clínica contemporânea*. São Paulo: Escuta, 2018. p. 81-111.

_____. *As diversas faces do cuidar: novos ensaios de psicanálise contemporânea*. São Paulo: Escuta, 2020.

FONAGY, P. *Attachment theory and psychoanalysis*. Londres: Karnac, 2001.

_____; LUYTEN, P.; ALLISON, E.; CAMPBELL, C. Reconciling psychoanalytic ideas with attachment theory. In: SHAVER, P.; CASSIDY, J. (Orgs.). *Handbook of attachment*. Nova York: Guilford Press, 2018. p. 780-804.

FORTES, I. A dor como sinal da presença do corpo. *Tempo Psicanalítico*, v. 45, n. 2, p. 287-301, dez. 2013.

FREUD, S. Algumas considerações para um estudo comparativo das paralisias motoras orgânicas e histéricas (1893[1888-1893]). In: _____. *Publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos*. (Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. 1). Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 197-216.

_____. Extratos dos documentos dirigidos a Fliess (1950) – Rascunho B. A etiologia das neuroses (8 de fevereiro de 1893). In: _____. *Publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos*. (Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. 1). Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 223-229.

_____. Extratos dos documentos dirigidos a Fliess (1950) – Rascunho E. Como se origina a angústia (junho de 1894). In: _____. *Publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos*. (Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. 1). Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 235-241.

_____. Extratos dos documentos dirigidos a Fliess (1950) – Carta 52 (6 de dezembro de 1896). In: _____. *Publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos*. (Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. 1). Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 281-287.

_____. Projeto para uma psicologia científica (1950[1895]). In: _____. *Publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos*. (Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. 1). Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 333-454.

_____. Sobre o mecanismo psíquico dos fenômenos histéricos: uma conferência (1893). In: _____. *Primeiras publicações psicanalíticas*. (Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. 3). Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 33-47.

_____. As neuropsicoses de defesa (1894). In: _____. *Primeiras publicações psicanalíticas*. (Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. 3). Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 49-72.

_____. Sobre os fundamentos para destacar da neurastenia uma síndrome específica denominada “neurose de angústia” (1895[1894]). In: _____. *Primeiras publicações psicanalíticas*. (Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. 3). Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 89-118.

_____. A sexualidade na etiologia das neuroses (1898). In: _____. *Primeiras publicações psicanalíticas*. (Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. 3). Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 247-270.

_____. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905). In: _____. *Um caso de histeria, três ensaios sobre sexualidade e outros trabalhos*. (Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. 7). Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 117-231.

_____. Algumas observações gerais sobre ataques histéricos (1909[1908]). In: _____. *“Gradiva” de Jensen e outros trabalhos*. (Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. 9). Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 205-213.

_____. Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental (1911). In: _____. *O caso Schreber, artigos sobre técnica e outros trabalhos*. (Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. 12). Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 231-244.

_____. Contribuições a um debate sobre a masturbação (1912). In: _____. *O caso Schreber, artigos sobre técnica e outros trabalhos*. (Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. 12). Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 257-272.

_____. Sobre o narcisismo: uma introdução (1914). In: _____. *A história do movimento psicanalítico, artigos sobre metapsicologia e outros trabalhos*. (Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. 14). Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 75-108.

_____. As pulsões e seus destinos (1915). In: _____. *Obras incompletas de Sigmund Freud*. (Vol. 2). Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p. 115-144.

_____. Além do princípio do prazer (1920). In: _____. *Além do princípio do prazer, psicologia de grupo e outros trabalhos*. (Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. 18). Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 12-75.

_____. Psicologia de grupo e a análise do ego (1921). In: _____. *Além do princípio do prazer, psicologia de grupo e outros trabalhos*. (Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. 18). Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 77-154.

_____. O ego e o id (1923). In: _____. *O ego e o id e outros trabalhos*. (Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. 19). Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 13-80.

_____. Inibições, sintomas e ansiedade (1926[1925]). In: _____. *Um estudo autobiográfico, inibições, sintomas e ansiedade, análise leiga e outros trabalhos*. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. 20). Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 79-171.

_____. Novas conferências introdutórias sobre psicanálise (1933[1932]). In: _____. *Novas conferências introdutórias sobre psicanálise e outros trabalhos*. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. 22). Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 11-177.

_____. Esboço de psicanálise (1940[1938]). In: _____. *Moisés e o monoteísmo, esboço de psicanálise e outros trabalhos*. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. 23). Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 151-221.

GABEIRA, T.; ZORNIG, S. Os eixos do cuidado na primeira infância. *Cadernos de Psicanálise do CPRJ*, v. 35, n. 29, p. 143-158, jul./dez. 2013.

GREEN, A. *O discurso vivo: a conceituação psicanalítica do afeto* (1973). Rio de Janeiro: F. Alves, 1982.

_____. O conceito de limite (1976). In: _____. *A loucura privada: psicanálise de casos-limite*. São Paulo: Escuta, 2017. p. 103-135.

_____. *A loucura privada: psicanálise de casos-limite* (1990). São Paulo: Escuta, 2017.

GUERRA, V. Formas de (de)subjetivação infantil em tempos de aceleração: os transtornos da subjetivação arcaica. In: ARAGÃO, R.; ZORNIG, S. (Orgs.). *Continuidade e descontinuidade no processo de subjetivação do bebê*. São Paulo: Escuta, 2018. p., 165-191.

HAAG, G. Clivages dans les premières organisations du moi: sensorialités, organisation perceptive et image du corps. *Le Carnet PSY*, v. 112, p. 40-42, 2006a.

_____. Sexualidade oral e eu corporal. *Revista de Psicanálise da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre*, v. 13, n. 1, p. 103-129, 2006b.

_____. *Le moi corporel: autisme et développement*. Paris: PUF, 2018.

HERZOG, R. Os limites da representação psíquica. In: GARCIA, C. A.; CARDOSO, M. R. (Orgs.). *Limites da clínica, clínica dos limites*. Rio de Janeiro: Cia. de Freud/FAPERJ, 2011. p. 77-92.

HOUZEL, D. L'enveloppe psychique: concept et propriétés (1987). In: ANZIEU, D. et al. *Les enveloppes psychiques*. Paris: Dunod, 2003. p. 43-73.

KAËS, R. Du moi-peau aux enveloppes psychiques: genèse et développement d'un concept. In: CHABERT, C. et al. *Didier Anzieu: le moi-peau et la psychanalyse des limites*. Paris: Éditions Érès, 2007. p. 67-87.

KLEIN, T. *Angústia e tempo na obra freudiana*. Curitiba: Juruá, 2016.

KNOBLOCK, F. *O tempo do traumático*. São Paulo: EDUC, 1998.

KONICHECKIS, A. Des sens aux sens, sensorialité et signification. In: BOUBLI, M.; KONICHECKIS, A. (Orgs.). *Clinique psychanalytique de la sensorialité*. Paris: Dunod, 2002. p. 125-155.

_____. Autoconservation, sexualité, transformation : triple fonction parentale chez le tout jeune enfant. *La psychiatrie de l'enfant*, v. 1, n. 1, p. 137-160, 2003.

_____. Subjetivação e sensorialidade: os embriões do sentido. In: ARAGÃO, R.; ZORNIG, S. (Orgs.). *Continuidade e descontinuidade no processo de subjetivação do bebê*. São Paulo: Escuta, 2018. p. 75-94.

LAPLANCHE, J. *Vida e morte em psicanálise* (1970). Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

_____. *Problemáticas I: a angústia* (1980). São Paulo: Martins Fontes, 1987.

_____. *Teoria da sedução generalizada e outros ensaios*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.

_____. *Freud e a sexualidade: o desvio biologizante*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____. Sexualité et attachement dans la métapsychologie. In: WIDLÖCHER, D. et al. *Sexualité infantile et l'attachement*. Paris: PUF, 2000. p. 57-82.

_____. *Sexual: a sexualidade ampliada no sentido freudiano*. Porto Alegre: Dublinense, 2015.

_____; PONTALIS, J.-B. *Vocabulário da Psicanálise* (1967). São Paulo: Martins Fontes, 2004.

LAZZARINI, E. R.; VIANA, T. C. O corpo em psicanálise. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 22, n. 2, p. 241-249, 2006.

LEVINE, H.; REED, G.; SCARFONE, D. *Estados não representados e a construção de significado: contribuições clínicas e teóricas*. São Paulo: Blucher, 2016.

MAIA, G. *A questão do ego em Freud: uma instância de fronteiras?* Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica, 2017.

MAIELLO, S. À l'aube de la vie psychique. Réflexions autour de l'objet sonore et de la dimension spatio-temporelle de la vie prénatal. In: AÏN, J. (Org.). *Réminiscences*. Toulouse: Érès, 2010. p. 103-116.

MANO, B. *Clínica do continente*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013.

MARCELLI, D. Entre les microrhythmes et les macrorhythmes : la surprise dans l'interaction mère-bébé. *Spirale*, v. 4, n. 4, p. 123-129, 2007.

- MINERBO, M. A metapsicologia da simbolização segundo René Roussillon. In: FIGUEIREDO, L. C.; SAVIETTO, B.; SOUZA, O. (Orgs.). *Elasticidade e limite na clínica contemporânea*. São Paulo: Escuta, 2013. p. 147-155.
- MORENO, M. M. A.; COELHO JUNIOR, N. E. Trauma: o avesso da memória. *Ágora*, v. 15, n. 1, p. 47-61, jun. 2012.
- M'UZAN, M. *Da arte à morte* (1977). São Paulo: Perspectiva, 2019.
- NOSEK, L. *A disposição para o assombro*. São Paulo: Editora 34, 2017.
- NUNES, M. R. *O sensorial nos primórdios da vida psíquica: "testemunhos" do encontro com o outro*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica, 2012.
- PARCHEMINEY, G. Critique de la notion d'hystérie de conversion. *Revue Française de Psychosomatique*, v. 1, n. 1, p. 141-154, 2004.
- PIERREHUMBERT, B. *Qui chassera les fantômes de la chambre d'enfants?* In: CUPA, D. (Org.). *L'attachement: perspectives actuelles*. Paris: EDK, 2000. p. 31-46.
- PINHEIRO, T. *Ferenczi: do grito à palavra*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- RAMOS, G. *Histeria e psicanálise depois de Freud*. Campinas: UNICAMP, 2008.
- RECH, M. *Nas raízes da sublimação: o estranho e o regressivo no âmago da arte*. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica, 2019.
- RIBEIRO, P. Simbolização primária e os limites da técnica no manejo dos afetos e da sensorialidade. In: FIGUEIREDO, L. C.; SAVIETTO, B.; SOUZA, O. (Orgs.). *Elasticidade e limite na clínica contemporânea*. São Paulo: Escuta, 2013, p. 73-84.
- RITTER, P. Neuroses atuais e excesso pulsional. In: CARDOSO, M. (Org.). *Excesso e trauma em Freud: algumas figuras*. Curitiba: Appris, 2016. p. 17-61.
- ROUSSILLON, R. À l'écoute du bébé dans l'adulte. *Renoussillon.com*, 21/10/2004. Disponível em: <<https://renoussillon.com/symbolisation/48-2/>>. Acesso em: 17/09/2021.
- _____. Pour introduire la question du langage du corps et de l'acte. *Le Carnet PSY*, v. 111, n. 7, p. 36-40, 2006.
- _____. Le modèle du bébé et la question des expériences primitives. In: JOLY, F. *Sa majesté le bébé*. Toulouse: Érès, 2007. p. 37-55.
- _____. *A associatividade e as linguagens não verbais*. *Revista de Psicanálise da SPPA*, v. 16, n. 1, p. 143-165, abril 2009.
- _____. As condições da exploração psicanalítica das problemáticas narcísico-identitárias. *ALTER - Revista de Estudos Psicanalíticos*, v. 30, n. 1, p. 7-32, 2012.

_____. Teoria da simbolização: a simbolização primária. In: FIGUEIREDO, L. C.; SAVIETTO, B.; SOUZA, O. (Orgs.). *Elasticidade e limite na clínica contemporânea*. São Paulo: Escuta, 2013. p. 107-122.

_____. *Manual da prática clínica em psicologia e psicopatologia*. São Paulo: Blucher, 2019.

SCARFONE, D. L'impasse, actualité de l'inconscient. *Revue Française de Psychanalyse*, v. 78, n. 5, p. 1357-1428, 2014.

_____. De traços a signos: apresentação e representação. In: LEVINE, H.; REED, G.; SCARFONE, D. *Estados não representados e a construção de significado: contribuições clínicas e teóricas*. São Paulo: Blucher, 2016. p. 115-139.

TUSTIN, F. *Autismo e psicose infantil*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

_____. *Barreiras autistas em pacientes neuróticos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990a.

_____. *The protective shell in children and adults*. Nova York: Karnak Books, 1990b.

_____. *Autistic states in children* (1981). New York: Routledge, 1992.

VANASSI, F. *Do eu-pele ao corpo próprio: corporeidade e subjetividade em Anzieu e Merleau-Ponty*. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, 2017.

WEISS, E. Introduction. In: FEDERN, P. *La psychologie du moi et les psychoses*. Paris: PUF, 1979. p. 7-27.

WIDLÖCHER, D. *Amour primaire et sexualité infantile*. In: WIDLÖCHER, D. et al. *Sexualité infantile et l'attachement*. Paris: PUF, 2000. p. 1-55.